

GGOP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

2018

Índice

Introdução.....	5
Relatório do Orçamento	9
Enquadramento Orçamental	9
Análise do Orçamento.....	14
Indicadores.....	16
Receita	18
Receita Fiscal Municipal.....	20
Receita Não Fiscal Municipal	21
Despesa	23
Despesa Corrente.....	23
Despesa Capital	25
Grandes Opções do Plano.....	28
Distribuição por Classificação Funcional.....	28
Distribuição por Unidade Orgânica.....	33
Atividades a desenvolver pelos serviços municipais	36
Gabinetes	36
Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil.....	48
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional	50
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.....	63
Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana	65
Departamento de Obras Municipais.....	72
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos	77
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento	84
Departamento de Educação.....	87
Mapa das Entidades Participadas	89
Contingentes	90
Mapa dos Empréstimos de ML Prazo.....	93
Mapas do Orçamento	97

Introdução

“ A minha prioridade são as pessoas, as suas aspirações e necessidades”

Vivemos num mundo novo, caracterizado por novos desafios, novos sistemas de complexidade urbana, novos paradigmas, novos modelos de intervenção socio territorial, que nos exigem formas inovadoras de atuar no território.

Estamos conscientes da importância de uma intervenção municipal criteriosa, concertada e participada, capaz de induzir nos munícipes o pleno direito à cidade, o direito ao espaço, à criação, à obra e à sua posterior apropriação. Queremos um concelho para Todos, onde todos possam fazer parte de um território comum. Neste Novo Ciclo de Desenvolvimento a nossa prioridade são as Pessoas, no respeito pela sua dignidade.

O documento que agora apresentamos preconiza o sonho, a ambição, a capacidade e a vontade de construir um futuro melhor para os Oeirenses, pautado por uma gestão equilibrada e justa do território, onde a justiça espacial anda a par da justiça social.

Saliente-se o reconhecido esforço dos atuais órgãos deliberativo e executivo e dos serviços na preparação e elaboração das GOP, facilitando assim a gestão financeira no próximo ano. Assumindo com responsabilidade, os projetos definidos pelo anterior executivo, e apesar destes condicionarem drasticamente a disponibilidade financeira para concretizar a nossa vontade de realização traduzida no nosso plano eleitoral tal não invalida que já no próximo ano se dê prioridade a algumas medidas, que pelo ser caracter estruturante as consideramos como prioritárias. A gestão municipal em 2018 assentará assim no estudo e no planeamento, tendo em vista as melhores soluções estratégicas que cumpram os objetivos definidos pelo atual executivo.

Durante o próximo ciclo orçamental procederemos à reestruturação dos serviços municipais, de forma a dar cumprimento ao programa a que nos propomos. Neste alinhamento, será atualizada a metodologia de apresentação e orçamentação da atividade municipal, tornando-a mais adequada, rigorosa e transparente.

O sucesso das nossas políticas assenta no conhecimento real e profundo que temos do território, e da melhor forma para combater os problemas do concelho. O caminho que seguiremos neste orçamento dá espaço à inovação e à criatividade, e ao acolhimento de novas propostas, transformando desafios em oportunidades.

Ao nível do desenvolvimento económico e social Oeiras, encontra-se numa situação privilegiada quando comparado com outros municípios da AML. Ainda que com indicadores auspiciosos no âmbito da AML, Oeiras não pode parar, pelo que importa manter a competitividade territorial para que se torne cada vez mais um polo de atração e de investimento. Pretende-se assumir uma visão renovada para o Concelho, com um acrescido sentido de responsabilidade em todas as áreas de intervenção municipal, com uma atenção especial a áreas como:

A estratégia para o ordenamento do território e urbanismo prende-se com a implementação de um modelo de desenvolvimento urbano estruturado, com integração e reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, promovendo a qualidade e o conforto de todo o tecido construído. O futuro deste território enlaça uma mudança de paradigma no planeamento urbano, promovendo a dinamização de uma “cidade policêntrica”, onde a partir de uma praça, de uma rua, ou de um jardim, se consagre o espaço público como motor de atratividade socioeconómica, de que são exemplos o centro cívico de Linda-a -Velha, requalificação do centro histórico de Oeiras e Praça Alves Redol em Caxias, novas praças em Algés, Queluz de Baixo e Porto Salvo.

No que respeita à habitação, a política de desenvolvimento que pretendemos impor níveis superiores de preocupação, pelo que daremos especial atenção a programas de habitação para jovens, para famílias numerosas e para as famílias carenciadas, criando condições para a sua fixação no concelho. Haverá ainda uma nova estratégia de políticas de habitação, com programas sociais, na senda da tradição de Oeiras, com especial enfoque na habitação para jovens e classe média, nas modalidades de venda e arrendamento.

Daremos um importante destaque às políticas educativas ativas que envolvam alunos, pais, professores e a própria escola; sem um bom sistema educativo não há desenvolvimento. Reforçaremos o investimento na qualificação dos equipamentos escolares, no apoio aos projetos extra curriculares, possibilitando a melhoria das condições de aprendizagem e, também, a proximidade dos agentes educativos, com medidas de apoio e incentivos a alunos e professores, com o objetivo de atingir um padrão de excelência educativa com os melhores alunos do País.

Daremos também prioridade à área do desenvolvimento social, nomeadamente, nas políticas de apoio e incentivo à natalidade, à tendencial cobertura plena de equipamentos sociais, ao apoio de proximidade aos grupos mais vulneráveis da população como os idosos, os jovens e as crianças. Iremos ainda desenvolver um conjunto de medidas de apoio social que passam por reforçar o fundo de emergência social destinado a fazer face às famílias mais carenciadas, pelos projetos de promoção da interculturalidade, pelo apoio aos indivíduos na procura de emprego, pela promoção da educação não formal e pela formação profissional qualificante. Como medida de apoio aos idosos isolados e dependentes, pretendemos alargar a rede de apoio ao medicamento e assistência médica domiciliária.

Pretendemos quebrar os ciclos da pobreza oferecendo a quem nasceu com menos recursos a possibilidade de melhorar a sua qualidade de vida.

Teremos ainda uma atenção especial à saúde e ao bem-estar dos munícipes.

Como serão levadas a cabo significativos investimentos nos equipamentos para idosos, bem como nas academias seniores.

Ao nível cultural pretendemos desenvolver atividades que criem hábitos e comportamentos de integração cultural na comunidade. Nesta ótica pretendemos desenvolver o “projeto Lusofonias - festa da língua portuguesa”, tratando-se de um grande evento a realizar no Parque dos Poetas. Iremos também levar a cabo o “Festival Oeiras a Ler”, organizado pelas Bibliotecas Municipais, como medida de integração cultural na

comunidade, vamos também avançar com a segunda edição do festival Cogito, desta vez com três eixos: festival, academia e laboratório.

E porque o património histórico e cultural de Oeiras deve ser respeitado, qualificado, preservado e vivenciado, vamos retomar a revitalização dos centros históricos do concelho.

Na vertente ambiental regressaremos à excelência. O objetivo é recuperar os índices de higiene urbana e de qualidade dos espaços verdes que eram o padrão de Oeiras. Como tal, iremos investir na definição e implementação de estratégias de recolha de RSU e de limpeza urbana que permitam voltar a esse padrão. Paralelamente, daremos seguimento à estratégia de promoção da requalificação das linhas de água no concelho, que há muito vem sendo implementada. Ainda na área ambiental, será dado novo impulso à eficiência energética, com colocação de pontos de carregamento de veículos elétricos, racionalização da iluminação pública e novas medidas de eficiência no edificado. Por fim, porque o desenvolvimento sustentável é um pilar fundamental da qualidade, vamos reforçar a rearborização do espaço público, privilegiando as plantas autóctones.

A mobilidade é hoje um fator determinante para o reforço da competitividade do Município. Com vista a ultrapassar os constrangimentos conhecidos ao nível da mobilidade, iremos desenvolver as estradas e os viadutos necessários à libertação de trânsito, tornando o concelho mais facilmente circulável e acessível. Entre diversos projetos, iremos lançar os concursos públicos para a construção do viaduto da Quinta da Fonte e ligação de Miraflores à CRIL.

Complementando a ação nas infraestruturas rodoviárias, iremos estudar as melhores soluções para um transporte coletivo em linha dedicada, que faça a ligação entre Paço de Arcos e o Taguspark (o percurso do ex-SATUO). Esta ligação é essencial para a preservação das vantagens competitivas conquistadas por Oeiras nas últimas décadas. Também neste eixo, vamos lançar a ciclovia que, numa primeira fase, ligará Paço de Arcos ao Lagoas Parque (e a Cacilhas de Oeiras), para posterior extensão ao Taguspark – dando efetivamente corpo à mobilidade suave entre a linha de caminho-de-ferro e os parques empresariais da zona ocidental do Concelho.

Ainda na mobilidade, recuperaremos as carreiras intrafreguesias, tipo Combis, com vista a complementar a rede de transporte existente, manifestamente insuficiente para as necessidades da população.

As medidas que apresentamos ao nível da mobilidade serão mais um fator para continuar a captar novas empresas e gerar novos empregos. Oeiras afirmou-se sabendo utilizar as suas vantagens competitivas. A mobilidade, bem como a higiene urbana ou a qualidade dos espaços verdes, são dimensões essenciais para um Concelho que afirma ter um território qualificado. O core de Oeiras, as empresas tecnológicas ou de conhecimento intensivo exigem a manutenção do nosso padrão de excelência. O modelo de desenvolvimento de Oeiras, assente na criação de riqueza a partir da qualificação do território, para posterior redistribuição na comunidade é um fator de integração e de coesão social. Para podemos promover bem-estar social, necessitamos de continuar concorrenciais em matéria de geração de riqueza.

Perante o atual quadro, este é um orçamento que aposta na estabilidade social e na qualidade de vida a que todos temos direito. As Grandes Opções do Plano para 2018 devem ser analisadas e interpretadas no seu alcance, não tanto pela designação das rubricas, que a escassez de tempo não permitiu alterar, mas mais pela dimensão quantitativa e o reforço de verbas,

particularmente nas funções sociais, concretamente em educação, desenvolvimento social e cultura, que contêm a génese de um verdadeiro novo ciclo de desenvolvimento em Oeiras, centrado nas pessoas, suas necessidades, na sua dignidade e qualidade de vida.

É nosso dever saber estar à altura das circunstâncias e dos sonhos dos nossos munícipes! Como disse William Shakespeare “Nós somos do tecido de que são feitos os sonhos”.

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Isaltino Morais', written in a cursive style.

Isaltino Morais

Relatório do Orçamento

Enquadramento Orçamental

Ao longo das últimas décadas o Município de Oeiras (MO) tem sido considerado como um município de referência no que respeita à sustentabilidade das suas contas, pautando-se sempre pelo rigoroso controlo orçamental da despesa.

Sem nunca colocar em causa o equilíbrio financeiro, o MO tem adotado uma política de investimento forte, focada na prossecução do bem-estar e da segurança dos munícipes, condição *sine qua non* na prestação de serviços de interesse público de excelência.

Assim, os documentos previsionais para 2018 foram elaborados tendo por base os objetivos do novo executivo, espelhados no planeamento estratégico daquele que é o programa municipal, tendo em consideração o preceituado pela legislação em vigor.

No que concerne à projeção da receita para o próximo exercício, permitindo obter o valor máximo para a dotação da despesa, foram considerados os conceitos emanados pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais¹, nomeadamente no que respeita aos agregados para os quais não é possível efetuar projeções, pelo que deve ser considerada para efeitos de apuramento da sua receita a média de cobrança registada nos últimos 24 meses. No entanto, para os agregados que á data do atual orçamento disponham de informação sustentada que permita a construção de cenários previsionais, foram assumidos os valores encontrados no âmbito de análises económico-financeiras.

Exemplo disto são os impostos diretos, uma vez que a informação de suporte à sua projeção é disponibilizada atempadamente pela Autoridade Tributária (AT).

Neste alinhamento, foi prosseguida uma política de crescimento sustentável, tão mais relevante quanto implementada num contexto de alguma instabilidade económica, apesar dos dados macroeconómicos disponíveis

¹ DL n.º54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual

demonstrarem uma inflexão no paradigma, refletindo vários sinais de recuperação, superando nalguns casos as expectativas existentes.

Neste contexto, pela composição do orçamento do Município de Oeiras para 2018, destacam-se os temas relativos à política fiscal, claramente impulsionadora das atividades económicas do Município, com maior atratividade para as empresas que se fixem no Concelho, produzindo forte impacto no aumento da empregabilidade dos munícipes. Também se destaca o investimento na requalificação do espaço público e serviços urbanos, proporcionando um Município melhor para viver, trabalhar e visitar.

Conjuntura Macroeconómica

Atendendo às considerações emanadas pelo Parecer do Conselho das Finanças Públicas em outubro último, no âmbito das previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta do Orçamento de Estado 2018, importa relevar o clima de alguma euforia relativamente ao cenário económico para 2017 e 2018. Se bem que aqui, para 2018, é assumido algum arrefecimento da economia, mesmo que os dados indiquem uma revisão em alta face aos referenciais assumidos no Programa de Estabilidade 2017-2021.

Assim, fruto de um défice em 2016 bastante inferior ao previsto, sendo considerado o mais baixo das últimas quatro décadas, conciliado a um crescimento do PIB como não se via há já vários anos, as previsões para 2017 e 2018 foram revistas em alta, alinhadas com os dados mais recentes registados já em 2017. De acordo com estes cenários, o Ministério das Finanças estima que o PIB para 2017 atinja os 2,6% ligeiramente acima das previsões do Banco de Portugal que se fica pelos 2,5%.

No que diz respeito ao défice das contas públicas, é expectável que este valor atinja 1,4%, com base nas estimativas do Ministério das Finanças, perfeitamente enquadradas com os dados do Conselho das Finanças Públicas.

Quanto à taxa de desemprego, é esperado um valor na casa dos 9,2% para 2017, representando uma descida de quase 2% comparativamente ao ano de 2016. Inversamente, apontado pelo Ministério das Finanças, estima-se que o emprego cresça cerca de 2,7%, valor que fica aquém do vaticinado pelo Banco de Portugal e que se situa acima dos 3%.

Não obstante, este estado de graça da economia portuguesa para 2017, o cenário considerado para 2018, assenta num ligeiro arrefecimento dos

dados macroeconómicos. Inclusivamente, pela análise da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018, levantam-se algumas dúvidas relativamente à consolidação orçamental, colocando em causa se o atual estado de graça se deve a episódios pontuais, e se de facto estamos perante um novo paradigma de gestão dos recursos financeiros públicos.

GOP 2018

O orçamento para 2018 do Município de Oeiras foi elaborado tendo por base os princípios refletidos no DL n.º54-A/99, de 22 de fevereiro e que aprova o POCAL, conforme orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através da sua nota explicativa de outubro. No entanto, importa salientar que, a 1 de janeiro de 2018 entrará em vigor o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, que implementa o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), um novo normativo contabilístico. Dessa forma, será necessário no decorrer do ano de 2018, ajustar o orçamento agora elaborado, em sede de execução, para os modelos de relato previsto no SNC-AP.

Por força da transposição da Diretiva Comunitária n.º2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro (que revogou a Diretiva n.º 2004/18/CE), entra em vigor a 1 de janeiro de 2018 o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à 9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos. Esta alteração legislativa terá um relevante impacto na organização do Município de Oeiras, mais concretamente ao nível dos constrangimentos de contratação pública de prestação de serviços, com vista à redução da despesa pública.

Igualmente é mantido o constrangimento orçamental no que respeita ao limite da dívida total dos municípios, estabelecida a sua forma de cálculo pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelo qual este valor não pode exceder 1,5 vezes a média da receita cobrada líquida nos três últimos anos. Neste capítulo são incluídos os serviços municipalizados, uma vez que constituem serviços dos municípios, apesar de estruturados com base em modelo empresarial. Para o cálculo do valor da dívida total, são considerados os empréstimos, os contratos de locação financeira, e quaisquer outras formas de endividamento obtidas pelo Município junto de instituições financeiras, assim como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Contudo, importa referir, que para efeitos do cálculo da dívida total dos municípios, com base no Orçamento de Estado de 2015, é excluído o montante referente à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal, não relevando assim para este indicador.

Previstas na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018, estão algumas medidas que depois de implementadas terão consequências no orçamento municipal. Neste âmbito, na elaboração do presente orçamento, foi tido em conta as repercussões que medidas como o aumento do salário mínimo nacional, o descongelamento das carreiras na administração pública (mesmo que de forma faseada), ou a conclusão em 2018 do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), têm na despesa municipal.

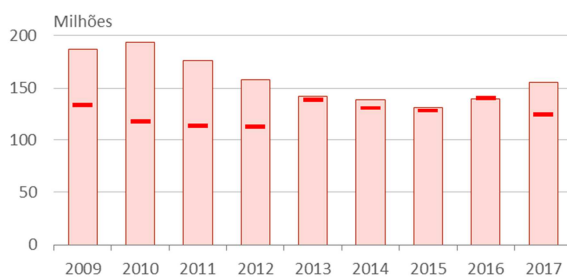
É por força destes cenários existentes, com forte inferência de fatores exógenos ao Município de Oeiras, nomeadamente pela relação que existe com o Orçamento de Estado, também ele muito exposto à volatilidade da economia portuguesa, que impõem um criterioso apuramento da receita, e subsequente levantamento das necessidades de despesa dos serviços.

O valor deste último agregado não poderá exceder em circunstância alguma o valor estimado para o agregado da receita, por forma a obedecer ao cumprimento do equilíbrio orçamental, estabelecido pelo n.º I do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Como anteriormente referido, a economia tem vindo a recuperar paulatinamente da grave crise económica e financeira que assolou a Europa,

à qual Portugal não foi alheio. Por essa via, tem-se verificado que a cobrança de receita pelo Município de Oeiras tem vindo a crescer, como se pode verificar através do gráfico.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS
Realização vs. Dotação Inicial e Dotação Final



Salienta-se o facto de que os dados de 2017 não são os definitivos, uma vez que o valor considerado para realização é referente ao final do mês de outubro. Assim sendo, com base na execução da receita relativa a este período, estima-se que o valor final do ano de 2017, no que à receita diz respeito, deverá andar próximo dos 150 milhões euros. A concretizar-se, este montante excede em larga escala o valor inicialmente previsto, em sede de orçamento para 2017, representando um acréscimo de mais de 18%.

É neste contexto, já descrito, que foi apurado o valor previsional de receita que o Município de Oeiras espera obter em 2018. O montante considerado

do lado da receita para 2018 foi de **151.363.360 €**. De enaltecer o alívio fiscal que se pretende implementar, através da adoção de um pacote de medidas relativas aos impostos diretos, nomeadamente a derrama, o IRS, e o IMI.

O montante inicial previsto para o Orçamento de 2018 regista um aumento de mais de 18%, o que em termos absolutos representa mais de 23 milhões de euros.

Relativamente à componente da despesa, importa considerar, à semelhança dos anos anteriores, a imposição da participação do Município de Oeiras no Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor aproximado de 5,43 milhões de euros, realizado em sete anos, sendo em 2018 o quarto ano deste cenário.

Como anteriormente referido, o Orçamento Municipal aqui apresentado, obedece não só às regras instituídas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e ao cumprimento do equilíbrio orçamental, bem como, ao limite da dívida total, como atesta o quadro seguinte:

Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio

Lei n.º 73/2013 de 30/9

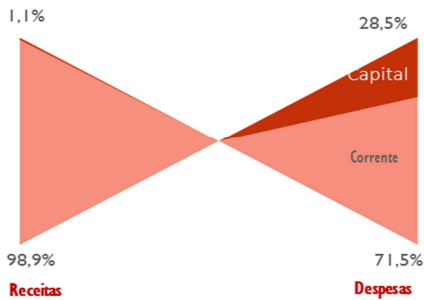
Total Previsto	Fonte / Regra	Valor (€)	Resultado
Receitas	Estimativa	151.363.360	
Despesas	Pedido	151.363.360	
Saldo	[nº 1 do art.º 40º]	0	Cumpre
A Receitas Correntes Cobradas	Estimativa a 31/12	146.970.917	
B Despesas Correntes Pagas	Estimativa a 31/12	83.719.625	
D Amortizações médias Previstas EMLP	[nº 4 do art.º 40º]	2.403.986	
C Diferença (A)-[(B)+[C)]>0	[nº 2 do art.º 40º]	60.847.306	Cumpre
E Saldo Corrente [(A)-(B)]		63.251.292	
F Amortizações Previstas do ano 2017		2.403.986	
G Diferença [(C)-(D)]		60.847.306	
H 5% das Receitas Correntes Totais		7.348.546	
I G > 5% das Receitas Correntes Totais	[nº 3 do art.º 40º]	53.498.760	Cumpre

Análise do Orçamento

ORÇAMENTO MUNICIPAL



TIPOLOGIA E NATUREZA



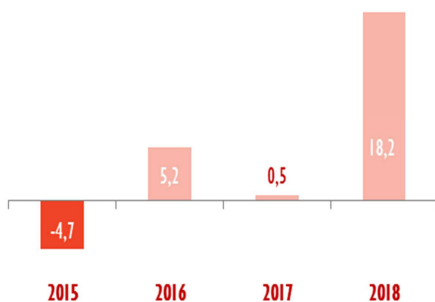
O Orçamento para o ano de 2018 contempla uma política financeira sustentada na estabilidade estrutural das finanças do Município, promovendo o investimento em áreas prioritárias do concelho. Para tal, o rigor na estimativa da receita e o controlo da despesa exercem um papel preponderante na abordagem técnica dos documentos em apreço.

O exercício efetuado à previsão da receita é cada vez mais prudente, com a apresentação de estimativas mais equilibradas e que asseguram o equilíbrio das contas do Município.

O Orçamento para o ano de 2018 situa-se nos 151.363.360 €, o que significa um crescimento, em termos absolutos, de 23.340.000 €, comparativamente ao Orçamento apresentado em 2017.

O Orçamento reparte-se por duas tipologias, Receita e Despesa, e estas por natureza, Capital e Corrente. No orçamento de **Receita** destaca-se a **Receita Corrente** com um peso de **98,9%** e a de **Capital** com **1,1%**. Relativamente ao Orçamento da **Despesa**, evidencia-se a componente **Corrente** com um peso de **71,5%** do total e a componente de **Capital**, com **28,5%**.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL (%)



Comparativamente ao Orçamento de 2017, o valor apresentado regista um crescimento de 18,2 p.p. onde a despesa de capital se destaca, apresentando a maior variação, com um crescimento de 41,7 p.p.

Da análise por tipologia e natureza, podemos concluir que, para o Orçamento para 2018, a Receita Corrente permite satisfazer **toda** a Despesa Corrente e ainda aproximadamente **96%** da Despesa de Capital.

A previsão orçamental para o ano de 2018, por tipologia e natureza apresenta-se com a seguinte estrutura:

TOTAL	151.363.360	% Pond	% Δ
RECEITA	151.363.360		18,2
Receita Corrente	149.761.620	98,9	19,5
Impostos Diretos	91.765.980	61,3	28,1
Impostos Indiretos	2.082.020	1,4	5,4
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.272.660	1,5	105,8
Rendimentos de Propriedade	3.392.580	2,3	-19,5
Transferências Correntes	30.307.820	20,2	3,8
Venda de Bens e Serviços Correntes	19.264.210	12,9	14,6
Outras Receitas Correntes	676.350	0,5	65,0
Receita Capital	1.601.740	1,1	-40,0
Venda de Bens de Investimento	162.350	10,1	-14,0
Transferências de Capital	1.408.750	88,0	-43,1
Ativos Financeiros	20	0,0	100,0
Passivos Financeiros	20	0,0	100,0
Outras Receitas de Capital	30.590	1,9	635,3
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10	0,0	0,0
DESPESA	151.363.360		18,2
Despesa Corrente	108.154.557	71,5	10,9
Despesas com o Pessoal	44.622.003	41,3	2,6
Aquisições de Bens e Serviços	45.876.253	42,4	17,9
Juros da Dívida Pública	1.141.000	1,1	4,8
Transferências Correntes	14.902.676	13,8	17,0
Outras Despesas Correntes	1.612.625	1,5	21,6
Despesa Capital	43.208.803	28,5	41,7
Aquisição de Bens de Capital	35.150.013	81,3	40,0
Transferências de Capital	4.581.790	10,6	139,1
Ativos Financeiros	776.000	1,8	0,0
Passivos Financeiros	2.700.000	6,2	1,0
Outras Despesas de Capital	1.000	0,0	-66,7

Indicadores

Os indicadores orçamentais retratam de forma clara e sintética a dimensão de forças entre a Receita e a Despesa, caracterizando a prestação do Município de Oeiras em face do Orçamento para 2018. O gráfico apresenta os indicadores orçamentais mais relevantes, tendo sido analisados à luz do que define o POCAL, permitindo a comparação face ao documento do ano anterior.

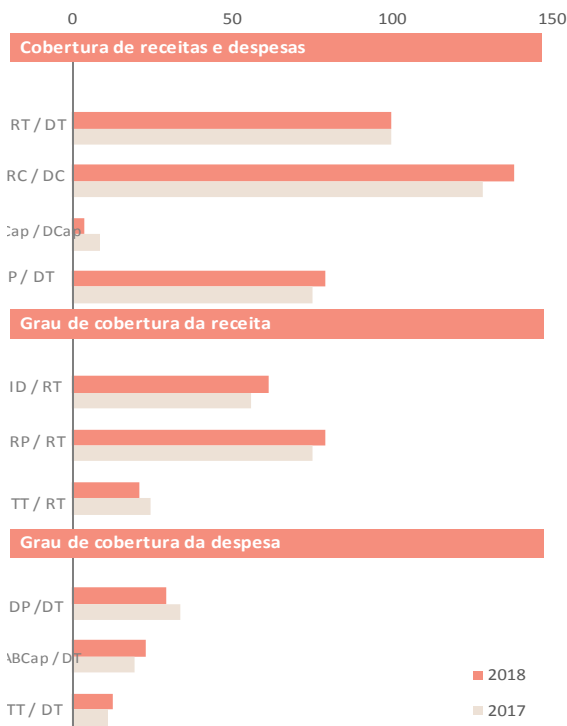
Os indicadores apresentados, revelam ligeiras diferenças relativamente à receita corrente, este indicador aumenta 10%, passando de um grau de cobertura de 128% para 138%. Em oposição encontra-se a cobertura da despesa de capital através da receita de capital, passando dos 8,8% assumidos em 2017, para os 3,7% em 2018.

No que concerne à cobertura da despesa total por parte das receitas próprias, de registar que este indicador apresenta uma subida de 4 p.p. face ao período homólogo, traduzindo-se numa independência de tesouraria cada vez maior. Estando o orçamento da despesa alinhado com o da receita, por via do cumprimento do equilíbrio orçamental, o peso das receitas próprias no total da receita é igual ao peso deste tipo de receita na despesa.

Os impostos diretos, devido ao seu aumento muito significativo em 2018, aumentam o seu peso relativo no total da receita, como seria expectável. Inversamente o valor das transferências obtidas, tanto de capital como correntes, apresentam uma diminuição em termos relativos no total da receita.

Apesar do aumento estimado para 2018, em valor absoluto, das despesas com pessoal, o seu peso no global da despesa apresenta uma redução em cerca de 4,5 p.p., baixando assim a barreira dos 30%, situação originada pelo grande aumento do total do orçamento.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ORÇAMENTAIS



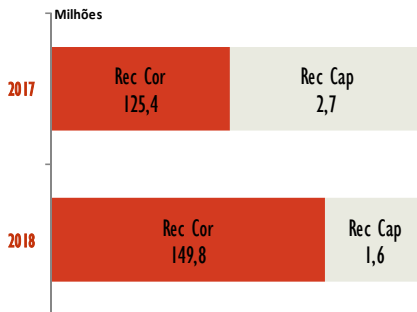
Legenda:
 RT – Receita Total | RC – Receita Corrente | RCap – Receita de Capital DT – Despesa Total |
 DC – Despesa Corrente | DCap – Despesa Capital ID – Impostos Diretos | DP – Despesa Pes
 RP – Receita Própria | TT – Total Transferências | ABCap - Aquisição de Bens de Capital

Indicadores Orçamentais

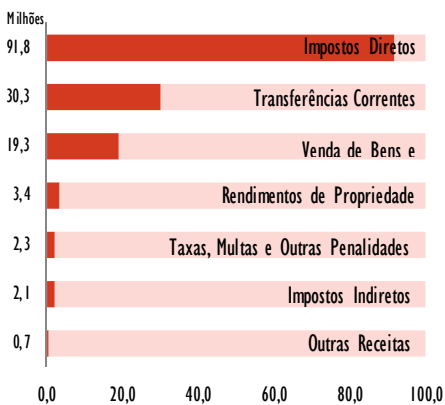
Rácios	2018	2017
Grau de cobertura total das receitas e despesas		
Receita Total [RT] / Despesa Total [DT]	100,0%	100,0%
Receita Corrente [RC] / Despesa Corrente [DC]	138,5%	128,5%
Receita de Capital [RK] / Despesa de Capital [DK]	3,7%	8,8%
Receitas Próprias [RP] / Despesa Total [DT]	79,0%	75,1%
Grau de cobertura da Receita		
Impostos Diretos [ID] / Receita Total [RT]	61,3%	55,9%
Receitas Próprias [RP] / Receita Total [RT]	79,0%	75,1%
Total das Transferências [TT] / Receita Total [RT]	21,0%	24,7%
Grau de cobertura da Despesa		
Despesas de Pessoal [DP] / Despesa Total [DT]	29,5%	34,0%
Aquisição de Bens de Capital [ABK] / Despesa Total [DT]	23,2%	19,6%
Total das Transferências [TT] / Despesa Total [DT]	12,9%	11,4%

Receita

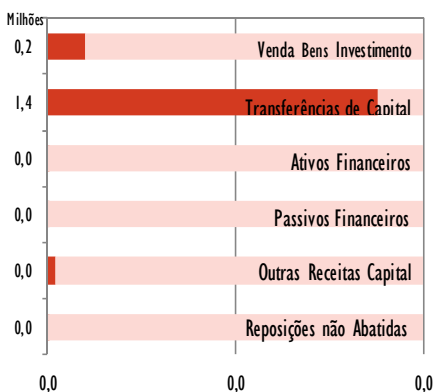
Estrutura da Receita



Das quais as **Receitas Correntes** se apresentam



E as **Receitas de Capital**



Os pressupostos legais estipulados no ponto 3.3 do POCAL, aliados à prudência no rigor da previsão da estimativa são as bases tomadas para o apuramento da receita.

A receita total estimada em Orçamento de 2018 situa-se nos **151.363.360 €**, valor que exprime uma **variação positiva de 18,2%** face ao Orçamento de 2017.

A **receita corrente** apresenta-se com valores, na ordem, dos **149.761.620 €** e a **receita de capital** com o valor de **1.601.740 €**.

A receita corrente representa, cerca de, **98,9%** do total estimado e observa um **crescimento de 19,5%** face ao valor previsto no Orçamento do ano anterior.

Os **Impostos Diretos** apresentam-se como o grupo de receita que maior expressividade apresenta, nesta tipologia de receita, com um apuramento de **91,8 milhões de euros**.

Face ao ano transato, este grupo de receitas, apresenta um aumento de **28,1%**, mesmo tendo sido considerado uma redução decorrente de um conjunto de medidas:

- > Redução da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar em 2018, para o valor de 0,32%, a aplicar a todos os prédios urbanos, majoração de 30% aplicável aos prédios urbanos degradados, aplicar a dedução fixa do IMI atendendo ao nº de dependentes que compõem o agregado familiar bem como um conjunto de benefícios fiscais no domínio da reabilitação urbana;

- > Isenção da Derrama para um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 €, em vez dos 1,4% que vinha sendo aplicado, fixar 1% para empresas com volume de negócio entre os 150.000€ e 1.000.000 € nos anos de 2018 e 2019 desde que instalem a sua sede social no concelho e redução para 1,4% para um lucro tributável superior a 150.000 €;

- > Fixar em 4,8% a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal relativa aos rendimentos de 2017.

Analisando os restantes grupos da receita corrente, face ao Orçamento de 2017, destaca-se as seguintes variações:

- > **Taxas, Multas e Outras Penalidades** com um crescimento de 105,8%. Variação que resulta na estimativa do cálculo da média da receita realizada nos últimos 24 meses, tendo por base o mês de outubro;
- > **Rendimentos de Propriedade**, apresenta-se com uma variação negativa de 19,5%, suportado pela redução no valor dos dividendos pagos pelo SIMAS;
- > **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, com um incremento de 2.448.110 €, justificado pelo crescimento da cobrança de receitas neste grupo, estimativa que resulta do cálculo médio dos últimos 24 meses.
- > **Outras receitas correntes** apresentam-se com um incremento de 266.420 €, resultante da reclassificação de receitas que se encontravam erradamente classificadas, tendo como consequência o aumento do cálculo da média tomada como estimativa para 2018.

A **receita de capital**, comparativamente ao Orçamento de 2017, observa um **decréscimo de 1.068.550 €**, o que traduz uma variação negativa de 40,0%, sustentada na redução das Transferências de Capital, que verifica um decréscimo de 43,1%. Consequência da realização, durante o ano de 2017, do valor das participações financeiras, das Unidades de Saúde de Carnaxide e de Barcarena, por parte do Horizonte 2020 (50% da despesa elegível) e por parte da ARS, na componente do orçamento próprio do Município não financiado pelo FEDER.

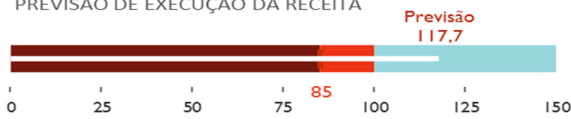
Análise Comparativa dos Agregados de Receita

	2018	2017	Δ
Receita Total	151.363.360	128.023.360	18,2%
Receita Corrente	149.761.620	125.353.070	19,5%
Impostos Diretos	91.765.980	71.625.880	28,1%
Impostos Indiretos	2.082.020	1.975.080	5,4%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.272.660	1.104.130	105,8%
Rendimentos de Propriedade	3.392.580	4.215.630	-19,5%
Transferências Correntes	30.307.820	29.206.320	3,8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	19.264.210	16.816.100	14,6%
Outras Receitas Correntes	676.350	409.930	65,0%
Receita Capital	1.601.740	2.670.290	-40,0%
Venda de Bens de Investimento	162.350	188.690	-14,0%
Transferências de Capital	1.408.750	2.477.390	-43,1%
Ativos Financeiros	20	20	0,0%
Passivos Financeiros	20	20	0,0%
Outras Receitas de Capital	30.590	4.160	> 100,0%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10	10	0,0%

EUROS

Conforme estipula o preceituado no art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a execução da receita não pode registar, durante dois anos consecutivos, valores inferiores a 85%. Com base nos dados registados até 31 de outubro, estima-se que a receita irá cumprir o estipulado na lei, obtendo uma execução prevista de **117,7%**.

PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA



Receita Fiscal Municipal

A Receita Fiscal apresenta-se como a principal fonte de receita do Orçamento Municipal, estima-se realizar o valor de **96.120.660€**, valor este que sustenta cerca de 64,2% do total da Receita Corrente e 63,5% do total. Esta receita é constituída pelos Impostos Diretos, Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades.

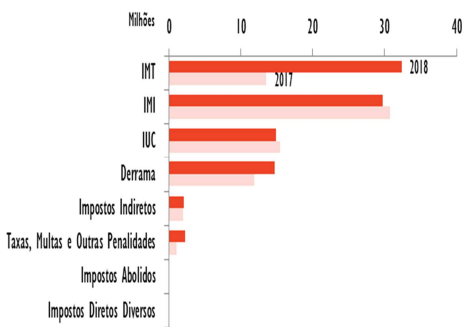
Neste grupo de receitas os **Impostos Diretos** destacam-se como o **mais expressivo**. Estes Impostos são apurados com base nas regras estabelecidas no POCAL, designadamente pela média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, com exceção do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma vez que a AT disponibiliza dados que possibilitam a tomada de decisão relativamente às taxas a liquidar em 2018.

Foi considerado para 2018 um pacote global de redução de impostos, medida tomada com a devida prudência mas inserida numa estratégia, gradual, de redução de impostos se a evolução da economia e das receitas arrecadas pelo Município o permitirem.

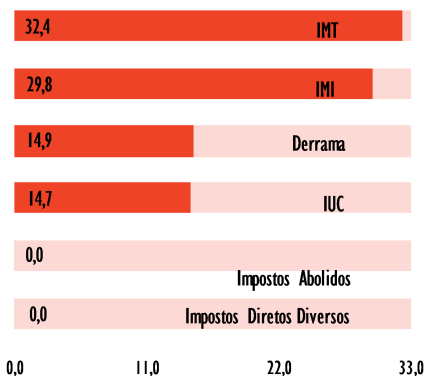
Destaca-se a variação positiva do **Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT)**, com **mais 139,1%** face ao valor estimado em 2017. O crescente dinamismo que se observa no mercado imobiliário e o aumento de venda de casas e por valores mais elevados são fatores que contribuem para a subida desta receita.

O **Imposto Municipal de Circulação (IUC)** apresenta-se com um crescimento de 24%, suportado pelo exetável crescimento do parque automóvel e os valores das taxas atualizados à taxa de inflação prevista, de 1,4%.²

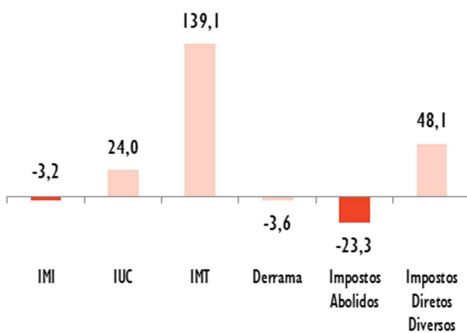
Os restantes impostos apresentam-se com variações negativas com destaque para os Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e Sisa) com a maior redução.



Os Impostos Diretos destacam-se com a seguinte previsão:



VARIAÇÃO DA RECEITA FISCAL



² Fonte OE 2018

Apesar da variação negativa do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e da Derrama representam per si cerca de **46,5%** da Receita Fiscal e **29,5%** do total da receita prevista.

Os **Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades** apresentam crescimentos de **5,4%** e **105,8%**, respetivamente, face aos valores previstos no Orçamento de 2017, resultado da estabilidade económica do mercado sobre o qual incide este grupo de taxas.

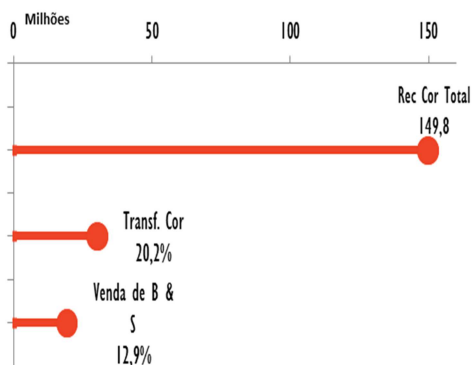
Receita Não Fiscal Municipal

As receitas que integram este grupo apresentam como estimativa para o ano de 2018 o total de **55.242.700 €**, valor que traduz um crescimento de **3,6%** face ao valor previsto em Orçamento de 2017 e um peso de **36,5%** no total da receita.

No aglomerado da Receita Não Fiscal corrente as **Transferências Correntes** destacam-se com o valor mais elevado, **30.307.820 €**, valor que representa cerca de **20,5%** do total corrente estimado. Este valor é suportado:

- > Pelas transferências oriundas do Orçamento do Estado:
 - IRS no montante de 18.613.530³;
 - Contrato Interadministrativo de delegação de Competências com o Ministério da Educação, no valor de 11.500.00 €, para despesas de pessoal (clausula 29ª) e despesas de funcionamento (clausula 30ª a 37ª);
- > Pelas transferências oriundas dos fundos e serviços autónomas e outros:
 - Instituto de Emprego e Formação Profissional: comparticipação para os Gabinetes de Inserção Profissional; Comissão de Proteção e de Crianças e Jovens e Instituto da Segurança Social com a comparticipação para o projeto Fundo de Auxilio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC)

A **Venda de Bens e Serviços** apresenta um crescimento de **14,6%** comparativamente ao Orçamento de 2017 e um peso de **12,7%** do total da receita prevista para 2018. Esta variação positiva é suportada pelo cálculo da média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, tendo por referência 31 de outubro e que a esta data já registava uma execução de **86,7%** do valor previsto em Orçamento de 2017.



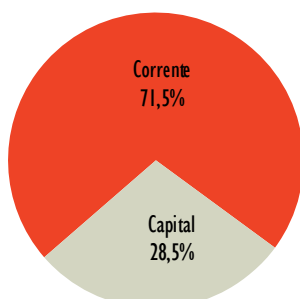
³ OE2018 – Mapa XIX

A **receita de capital** apresenta-se com um decréscimo de 40,0% face ao Orçamento do ano anterior, o que significa uma redução de 1.068.550 € em valores absolutos, suportada pela realização da comparticipação financeira das U.S. Barcarena e Carnaxide, por parte da ARS.

Apesar desta variação negativa destacamos a comparticipação financeira de projetos co-financiados pelo Horizonte 2020 no valor de 1.231.390€, em áreas de realização/reabilitação em infraestruturas de ensino básico e secundário a executar em 4 escolas, requalificação e valorização dos espaços públicos no Bº dos Navegadores – Fase 2, no Bº de S. Marçal e no Pátio dos Cavaleiros e a requalificação da Frente Marginal, em Paço de Arcos.

Despesa

Estrutura da Despesa



O Orçamento para 2018 prevê uma despesa total, agrupada por tipologia, no montante de **151.363.360 €**, naturalmente em associação com o valor apresentado na receita, e que corresponde a um **crescimento de 18,2%** face ao valor previsto no ano de 2017.

A **despesa corrente**, com um total de **108.154.557 €** apresenta-se como a maior componente do total da despesa e reflete um **aumento de 10,9%** face ao ano anterior, suportado pela variação positiva de todas as rubricas que constituem esta tipologia.

A **despesa de capital** está dotada em **43.208.803 €** e apresenta-se com o mesmo comportamento verificado na corrente, ou seja, uma variação positiva em todas as suas rúbricas.

Análise comparativa dos agregados da Despesa

	2018	2017	Δ
Despesa Total	151.363.360	128.023.360	18,2%
Despesa Corrente	108.154.557	97.538.575	10,9%
Despesas com o Pessoal	44.622.003	43.474.141	2,6%
Aquisições de Bens e Serviços	45.876.253	38.908.282	17,9%
Juros da Dívida Pública	1.141.000	1.088.373	4,8%
Transferências Correntes	14.902.676	12.741.231	17,0%
Outras Despesas Correntes	1.612.625	1.326.548	21,6%
Despesa Capital	43.208.803	30.484.785	41,7%
Aquisição de Bens de Capital	35.150.013	25.115.057	40,0%
Transferências de Capital	4.581.790	1.916.364	139,1%
Ativos Financeiros	776.000	776.000	0,0%
Passivos Financeiros	2.700.000	2.674.364	1,0%
Outras Despesas de Capital	1.000	3.000	> 100,0%

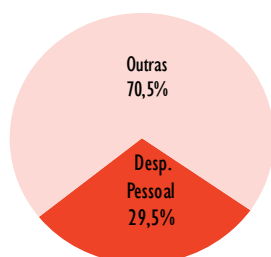
Despesa Corrente

Aquisição de Bens e Serviços

As despesas associadas à Aquisição de Serviços apresentam-se como o maior agregado nas despesas correntes e regista um **acréscimo de 17,9%** face ao valor previsto no ano anterior, registando para o ano de 2018 a dotação de **45.876.253 €**. Este crescimento encontra-se suportado, principalmente no valor associado à aquisição de serviços de Gestão de

Resíduos Urbanos, na aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços verdes, encargos das instalações, assessorias e revisão de projetos e encargos de cobrança.

PESO DA DESPESA COM O PESSOAL NO ORÇAMENTO



A **Despesa com o Pessoal** apresenta-se como o segundo maior agregado económico tanto da despesa corrente, com 41,3%, como do total da despesa, com 29,5% de estimativa.

Apresenta-se em Orçamento com uma dotação de 44.622.003 €, valor que observa um crescimento de 2,6% face ao ano transato.

Da análise aos valores deste agregado de despesa, verifica-se um crescimento com as Remunerações Certas e Permanentes em 3,7%, face ao ano anterior. A Segurança Social, apesar de diretamente relacionada às Remunerações, apresenta um decréscimo face ao ano de 2017, justificado pela previsão excessiva no Orçamento do 2017.

	2018		2017		Δ	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesa com o Pessoal	44.622.003	100%	43.474.141	100%		
Remunerações certas e permanentes	32.985.300	73,9	31.800.502	73,1	1.184.798,0	3,7
Abonos variáveis ou eventuais	2.454.502	5,5	1.923.500	4,4	531.002,0	27,6
Segurança social	9.182.201	20,6	9.750.139	22,4	-567.938,0	-5,8

Juros da Dívida Pública

Os juros e outros encargos decorrentes do serviço da dívida apresentam um acréscimo de 4,8% face ao valor do ano anterior.

Transferências Correntes

Este grupo de despesas observa um crescimento de 17,0% face ao estimado em Orçamento de 2017. O montante total previsto ascende ao total de 14.902.676 €, valor que se destina às transferências efetuadas ao abrigo do contrato Interadministrativo com o Ministério da Educação, à manutenção dos equipamentos escolares, à transferência para as corporações de bombeiros, apoio às atividades relativas ao associativismo desportivo, apoio social das famílias, entre outros.

Despesa Capital

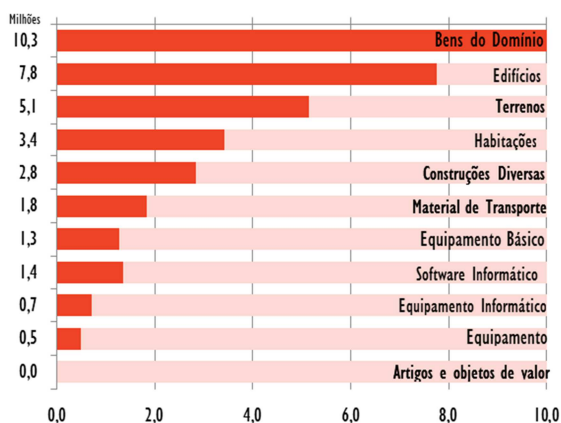
A **despesa de capital** apresenta uma dotação de 43.208.803 €, o que traduz um peso de 28,5% no total das despesas e um crescimento de 41,7% face ao Orçamento de 2017. Este incremento que em valores absolutos se traduz num aumento de 12.724.018€, é suportado pelo crescimento das Transferências de Capital, com mais 139,1%. Esta percentagem é suportada pelo aumento do valor a transferir para as Juntas de Freguesia no âmbito do Contrato de Delegação de Competências que assume no Orçamento de 2018 compromissos não realizados em 2017 e o crescimento dos apoios a instituições de apoio social e saúde para construção de novos equipamentos e reabilitação de espaços já existentes.

Aquisição de Bens de Capital

Este agregado económico representa cerca de 81,3% nas despesas de Capital e de 23,2% no total das despesas.

O valor de 35.150.013 € estimado para 2018, destina-se a investimento direto na autarquia, e a aquisição de bens do domínio público.

Os Bens de Domínio Público apresentam uma dotação superior ao ano anterior em mais 2.327.640 €, decorrente do aumento de investimento na requalificação e manutenção do espaço público.



Análise comparativa, desagregada, dos componentes com Aquisição de Bens de Capital

Aquisição de Bens de Capital	2018		2017		Δ	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	35.150.013	100%	25.115.057	100%		
Investimentos	24.853.110	70,7	17.145.778	68,3	7.707.332,0	45,0
Terrenos	5.149.500	14,7	2.535.500	10,1	2.614.000,0	103,1
Habitações	3.424.387	9,7	1.682.978	6,7	1.741.409,0	103,5
Edifícios	7.762.043	22,1	7.051.731	28,1	710.312,0	10,1
Construções diversas	2.842.237	8,1	1.464.533	5,8	1.377.704,0	94,1
Material de transporte	1.827.137	5,2	709.200	2,8	1.117.937,0	157,6
Equipamento de informática	720.100	2,0	493.895	2,0	226.205,0	45,8
Software informático	1.359.500	3,9	433.474	1,7	926.026,0	213,6
Equipamento administrativo	496.800	1,4	189.500	0,8	307.300,0	162,2
Equipamento básico	1.271.056	3,6	2.574.867	10,3	-1.303.811,0	-50,6
Artigos e objetos de valor	350	0,0	10.100	0,0	-9.750,0	-96,5
Bens de domínio público	10.296.903	29,3	7.969.279	31,7	2.327.624,0	29,2

O investimento em **Terrenos** regista um crescimento de 103,1% face ao ano anterior, justificado pela continuidade do Planeamento Estratégico, tendo como objetivo a aquisição e expropriação de terrenos.

O investimento no agregado **Edifícios** verifica um aumento 2.614.000 € em termos absolutos, suportados pelo aumento das dotações na reabilitação e beneficiação de bairros municipais e no programa de habitação jovem.

Material de Transporte regista na sua dotação para 2018 um acréscimo de 157,6%, face ao ano de 2017, suportado no investimento a realizar na aquisição de viaturas e máquinas, nomeadamente na ativação do COMBUS e na aquisição de equipamento no âmbito da implementação do projeto - Bikesharing.

O agregado **Software Informático**, apresenta-se com uma despesa superior ao ano anterior em mais 926.026 € resultante do licenciamento e manutenção de acordos de manutenção de software.

As **Construções Diversas** com uma dotação acrescida em 94,1%, suportada, essencialmente, no aumento do investimento na construção e beneficiação do Parque Habitacional Municipal.

O **Equipamento Básico** regista um decréscimo na dotação para 2018 face ao Orçamento de 2017 de 50,6%. Apesar desta variação negativa aumenta o investimento na implementação de iluminação led em equipamentos municipais e aquisição de equipamento vitivinícola.

As **Transferências de Capital** apresentam uma dotação superior ao valor de 2017 em 139,6%, suportado pelo aumento do valor relativo à comparticipação no equipamento e obras de instituições de apoio social e saúde, remodelação de instalações e apetrechamento de equipamento e comparticipação em obras e equipamentos a efetuar nos agrupamentos de escolas.

Ativos Financeiros

Neste agregado de despesa encontra-se registada a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, mantendo-se, por conseguinte, o valor inalterado face ao ano anterior. Ressalva-se que o ano de 2018 será o quarto a registar movimentos.

Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros agregam o valor das amortizações e dos empréstimos em vigor para ano de 2018, que se encontram discriminados no Anexo “Empréstimos de Médio e Longo Prazo 2018”.

Grandes Opções do Plano

Distribuição por Classificação Funcional

A distribuição da despesa por diferentes Classificações Funcionais tem como objetivo agrupar as despesas de acordo com a natureza das funções exercidas pela Administração local, destacando-se as **Funções Gerais**, que compreendem as atividades de âmbito geral interno da Administração Local, com um peso de **45,5%**, uma vez que é nesta funcional que se inclui a despesa com pessoal, que como anteriormente foi referido representa per si 29,1% do total da despesa. Seguem-se as **Funções Sociais**, com **42,6%**, que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a Educação, a Saúde, a Segurança e Ação Social, a Habitação, o Ordenamento do território, o Saneamento básico, Abastecimento de água, Resíduos Sólidos e os Serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos. As restantes Funções, **Económicas e Outras**, representam no seu conjunto apenas **11,9%** do total do orçamento

Funcionais	PAM	PPI	GOP	%
1 Funções Gerais	64.317.016	4.537.552	68.854.568	45,5
2 Funções Sociais	33.214.732	31.315.981	64.530.713	42,6
3 Funções Económicas	6.850.809	2.677.270	9.528.079	6,3
4 Outras Funções	3.772.000	4.678.000	8.450.000	5,6
	108.154.557	43.208.803	151.363.360	100,0

A **Função Social** é a que apresenta a segunda maior dotação, com uma dotação total de 64.530.713 € e destacam-se entre outras as seguintes despesas:

	Total	Peso (%)	PAM	PPI	Peso
2 Funções Sociais	64.530.713	42,6	33.214.732	31.315.981	
210 Educação	12.065.966	8,0	7.365.260	4.700.706	
220 Saúde	3.002.557	2,0	595.467	2.407.090	
230 Segurança e Ação Sociais	6.291.132	4,2	3.146.932	3.144.200	
240 Habitação e Serviços Coletivos	36.348.500	24,0	16.640.989	19.707.511	
250 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	6.822.558	4,5	5.466.084	1.356.474	

> **Educação** - Requalificação de espaços escolares; Transferências ao abrigo do Contrato Interadministrativo ME; Apoio ao funcionamento das escolas

> **Saúde** - Transferências para Instituições de apoio Social e de Saúde;

> **Segurança e Ação Sociais** – Atribuição de subsídios a diversas entidades de cariz social do Concelho

- > **Habitação e Serviços Coletivos** – Reabilitação de edifícios no âmbito do programa habitação jovem, requalificação de espaços públicos, aquisição de serviços de gestão de resíduos sólidos, aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços Imóveis a adquirir; Sistema de informação geográfica; Estudos, projetos e fiscalização no âmbito da atividade exercida pelo DHRU.
- > **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos** – Protocolos de apoio a agentes culturais; Requalificação do complexo do Palácio Marques de Pombal e da Quinta Real de Caxias.

As **Funções Económicas** compreendem as despesas com a iluminação pública, transportes e rede viária assim como outras funções económicas. Apresentam um orçamento de 9.528.079 €, com uma variação positiva de 19,2% face ao valor previsto no ano anterior,

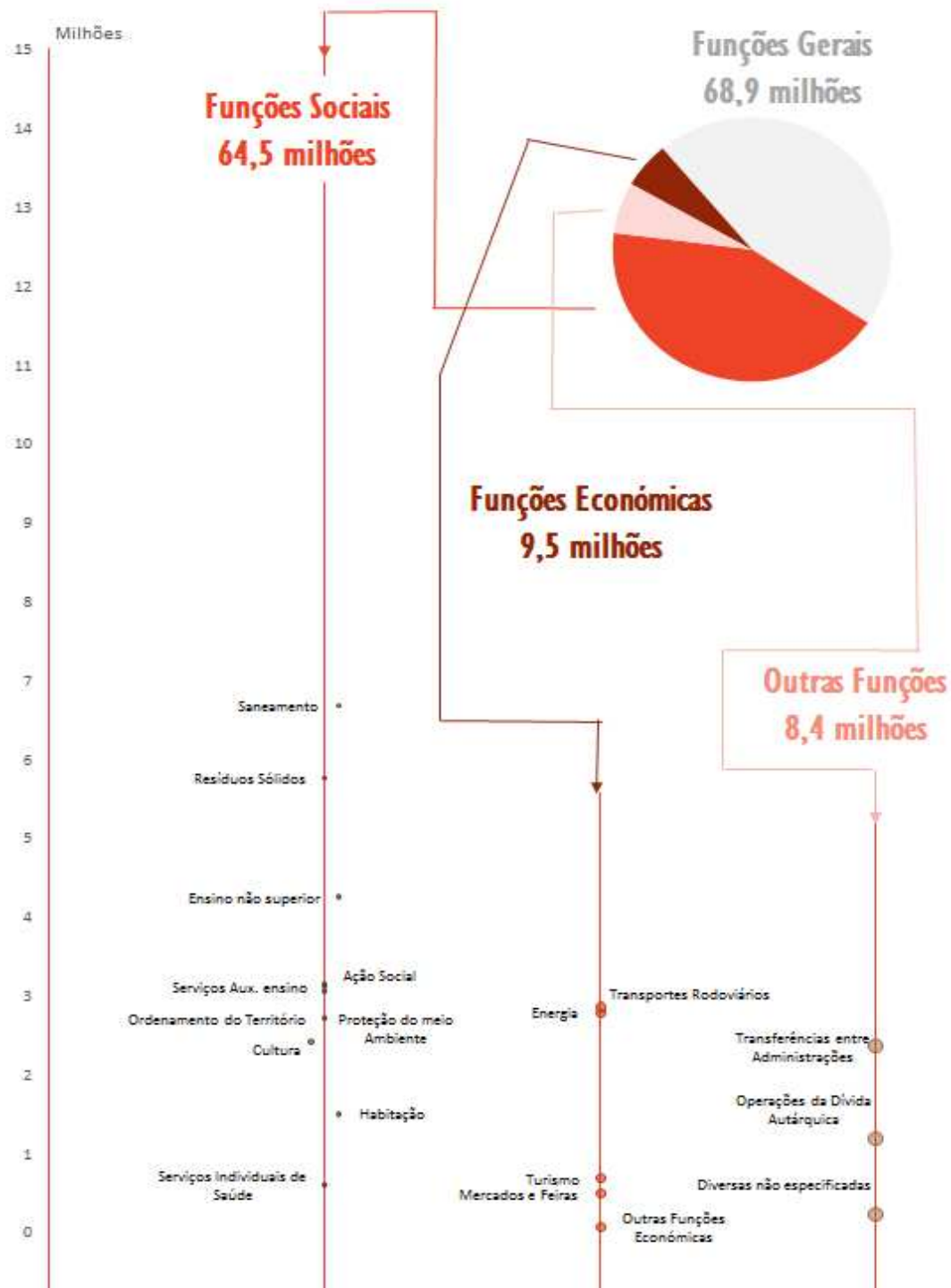
	Total	Peso (%)	PAM	PPI	Peso
3 Funções Económicas	9.528.079	6,3	6.850.809	2.677.270	
310 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0,0	0	0	
320 Indústria e Energia	3.321.401	2,2	2.850.888	470.513	
330 Transportes e Comunicações	2.577.803	1,7	489.046	2.088.757	
340 Comércio e Turismo	842.230	0,6	730.230	112.000	
350 Outras Funções Económicas	2.786.645	1,8	2.780.645	6.000	

Destaca-se a subfunção Transportes e Comunicações com um crescimento de 1.293.036 € face a 2017, justificado pela aquisição de viaturas e máquinas e aquisição e gestão das várias componentes referentes ao projeto Bikesharing.

As **Outras Funções** reforçam a sua dotação para o ano de 2018 em mais 1.144.513 €, o que significa um crescimento de 15,6% face ao Orçamento e 2017.

	Total	Peso (%)	PAM	PPI	Peso
TOTAL	151.363.360	100,0	108.154.557	43.208.803	
4 Outras Funções	8.450.000	5,6	3.772.000	4.678.000	
410 Operações da Dívida Autárquica	3.891.000	2,6	1.191.000	2.700.000	
420 Transferências entre Administrações	4.338.000	2,9	2.360.000	1.978.000	
430 Diversas não especificadas	221.000	0,1	221.000	0	

Nesta funcional destaca-se o aumento da delegação competências – juntas freguesia com um incremento de 61,4% face ao ano anterior.



GRANDES OPÇÕES DO PLANO: DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

	Total	Peso (%)	PAM	PPI	Euros Peso
TOTAL	151.363.360	100,0	108.154.557	43.208.803	
1 Funções Gerais	68.854.568	45,5	64.317.016	4.537.552	
110 Serviços Gerais da Administração Pública	66.317.708	43,8	62.186.446	4.131.262	
111 Administração Geral	66.317.708	43,8	62.186.446	4.131.262	
1119 Despesas Gerais de Funcionamento	21.695.705	14,3	17.564.443	4.131.262	
1120 Despesas de Pessoal	44.622.003	29,5	44.622.003	0	
120 Segurança e Ordem Públicas	2.536.860	1,7	2.130.570	406.290	
121 Proteção Civil e luta contra incêndios	2.471.635	1,6	2.091.635	380.000	
1211 Bombeiros	2.068.135	1,4	1.888.135	180.000	
1212 Proteção Civil	403.500	0,3	203.500	200.000	
122 Polícia Municipal	65.225	0,0	38.935	26.290	
1221 Polícia Municipal	65.225	0,0	38.935	26.290	
2 Funções Sociais	64.530.713	42,6	33.214.732	31.315.981	
210 Educação	12.065.966	8,0	7.365.260	4.700.706	
211 Ensino não superior	8.946.308	5,9	4.245.602	4.700.706	
2111 Pré-Escolar e 1º Ciclo	5.976.662	3,9	1.582.456	4.394.206	
2112 2º e 3º Ciclos	2.059.646	1,4	1.753.146	306.500	
2113 Ensino Secundário	910.000	0,6	910.000	0	
212 Serviços Auxiliares de Ensino	3.119.658	2,1	3.119.658	0	
2121 Ação Social (escolar)	3.119.658	2,1	3.119.658	0	
220 Saúde	3.002.557	2,0	595.467	2.407.090	
221 Serviços Individuais de Saúde	3.002.557	2,0	595.467	2.407.090	
2211 Saúde	3.002.557	2,0	595.467	2.407.090	
230 Segurança e Ação Sociais	6.291.132	4,2	3.146.932	3.144.200	
232 Ação Social	6.291.132	4,2	3.146.932	3.144.200	
2321 Infância	296.386	0,2	266.386	30.000	
2322 Juventude	363.725	0,2	353.725	10.000	
2323 Terceira Idade	2.506.200	1,7	100.000	2.406.200	
2324 Outros	2.697.923	1,8	2.150.923	547.000	
2325 Cooperação com CPLP e Geminações	30.500	0,0	29.500	1.000	
2326 Emprego e Formação Profissionais	396.398	0,3	246.398	150.000	
240 Habitação e Serviços Coletivos	36.348.500	24,0	16.640.989	19.707.511	
241 Habitação	7.157.726	4,7	1.495.328	5.662.398	
2411 Habitação	7.157.726	4,7	1.495.328	5.662.398	
242 Ordenamento do Território	16.091.850	10,6	2.711.278	13.380.572	
2421 Planeamento Urbano	15.067.468	10,0	2.449.578	12.617.890	
2422 Urbanização	787.682	0,5	25.000	762.682	
2423 Planeamento Estratégico	236.700	0,2	236.700	0	
245 Resíduos Sólidos	7.155.077	4,7	6.676.937	478.140	
2451 Resíduos Sólidos	7.155.077	4,7	6.676.937	478.140	
246 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da I	5.943.847	3,9	5.757.446	186.401	
2461 Espaços Verdes	5.076.221	3,4	4.958.416	117.805	
2462 Higiene Pública	248.776	0,2	218.780	29.996	
2463 Cemitérios	3.000	0,0	3.000	0	
2464 Canil/Gatil	99.350	0,1	99.350	0	
2465 Educação e Promoção Ambiental	318.100	0,2	279.500	38.600	
2466 Proteção Meio Ambiente	98.400	0,1	98.400	0	
2467 Conservação da Natureza	100.000	0,1	100.000	0	
250 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	6.822.558	4,5	5.466.084	1.356.474	
251 Cultura	3.439.925	2,3	3.052.724	387.201	
2511 Atividades Culturais	3.338.675	2,2	2.961.724	376.951	
2512 Património Cultural	101.250	0,1	91.000	10.250	
252 Desporto, Recreios e Lazer	3.382.633	2,2	2.413.360	969.273	
2521 Desporto, Recreios e Lazer	3.382.633	2,2	2.413.360	969.273	

GRANDES OPÇÕES DO PLANO: DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

	Total	Peso (%)	PAM	PPI	Euros Peso
TOTAL	151.363.360	100,0	108.154.557	43.208.803	
3 Funções Económicas	9.528.079	6,3	6.850.809	2.677.270	
310 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0,0	0	0	
320 Indústria e Energia	3.321.401	2,2	2.850.888	470.513	
321 Energia	3.321.401	2,2	2.850.888	470.513	
3211 Iluminação Pública	3.321.401	2,2	2.850.888	470.513	
330 Transportes e Comunicações	2.577.803	1,7	489.046	2.088.757	
331 Transportes Rodoviários	2.577.803	1,7	489.046	2.088.757	
3311 Rede Viária	409.820	0,3	279.046	130.774	
3312 Sinalização	466.146	0,3	0	466.146	
3313 Transportes, Parques e Terminais	1.701.837	1,1	210.000	1.491.837	
340 Comércio e Turismo	842.230	0,6	730.230	112.000	
341 Mercados e Feiras	56.400	0,0	56.400	0	
3411 Mercados e Feiras	56.400	0,0	56.400	0	
342 Turismo	785.830	0,5	673.830	112.000	
3421 Turismo	785.830	0,5	673.830	112.000	
350 Outras Funções Económicas	2.786.645	1,8	2.780.645	6.000	
351 Outras Funções Económicas	2.786.645	1,8	2.780.645	6.000	
3511 Outras Funções Económicas	2.394.915	1,6	2.394.915	0	
3512 Núcleos Empresariais	385.730	0,3	385.730	0	
3514 Orçamento Participativo	6.000	0,0	0	6.000	
4 Outras Funções	8.450.000	5,6	3.772.000	4.678.000	
410 Operações da Dívida Autárquica	3.891.000	2,6	1.191.000	2.700.000	
411 Operações da Dívida Autárquica	3.891.000	2,6	1.191.000	2.700.000	
4111 Encargos da Dívida - Juros	1.191.000	0,8	1.191.000	0	
4112 Amortização de Empréstimos	2.700.000	1,8	0	2.700.000	
420 Transferências entre Administrações	4.338.000	2,9	2.360.000	1.978.000	
421 Transferências entre Administrações	4.338.000	2,9	2.360.000	1.978.000	
4211 Freguesias - Transferência de Competências	3.262.000	2,2	2.060.000	1.202.000	
4212 Freguesias - Subsídios	300.000	0,2	300.000	0	
4213 FAM	776.000	0,5	0	776.000	
430 Diversas não especificadas	221.000	0,1	221.000	0	
431 Diversas não especificadas	221.000	0,1	221.000	0	
4312 Atribuição de Subsídios a diversas entidades	221.000	0,1	221.000	0	

Distribuição por Unidade Orgânica

O **Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional**, apresenta-se como o departamento com a maior dotação do orçamento municipal, com cerca de 45%, para prosseguir as competências das divisões que fazem parte da sua estrutura orgânica e que suportam as despesas transversais de toda a organização, nomeadamente, consumo das instalações (água, eletricidade, segurança, limpeza, entre outros. Desta estrutura destaca-se a Divisão de Recursos Humanos com a gestão do orçamento de pessoal com um peso de 68,1% do total do Departamento, onde as despesas assentam no desígnio de reforço das competências e qualificações dos trabalhadores e no aumento da responsabilidade social do Município para com os seus trabalhadores e suas famílias, acionando o Fundo de Emergência Social nas situações de comprovada carência ao nível económico e social

Despesas por Unidade Orgânica e tipologia

Unidades Orgânicas	AMR		PPI		Total	Peso
		Peso (%)		Peso (%)		
Total	108.154.557	100	43.208.803	100	151.363.360	
Assembleia Municipal [AM]	140.100	0,1	0	0,0	140.100	
Câmara Municipal [CM]	447.400	0,4	0	0,0	447.400	
Operações Financeiras [OF]	1.191.000	1,1	2.700.000	6,2	3.891.000	
Gabinetes	6.117.284	5,7	4.402.750	10,2	10.520.034	
Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil [DPMPC]	1.937.320	1,8	206.290	0,5	2.143.610	
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDC]	58.893.633	54,5	9.171.700	21,2	68.065.333	
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	636.538	0,6	549.093	1,3	1.185.631	
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHURU]	2.546.368	2,4	9.114.553	21,1	11.660.921	
Departamento de Obras Municipais [DOM]	5.666.726	5,2	11.907.449	27,6	17.574.175	
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	16.020.704	14,8	1.815.778	4,2	17.836.482	
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	3.084.600	2,9	128.800	0,3	3.213.400	
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	3.963.446	3,7	2.575.790	6,0	6.539.236	
Departamento de Educação [DE]	7.509.438	6,9	636.600	1,5	8.146.038	

parceiros sociais respostas para situações de vulnerabilidade.

Os **Serviços de Assessoria (Gabinetes)** apresentam um orçamento total de 10.520.034 €, onde o Gabinete de Apoio às Juntas [GAF] se destaca com a maior dotação no montante de 3.262.000 € para prosseguir a gestão da delegação de competências para as Juntas de Freguesia.

O **Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil**, apresenta-se com um aumento de 237.395 € face ao ano anterior, propõe-se aumentar o valor das transferências para as corporações de Bombeiros, aumentando

assim a qualidade de vida do espaço público urbano, a segurança e bem-estar e a satisfação dos munícipes.

O **Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística** exhibe com um orçamento de 1.185.631 €, valor que representa um crescimento de 1.000.421€ face ao Orçamento do ano anterior. Incremento suportado no desenvolvimento e implementação do projeto Bikesharing, e na elaboração do Plano da Mobilidade

O **Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana** regista uma dotação de 11.660.921 €, reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, requalificação e reabilitação dos Centros Históricos, recuperação do Património Histórico e Cultural por parte da **Divisão de Projetos Especiais**. A **Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional** propõe-se dar continuidade aos trabalhos de manutenção e reparação corrente do parque habitacional, nas suas vertentes de reparação de fogos ocupados e devolutos, reabilitação exterior dos bairros municipais de habitação e reparação e requalificação de espaços de equipamento.

O **Departamento de Obras Municipais** com uma dotação de 17.574.175 € em orçamento apresenta-se com um peso de 11,6% no orçamento municipal. A **Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais** é a unidade que maior percentagem lhe cabe gerir, dentro do departamento, com um orçamento de 10.571.411 €, para reforço da iluminação pública, dando continuidade ao Plano de Iluminação do Concelho (PIC), com a escolha de equipamentos eficientes e resistentes, reparação e manutenção de arruamentos, manutenção e reparação do sistema semafórico, entre outros.

O **Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos**, com uma dotação estimada de 17.836.482 € apresenta-se como a segunda unidade orgânica com maior peso no orçamento municipal, com cerca de 11,8%. Nesta unidade orgânica destaca-se a **Divisão de Espaços Verdes**, com um orçamento de 5.723.942 €, ou seja, 32,1% do total do Departamento.

O **Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento**, apresenta um orçamento de 3.213.400 €. Valor que regista um crescimento de 31,6% face a 2017. A **Divisão de Património Histórico, Cultura e Turismo** apresenta-se com uma dotação de 2.938.300€, valor que regista cerca de 91,4% do total do orçamento do Departamento, em que os apoios aos agentes culturais

municipais e a promoção de iniciativas de cariz cultural e turístico se apresentam como as principais ações a desenvolver durante o ano de 2018.

O **Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social** detém um orçamento para 2018 no valor de 6.529.236 € para projetos e iniciativas que respondam a necessidades relacionadas com a dimensão social da vida dos Municípios, como a criação de oportunidades para a inclusão social e profissional, na complementaridade ao nível das respostas às famílias em situação de fragilidade económica e social, na promoção da participação social.

O **Departamento de Educação**, dispõe de um orçamento de 8.146.038 €, para dar continuidade às competências que foram adquiridas no ano de 2016 no âmbito da vigência do Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a Área Educativa, onde a descentralização abrange a gestão de pessoal não docente assim como a manutenção dos equipamentos escolares.

Atividades a desenvolver pelos serviços municipais

Gabinetes

Gabinete de Apoio às Freguesias

O Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF) tem como principais preocupações para 2018, acentuar um rigoroso controlo da despesa financeira, mantendo-a eficiente, particularmente no que se refere aos apoios às festividades, tanto nos apoios financeiros como nos apoios logísticos, dispondo de um orçamento a rondar os 3,3 milhões de euros, representando 33% do total orçamentado para os Gabinetes.

Igualmente pretende-se encerrar os anteriores contratos e preparar os novos contratos de delegação de competências nas Freguesias e Uniões, através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos, e acompanhar a sua operacionalização propondo soluções, muitas vezes em articulação com as várias unidades orgânicas, conforme as competências técnicas, de modo a tornar a execução pelas Freguesias o mais eficiente possível.

Neste sentido, irão manter-se as rubricas de despesa corrente e despesa de capital, relativas à transferência das verbas correspondentes à execução das Juntas de Freguesia no âmbito dos **Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos**.

Manter-se-á o **apoio às festividades** das Juntas de Freguesia, Paróquias e Coletividades do Concelho, no que respeita ao apoio logístico e organizacional, bem como financeiro, contemplando desta forma as iniciativas de apoio a transportes no âmbito das festividades e comemorações das freguesias, apoio ao fogo-de-artifício da festa do Sr. Jesus dos Navegantes e o apoio às festividades populares - sardinhada. Relativamente ao apoio logístico, o GAF faz a articulação com as restantes unidades orgânicas, sendo que é uma situação que só tem expressão financeira nas unidades orgânicas responsáveis pelos diversos tipos de apoio logístico, nomeadamente cedência de palco, divulgação, equipamento técnico variado, som, apoio técnico, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras, entre outros.

Relativamente ao **tratamento de informação**, e salientando que continua a ser dada grande relevância à visibilidade do trabalho das Freguesias no

âmbito dos Acordos de Execução (com a colaboração da Divisão de Higiene Urbana) e dos Contratos Interadministrativos, com a apresentação de registo fotográfico. Procurando-se, simultaneamente, registar o estado anterior à intervenção e a forma como ficou após a intervenção. Será feita a apresentação de breves pontos de situação, por bimestre, relativos à evolução da execução financeira das Juntas de Freguesia. À semelhança dos anos anteriores será também preparado um relatório anual resumo das intervenções efetuadas, dando especial enfoque à realização física, bem como um relatório com vista à apreciação à forma como decorreram as festividades.

Gabinete de Desenvolvimento Municipal

Inerente às atribuições do GDM mantém-se a preocupação em promover e desenvolver estudos, análises e levantamentos relevantes nas áreas de atuação do Município de Oeiras, tendo em vista a sua potenciação tecnológica, o planeamento e o desenvolvimento estratégico e prospetivo, bem como a estratégia “Cidades Sustentáveis 2020” e Smart Cities. Para tal, foi atribuído um montante aproximado de 1,2 milhões de euros que representa cerca de 12% do orçamento global disponibilizado para os gabinetes.

Tendo presente as prioridades de intervenção dos fundos comunitários no período 2014-2020 continuar-se-á a recolher, acompanhar e difundir pelos serviços a informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, instruindo os processos de candidatura e acompanhando posteriormente as fases de apreciação e aprovação.

Quanto às outras áreas de trabalho mais estruturantes, elas centrar-se-ão:

Monitorização do Plano Diretor Municipal: uma vez aprovado o PDMOeiras impõe-se assegurar a sua monitorização tendo por base os indicadores de monitorização territorial nele definidos, incidindo estes sobre os seguintes aspetos: Verificação da realização das medidas e das ações propostas pelo PDM – monitorização da implementação; Avaliação do grau de alcance das metas do PDM e dos resultados alcançados – monitorização de impactes; Confirmação da adequação das medidas e das ações propostas ao alcance dos objetivos – monitorização estratégica. Inscreve-se ainda neste item a elaboração de um estudo de monitorização dos riscos ambientais no âmbito do PDM.

Oeiras 21+ : A Agenda 21 Local de Oeiras, Oeiras 21+, continuará a ser dinamizada pelo Grupo Oeiras 21+, sob coordenação do GDM, e envolverá em 2018 as seguintes ações:

- Continuar a apostar no debate, reflexão e troca de experiências sobre temáticas de sustentabilidade local, realizando quatro “Pequenos-Almoços com a Sustentabilidade”;
- Promover a participação e adesão do Município a entidades nacionais e internacionais relevantes para a implementação de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável,
- Promover uma reflexão alargada sobre a visão, estratégia e plano de ação para a sustentabilidade do Município de Oeiras, nomeadamente articulada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS);
- Participar no Programa ECO XXI 2018/Municípios Sustentáveis promovido pela ABAE;
- Promover a participação em ações de formação de temáticas relacionadas com a sustentabilidade;
- Organizar visitas técnicas a casos de boas práticas de sustentabilidade local;
- Promover a participação do Grupo em eventos (internos e externos) e divulgação das suas ações.

Orçamento Participativo: O GDM irá acompanhar a implementação das propostas aprovadas no âmbito das duas edições do processo (2012/2013 e 2014/2015), e continuar o processo de reflexão dos novos termos de referência para o próximo processo, por forma a ultrapassar as dificuldades e contingências das primeiras edições.

Pacto dos Autarcas Integrado para o Clima e a Energia de Oeiras – PAICEO: Na sequência da adesão do Município ao PAICEO, dar-se-á continuidade aos trabalhos com vista à elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras (PMAACO), e iniciar-se-á o procedimento para a aquisição de prestação de serviços com vista à atualização do Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras.

Estudo da dinâmica empresarial de Oeiras: Neste domínio pretende dar-se continuidade ao trabalho de recolha, compilação, tratamento, produção e difusão de informação e conhecimento, no domínio do Desenvolvimento Económico e Social. Sempre que considerado pertinente faz-se a comparação dos indicadores socioeconómicos com a média nacional e a AML. A análise trimestral e semestral das estatísticas do desemprego registado reveste-se, também, de particular relevância e insere-se na

preocupação que o GDM tem de análise de informação estatística, que se encontra disponível nas diversas fontes, relativa ao Emprego, Desemprego e Empresas, e que é fundamental como apoio em qualquer processo de decisão.

Análise Estatística: Com base em informação disponível nas diversas fontes oficiais, designadamente do INE, pretende-se continuar a manter atualizada através dos estudos que suportam o posicionamento do município de Oeiras na AML incidindo sobre uma série de indicadores: população, habitação e condições de vida, educação, saúde, emprego e empresa, cultura e turismo, proteção social, justiça e segurança, finanças autárquicas e eleitores, tecnologia e informação, território, energia e ambiente. Trata-se de disponibilizar internamento para as várias Unidades Orgânicas, mas também para o nível exterior, análises com leituras relevantes sobre o território de Oeiras nos mais diversos domínios, que possam permitir suportar os diagnósticos, a monitorização e a avaliação das dinâmicas urbanas e territoriais nas suas múltiplas facetas e que simultaneamente sejam suporte ao processo de tomada de decisão.

No âmbito do Programa da Rede Social, em 2018, será dada continuidade ao processo de atualização do Diagnóstico Social de Oeiras e elaborado o novo Plano de Desenvolvimento Social, com contributo do GDM decorrente da sua participação no Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios: Apoio à implementação do PMDFCI, nomeadamente:

- Revisão das faixas de gestão de combustível;
- Apoio às ações de sensibilização ambiental
- Atualização dos incêndios florestais na plataforma SGIF;
- Revisão do POM-Plano Operacional Municipal para 2018.

Elaboração de um estudo em colaboração com a Divisão do Desporto, para avaliação dos **níveis de cobertura espacial dos equipamentos desportivos** e identificação das áreas prioritárias de intervenção.

Elaboração de um **repositório de estudos académicos, técnicos e científicos** que incidam sobre as temáticas de ambiente, urbanismo e ordenamento do território do concelho de Oeiras.

Plano de Urbanização da Frente Ribeirinha - Sub UOPG Litoral Poente: Iniciado em 2016 com participação de vários técnicos do GDM no grupo de

trabalho que está responsável pela sua elaboração, prevê-se a continuidade dos trabalhos no próximo ano.

Elaboração de um estudo de risco sísmico e tsunami: inerente às preocupações de promoção da segurança pretende-se elaborar um estudo de perigosidade sísmica e de tsunami no território de Oeiras.

Neste intento de tornar o município de Oeiras num território mais seguro inscreve-se o objetivo de instalar, monitorizar e difundir os dados das estações meteorológicas e hidrométricas.

Informação Geográfica: Neste domínio pretende-se:

- Promover as ações inerentes à manutenção e desenvolvimento de um sistema de informação geográfica municipal, integrado com o Enterprise Resource Planning (ERP) do Município;
- Integração de SIG com ERP: Processos de Obras, Processos de Loteamento, Património Municipal, etc;
- Manutenção da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) e implementação de serviços de pesquisa, visualização, descarregamento, transformação (tendo em vista a interoperabilidade) e outros serviços que permitam invocar serviços de dados geográficos, estando de acordo com as especificações técnicas emanadas pelo Open Geospatial Consortium (OGC);
- Dar continuidade ao desenvolvimento do Portal de dados abertos com a introdução de novos temas resultantes dos contributos das unidades orgânicas e de outros atores presentes no território;
- Desenvolvimento de módulos da Framework MunWebGis, incluindo o desenvolvimento de aplicações: Proteção Civil, Oeiras eCity, Espaços Verdes, Recolha de RSU, Educação, entre outros;
- Numa preocupação com a comunicação, informação e imagem institucional pretende-se melhorar a interação com o município. Insere-se neste âmbito o desenvolvimento de uma aplicação para acesso à informação sobre transportes públicos assim como aplicação para agendamento e recolha de resíduos especiais;
- No Portal de Gestão de Ocorrência desenvolver novas funcionalidades e garantir o acesso a um Dashboard atualizado em tempo real com as ocorrências no município.
- No sentido de assegurar uma melhor governança e cidadania promover um canal de participação cívica que contemple, entre outros aspetos, o Orçamento Participativo, a aplicação de inquéritos e sondagens, a apresentação de projetos regulamentares para apreciação do público, entre outros;

- Com o objetivo de melhorar a circulação e a mobilidade urbana, pretende-se implementar um sistema de gestão de tráfego em tempo real;
- Manter a atualização dos metadados de toda a informação geográfica, em ambiente SIG, de acordo com o perfil de Metadados de Informação Geográfica (MIG);
- Assegurar o desenvolvimento e manutenção de bases de dados de informação cartográfica de âmbito municipal e promover a criação de condições para a sua divulgação aos serviços;
- Manutenção e gestão dos conteúdos do Geoportal e desenvolvimento de novos canais;
- Assegurar a aquisição e manutenção do cadastro SIG de infraestruturas subterrâneas e aéreas em articulação com as entidades exploradoras das respetivas redes, designadamente abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade, gás, telecomunicações;
- Desenvolvimento e manutenção de um sistema municipal de endereços em articulação com os serviços de toponímia e números de polícia;
- Dar continuidade à manutenção da informação relativa aos equipamentos de recolha de resíduos com o objetivo da sua integração num projeto SIG que visa a definição e otimização dos trajetos de recolha dos resíduos sólidos urbanos;
- Prosseguir com o desenvolvimento da aplicação de gestão dos espaços verdes, caixas de rega e respetivos contadores, cadastro arbóreo, espaços de jogo e recreio (EJR) e áreas caninas, assim como o controlo das ações de fiscalização aos trabalhos efetuados pelas empresas subcontratadas para os espaços verdes e EJR;
- Conceção, desenvolvimento e manutenção do banco de dados estatísticos do território municipal em articulação com as entidades competentes;
- Analisar todas as necessidades de informação geográfica na autarquia, dando prioridade aos temas constantes nos anexos da diretiva INSPIRE;
- Finalizar o processo homologação da atualização da cartografia topográfica à escala 1/2000;
- Atualização e manutenção das bases de dados geográficas de diferentes áreas temáticas (Edifícios, Comercio e Serviços, Equipamentos, Rede Viária, entre outras);
- Promover e articular a partilha de informação geográfica relevante com a Proteção Civil e Forças de Segurança para suporte a Planos de Defesa e de Emergência, a ações de prevenção de catástrofes e acidentes, alerta e socorro e recuperação de áreas atingidas;
- Elaboração de Cartografia Temática (de Risco, de suporte aos IGT, ou outra);

- Implementação de procedimentos que garantam a qualidade total dos produtos do SIG com vista à certificação, segundo as especificações “International Organization for Standardization” (normas ISO) da série 9000;
- Dar apoio a todos os serviços na utilização da informação geográfica.

Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico

Relativamente ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico (GCAJ), serviço de **assessoria jurídica** tem por missão zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica, acompanhamento e representação forense sobre quaisquer assuntos, questões ou processos de índole jurídica, assim como pugnar pela adequação e conformidade normativa dos procedimentos administrativos e a prestação de apoio administrativo ao Núcleo de Instrução de Atos Notariais. Para tal foi atribuída uma dotação no valor de cerca de 1,8 milhões de euros.

O aumento face ao ano anterior resulta, em particular, de um reforço de fundos na rubrica **Aquisição por Via do Direito Privado de Terrenos**. Nas restantes rubricas, as dotações orçamentais mantêm-se ou sofrem uma correção relativamente ao ano anterior, conforme se verifica pela justificação infra. Assim:

- Relativamente à rubrica **Pagamentos em Cumprimento de Sentenças Judiciais Condenatórias** manteve-se a dotação do ano transato em virtude da projeção que se fez com base na fase processual em que se encontram diversas ações de natureza condenatória para pagamento de quantias pecuniárias em que o Município é demandado (exercício efetuado no âmbito das responsabilidades contingentes);
- Já a rubrica **Despesas Judiciais, Emolumentares e Agentes de Execução**, foi objeto de uma redução de 10.000,00€, tendo em conta o montante de custos suportados durante o ano de 2017 e a previsão que a atividade judicial e notarial se mantenha constante;
- No âmbito da rubrica **Indemnização a Pagar no Âmbito de Processos de Acidente**, considerando o volume de processos pendentes e a existência de uma nova apólice de seguro de cobertura da responsabilidade civil extracontratual do Município e da franquia contratual àquela inerente (250,00€), manteve-se a dotação de 10.000,00€;
- No que concerne à rubrica **Pareceres Jurídicos a solicitar a Jurisconsultos Externos e Aquisição de Serviços** a dotação foi reduzida em cerca de 50% na expectativa de ver concluído o procedimento de recrutamento de técnicos superiores na área do Direito atualmente em curso, mas acautelando a verba necessária para, em virtude do grau de especialidade nas áreas do Direito e em articulação com os

recursos disponíveis nos serviços, fazer face às necessidades do Município neste domínio;

Por último, e relativamente à rubrica **Aquisição por Via do Direito Privado de Terrenos**, foi a mesma significativamente reforçada em virtude das prioridades definidas pelo atual executivo municipal na aquisição de prédios destinados à concretização de projetos de requalificação e valorização do território.

Gabinete de Comunicação

As pessoas são diferentes, os contextos são voláteis e as escolhas são rápidas. A comunicação necessariamente muda o tom, os meios e, acima de tudo, o conteúdo. Estamos em presença de um consumidor criterioso que toma decisões no momento sobre o uso do seu tempo, que gosta de intervir, de opinar e de receber conteúdo direto, com significado, que lhe proporcione experiências emocionais ricas. É para ele que orientamos a nossa estratégia e definimos os nossos objetivos e as propostas para 2018, através de uma dotação aproximada de 1,3 milhões de euros.

No geral, o Gabinete de Comunicação responde pela política de comunicação global do município, mediante a conceção, proposta e execução de ações tidas como adequadas à difusão de informação e promoção da boa imagem institucional, tanto ao nível interno como a nível externo, cabendo-lhe definir um plano que responda pelo conjunto das orientações estratégicas do município de Oeiras e respetivo posicionamento: Oeiras como a cidade do conhecimento, criatividade e inovação. Uma cidade conectada, aberta, inovadora e integradora, onde todos participam ativamente e interagem.

Para 2018, a nossa prioridade vai ser dada aos meios digitais de difusão de informação regular não só aos munícipes de Oeiras, como a todos os que vivem, trabalham ou fruem do concelho, quer a nível nacional quer a nível internacional. Para esta finalidade o município dispõe de uma plataforma digital integrada. O principal suporte é o portal do município de Oeiras na Internet, alvo de uma profunda transformação não apenas ao nível do layout gráfico mas principalmente em toda a lógica de produção e disponibilização de conteúdos e arquitetura tecnológica. Manterá como princípio dar informação de qualidade, de forma democrática, simples, acessível e transparente, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia e prevendo o acesso de todos os cidadãos, particularmente aqueles que possuem necessidades especiais, estando garantida a acessibilidade através de mecanismos de vocalização de conteúdos e multiplataforma.

No novo portal ficará disponível uma funcionalidade que prevê a tradução automática de conteúdos em qualquer língua. De referir ainda que com o alargamento dos pontos de acesso a Internet – Oeiras Wifi – e ainda em espaços criados especificamente para o efeito, se vai assegurando a progressiva democratização do acesso à informação junto daqueles que não possuem estes meios em casa. O segundo suporte desta plataforma é o canal Oeiras que tem uma programação diária sendo disponibilizadas notícias, destaques e vídeos temáticos sobre a vida social, cultural e desportiva do concelho.

O objetivo de alargamento a outros pontos vitais de difusão de informação no município, permitindo-nos assim chegar a outros públicos, foi conseguido, estando atualmente disponível em 7 locais do concelho, a saber, nas zonas de atendimento nos paços do concelho – geral e urbanismo – no atendimento da Habitação no Bairro de Pombal e em todos os Espaço Cidadão sites no concelho. Vamos ainda avançar com a exploração de um piloto de mupi digital interativo. Por último, e de forma cada vez mais relevante, é de salientar o investimento na presença do Município de Oeiras nas principais redes sociais na internet, que dinamizam de uma forma simples e com recurso a suportes multimédia, a presença institucional dando visibilidade aos órgãos do município, às atividades da autarquia e aos serviços que a mesma presta ao cidadão, permitindo-lhe interagir com a autarquia de forma rápida e cómoda. São eles: Twitter (www.twitter.com/municipiodeoeiras); Issue (<http://issuu.com/municipiodeoeiras>); Youtube (<http://www.youtube.com/municipiodeoeiras>); LinkedIn (<http://pt.linkedin.com/municipiodeoeiras>); o Facebook (www.facebook.com/municipiodeoeiras) no qual conta já com cerca de 50 000 pessoas a acompanhar quotidianamente o que se passa em Oeiras.

Está prevista ainda a integração com aplicativos móveis para as plataformas IOS levando Oeiras mais longe de forma mais imediata. No plano da divulgação e promoção da imagem institucional do município, para além de ser assegurada toda a comunicação urbana e institucional, a grande transformação dá-se com a integração do roteiro cultural Trinta Dias no Boletim Oeiras Atual, levando a programação cultural, desportivo e recreativa junto de todos os munícipes. Vamos editar cinco publicações periódicas, uma em encarte: o Roteiro Trinta dias (6 edições), o Boletim Oeiras Actual (6 edições), a Oeiras em Revista com uma edição anual de informação seletiva e de prestígio do Município e ainda as revistas “Real Idade” com a edição de um guia de recursos e a nova revista de responsabilidade social do município que integrará a “POS – Programa

Oeiras Solidárias” (ambas com uma edição por ano). Foi descontinuado o investimento específico em exposições e eventos de larga escala através da criação e produção do stand institucional, dado que esta presença será dinamizada através do stand móvel airstream concebido de forma versátil para se ajustar às diferentes ações de comunicação do Município de Oeiras.

O número de ações previstas mantém-se em número mas altera em natureza de conteúdo relativamente às desenvolvidas no ano anterior, sem acréscimo significativo de orçamento. O gabinete mantém-se como um Pólo de serviços multi-canal que comunica a identidade, a imagem e o modo como a autarquia se relaciona, no quadro das responsabilidades políticas e cívicas que lhe estão cometidas, com a comunidade local, regional, nacional e internacional, acumulando a vertente de comunicação interna que, embora parcialmente, já vinha a assumir com o trabalho desenvolvido no âmbito da reestruturação gráfica e de conteúdos da intranet.

Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação

Face ao suporte que os recursos tecnológicos representam para as organizações atuais, a exigência na disponibilização das estruturas técnicas e equipamento tecnológico é complementada pela implementação de soluções aplicacionais de suporte à atividade do Município de Oeiras e respetivos processos críticos e/ou transacionais. Neste capítulo, o Gabinete de tecnologias e Sistemas de Informação (GTSI) assume a responsabilidade e dever de atender às necessidades das várias unidades orgânicas no âmbito dos Sistemas, Tecnologias de Informação e de Comunicação. Para tal é colocado ao seu dispor uma dotação inicial no valor de 2,9 milhões de euros, representando 28% do global do orçamento para os Gabinetes.

Durante 2018 será realizada a implementação e consolidação de vários projetos que se têm desenvolvido ao longo dos períodos mais recentes. Entre os mesmos encontra-se o ERP municipal, em funcionamento desde 2 de Janeiro de 2017 e cuja implementação resultou das dificuldades há muito sentidas e manifestadas pelos serviços, com especial ênfase na área financeira relativamente à fraca qualidade dos dados extraídos da anterior solução do anterior ERP AIRC, que se encontrava em funcionamento no Município desde final de 2006.

Também enquadrados neste conjunto de projetos críticos, será dada continuidade à estabilização das soluções implementadas no passado recente, assim como à respetiva potenciação funcional, nomeadamente a nova solução de Gestão Documental e da solução de Gestão de

Atendimento com funcionalidades de CRM (*Customer Relationship Management*), assim como a estabilização com módulo de serviços on-line. Acresce a estes projetos a conclusão da nova solução de gestão da formação para a área de DRH, garantindo as funcionalidades de suporte a esta atividade específica dos Recursos Humanos. Será também consolidado e potenciado o novo **Portal Institucional Município de Oeiras**, cujo desenvolvimento funcional e de imagem decorreu ao longo dos últimos meses e que se encontra em funcionamento à data, com acrescidas integrações para soluções aplicacionais que entretanto foram sendo implementadas (Canal VIVOeiras, Solução de gestão de filas e sistema marca a vez, quiosques, entre outras).

No que concerne aos **novos projetos** para 2018, numa perspetiva genérica, será dada continuidade ao levantamento das necessidades funcionais e implementação de novos Sites e Sistemas de informação identificados pelos serviços ou resultantes das análises realizadas pela equipa interna junto dos mesmos. O mesmo será realizado no âmbito dos equipamentos necessários de disponibilizar aos serviços e soluções comunicacionais identificadas.

Em 2018 será dada especial atenção à área do **Urbanismo do Município**, que não tendo sido prioridade no ano transato, em razão da necessidade de estabilização da arquitetura aplicacional construída na esfera do atendimento genérico e soluções transacionais da organização, apresenta grande criticidade para a organização nesta fase, pela inexistência de pontes aplicacionais e de dados entre o conjunto de módulos de Higiene Urbana, projeto que entretanto foi adiado nos anos recentes face à urgência de implementação de outras soluções absorventes da equipa de trabalho. Durante este período, será também implementado o Projeto Digital do Parque dos Poetas (Ritmo Oeiras) com tecnologia IOT (Internet Of Things) integrada, e consolidado o Projeto de infra-estruturação do Parque dos Poetas em rede WIFI de larga cobertura, assim como tornar mais apelativo e explorável o tema do parque através da inovação da experiência de utilização/usufruto do mesmo pelos respetivos visitantes.

Será realizada a implementação de outras soluções que se preveem de impacto na operação de várias unidades orgânicas. Entre as mesmas, será implementada nova solução de Contact Center de centralização e uniformização do BackOffice de gestão dos canais de atendimento do Município, será desenvolvida nova solução de gestão dos pedidos de audiência ao Gabinete da Presidência e Vereação, solução de suporte ao sistema de gestão da qualidade, Portal do Desporto, entre outras novas

iniciativas. Complementarmente serão estabilizadas as soluções no âmbito da Ação Social e rede sem-abrigo, Desporto, no suporte aos vários eventos, Bibliotecas, na potenciação da rede de serviços ao público, Atendimento, evolução da solução de gestão de filas de espera e TV corporativa, assim como o canal corporativo VIVOeiras em implementação até final de 2017.

Durante 2018 prevê-se a implementação faseada das ferramentas Office 365, com a atualização das versões do software desktop de apoio às normais tarefas desempenhadas pelos utilizadores com o apoio do computador, mas também com as novas ferramentas de comunicação interna no seio da denominada Web 2.0 e 3.0, no que representa para as organizações da presente década.

Para o período em análise, está assegurado o recurso ao desenvolvimento interno de outras soluções aplicacionais que integram o Plano Interno de Desenvolvimento do GTSI definido para 2018 e de acordo com a metodologia de Gestão de Projetos implementada. Neste contexto será realizada a expansão da ferramenta/plataforma de EPM (*Enterprise Project Management*) por outros serviços que desenvolvem projetos na organização, prestando e consolidando serviços internos de PMO (*Project Management Office*), existindo já unidade orgânica selecionada para o efeito e que servirá de prova de conceito para expansão futura à restante estrutura organizacional. Está também prevista a contínua cobertura da rede OeirasWIFI no Concelho de Oeiras, reforçando e interligando os vários espaços públicos de forma abrangente, promovendo a mobilidade do munícipe e visitantes dos mesmos.

Na vertente mais operacional de suporte e manutenção da atual infraestrutura, o GTSI assegurará as operações gerais de suporte desta unidade orgânica, garantirá o suporte informático, apoio aos diversos serviços municipais e às escolas básicas do concelho, bem como a disponibilização de recursos de correio eletrónico, acesso à Internet e rede de dados, impressão, serviços de comunicações de voz (fixo e móvel) e gestão do parque informático com os níveis de segurança e fiabilidade adequados ao Município. Neste contexto, assume também especial importância a necessidade de renovação do equipamento central do DataCenter e do parque informático do Município, sendo que em 2018 será dada continuidade ao esforço financeiro de substituição de cerca de 215 Pc's dos serviços.

Na perspetiva financeira, e à imagem de anos anteriores, será também dada especial atenção à imputação interna aos serviços municipais dos custos de

licenciamento de software, consultoria de apoio externo, custos indiretos dos projetos desenvolvidos/implementados, como forma de custeio, o *report* periódico de informação relativa aos consumos de recursos informáticos de cada serviço e utilizador, de onde se destacam os consumos com comunicações de voz, internet, correio eletrónico, espaço em disco e número de solicitações de apoio informático, sempre numa perspetiva de contabilidade analítica. Será também assegurada a correta gestão orçamental da GTSI, minimizando os custos de exploração das soluções implementadas e das novas iniciativas na área TIC e dos SI's.

Encontrando-se o GTSI integrada no Sistema de Gestão da Qualidade do Município, com a implementação do Processo Gestão de Tecnologias e de Sistemas Informação, integrando as atividades de Gestão de Pedidos de Intervenção, Gestão de *Backups* de Segurança e Gestão de Portfólio de Projetos, 2018 será período de expansão para outras atividades. Acresce a esta ambição a definição de plano de integração/certificação na Norma ISO 20000 de Gestão de Serviços TIC e ISO 27000, ficando salvaguardada a evolução dos processos/atividades da área de informática do Município no sentido da melhoria contínua. Neste quadro de iniciativas associadas aos processos de certificação encontra-se o imperativo legal que decorre do novo RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e que terá impacto na adaptação de procedimentos internos e de tratamento de dados na organização.

Face ao exposto, e para além da satisfação do conjunto de necessidades operacionais dos serviços ao nível de Sistemas e Tecnologias de Informação que decorrem ao longo do ano, estamos em crer que 2018 será um período de consolidação dos projetos inovadores recentemente implementados ou com implementação agendada para início do mesmo, reforçando a imagem de um Município moderno e empenhado na crescente qualidade dos serviços disponibilizados através das plataformas tecnológicas de elevada funcionalidade e usabilidade no quadro das necessidades identificadas do munícipe.

Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil

No orçamento de 2018 estão previstos cerca de 2,1 milhões de euros para o Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil (DPMPC), distribuídos pelas duas divisões que o compõem.

Serviço de Proteção Civil

O ano de 2018 e no contexto da nova orgânica da Camara irá conhecer o início de uma nova visão para a proteção civil.

Com a reestruturação do serviço municipal de proteção civil, pretende-se a assunção de um papel de coordenação no território tal como está previsto na Lei, pela proximidade com a população e conhecimento dos riscos no território assim como os meios para socorrer e repor a normalidade.

A criação de um Centro de Ocorrências ativo vinte e quatro horas por dia, todo o ano, um portal de gestão de ocorrências, difusão de alertas à população, videovigilância do espaço público, avaliação de riscos, estações meteorológicas e hidrométricas, identificação de áreas sensíveis, programas de formação, segurança e sensibilização e, naturalmente exercícios e simulacros, serão medidas e ações com desenvolvimento gradual fazendo de cada cidadão um agente de proteção civil.

Divisão de Polícia Municipal

Tendo como objetivo estratégico a operacionalização da segurança e da proteção civil, a Divisão de Polícia Municipal (DPM), pretende realizar diversas ações em 2018, indo ao encontro dos objetivos operacionais que lhe foram incumbidos. Para tal, no próximo ano pretende-se dinamizar ainda mais a função preventiva e fiscalizadora do DPMPC e aumentar a sua eficácia e eficiência e qualidade dos serviços prestados, aumentando desta forma a qualidade do espaço público urbano, a segurança e bem-estar e a satisfação dos munícipes.

De forma a atingir este objetivo, no âmbito das suas competências, a DPM tem necessidade de aumentar o número de efetivos, através de abertura de um procedimento concursal, afetando-os ao policiamento de proximidade nas zonas históricas e património, possibilitando o aumento do número de ações preventivas e fiscalizadoras dando continuidade às ações de sensibilização e formação junto dos idosos e das escolas. O intuito destas ações de sensibilização e vigilância junto dos idosos é o de contribuir para o aumento do seu sentimento de segurança e qualidade de vida. De referir que se encontra ligado ao DPMPC o sistema de teleassistência.

No decurso do serviço, os Agentes têm-se deparado com situações/ocorrências em que é notória a necessidade de formação técnico-profissional em algumas áreas, situação que urge ultrapassar através do

aumento de ações de formação, de modo a serem melhoradas estas lacunas, aumentando por essa via a eficiência e eficácia do serviço prestado, bem como da imagem. Por forma a atingir este desiderato é determinante que a polícia municipal seja dotada de meios humanos e equipamentos necessários e adequados ao seu desempenho, situação que se pretende colmatar em 2018.

É indispensável que se faça, em colaboração com todos os atores da segurança, uma análise da situação social e de segurança do Concelho com o objetivo de se implementar novos modelos de policiamento, instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade e aumento da segurança.

Divisão Administrativa e Contraordenações

Tendo por base a simplificação de procedimentos administrativos e melhoria contínua, e no âmbito das suas competências e atribuições, a Divisão Administrativa e Contraordenações (DACO), pretende dar continuidade, em 2018, ao processo de desburocratização e racionalização dos serviços, desenvolvendo novas práticas e metodologias de trabalho, diminuindo a pendência de processos de contraordenações, dado o seu efeito preventivo, no sentido de aumentar a satisfação dos munícipes.

Para o próximo ano, é intenção da DACO, implementar um sistema integrado de contraordenações, o qual não foi possível em 2017, que deverá incluir o de contraordenações de trânsito gerido pela autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, por forma a desmaterializar, otimizar, automatizar, controlar, uniformizar procedimentos, diminuir, acelerar e agilizar tempos de resposta dos processos.

Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional

A elaboração das GOP'S e Orçamento de 2018 foi efetuado de acordo com os grandes objetivos estratégicos definidos no programa autárquico para o presente mandato, tendo em conta o enquadramento e os principais indicadores da política nacional.

O Departamento não só pela sua dimensão, como pela relevância dos conteúdos que abrange e pela transversalidade e suporte no contexto municipal, tendo em conta os desafios colocados dará continuidade ao reforço das atividades de planeamento e controlo.

Neste contexto, as premissas e prioridades assentam no rigor e transparência na gestão e na correta aplicação dos dinheiros públicos, constituindo princípios fundamentais da política orçamental as orientações

de ajustar a despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município, respeitando as regras de equilíbrio orçamental e limite da dívida, bem como, a preocupação com o cumprimento das normas legais aplicáveis e da consistência dos objetivos fixados, aproximando o universo do Orçamento à conformidade das ações, através de um acompanhamento que permita uma linha de atuação norteada para o desenvolvimento de projetos, financeiramente sustentáveis e orçamentalmente enquadrados, assentes numa adequada ponderação de custos e benefícios, vocacionados para potenciar a citada gestão transparente e eficaz, suscetível de otimizar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a boa utilização dos recursos públicos.

Este Departamento, segue uma dinâmica de funcionamento, assente numa filosofia de serviço público orientado para o cidadão, apoiando-se na capacidade de participação e esforço dos serviços, no reforço coletivo, para a modernização, partilha de melhorias e assunção de responsabilidades numa organização que se pretende mais progressiva/moderna, fomentando-se uma cultura pró-ativa que representa uma mais-valia, com ênfase na consistência de funcionamento, norteado pela eficiência e eficácia, através de uma comunicação interativa e aberta com os diversos serviços no acompanhamento das iniciativas e projetos, transmitindo e recebendo informação sobre conteúdos e objetivos pretendidos com os mesmos.

Pretende-se ainda um reajustamento na organização dos serviços, dotando-os de uma melhor e maior capacidade de resposta quer na articulação com outros serviços municipais, quer na sua ligação ativa e dinâmica com outras atividades (Conservatórias, Serviços de Finanças, e outros Organismos Públicos), simplificando aspetos estruturais, circuitos e procedimentos, e apostando na crescente modernização e qualificação dos serviços que integram esta Unidade Orgânica, garantindo a salvaguarda dos ativos, a regularidade e o cumprimento de todos os procedimentos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável, pretendendo-se, consubstanciar de forma expressa e transparente, uma articulação transversal de conhecimento e meios, entre intervenientes internos e externos do sistema, modernizar tecnologias, implementar e desenvolver procedimentos, por forma a alcançar um substancial aumento da qualidade de gestão integrada e eficaz de toda a atividade financeira, pela informação partilhada, produtividade e rentabilidade, conducente à desburocratização de procedimentos e processos, visando otimizar o cumprimento do serviço público, circunstância que depende grandemente da resposta às necessidades e às funcionalidades do ERP, nomeadamente da

transversalidade e integração das aplicações, que servem as diversas unidades orgânicas do Município.

Sem prejuízo da aprovação do Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro, que prevê a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNA_AP), para 1 de janeiro de 2018, e que revoga, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a presente proposta para 2018 é ainda apresentada nos termos deste Plano Oficial, aprovado pelo Decreto- Lei nº54-A/1999, de 22 de Fevereiro, de acordo com as orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) considerando que é ainda o referencial contabilístico que se encontra em vigor. A partir de janeiro de 2018 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

Ressalvamos uma necessidade de mudança e modernização, encaradas como um pilar essencial a uma administração de qualidade, alterando mentalidades no sentido de acautelar a melhor gestão dos dinheiros públicos, planeando (definindo metas, critérios e prioridades) e operacionalizando as ações, porquanto esta matéria trata bem mais do que uma questão meramente económico-financeira, importando o envolvimento e responsabilidade de todos.

Os desafios e oportunidades que se colocam, no sentido de melhorar e reforçar a sustentabilidade, requer recursos, com novas e melhores qualificações, contribuindo para a melhoria da gestão e aumento da qualidade do serviço público prestado, sem os quais estarão em causa as transformações e procedimentos conducentes à instalação de uma plataforma de comunicação transversal ao município.

Nos pressupostos elencados resta evidenciar os objetivos propostos pelas unidades orgânicas que compõem o Departamento, relevando ainda, que este plano não se poderá cingir a uma inventariação de objetivos e ações a desenvolver por estas (unidades orgânicas), tendo de ser visto como um documento dinâmico e aberto a toda a comunidade, incluindo aos parceiros externos, integrando os seus contributos neste esforço de adequação permanente.

Pretende-se com o presente texto, uma reflexão interna no contexto atual, resultando desta análise a necessidade de acentuar estes objetivos a um crescimento qualitativo e quantitativo dos mesmos.

Serviço de Execuções Fiscais

Sem prejuízo da natureza dos processos que se tramitam neste Serviço de Execuções Fiscais (SEF), sendo a qualidade do serviço público um fator de bem-estar, coesão social e equidade, que proporciona uma base institucional potenciadora da competitividade económica, a qualidade dos serviços prestados depende do cumprimento de critérios de eficiência e eficácia, pautada pela competência, simplificação, rigor, celeridade e transparência de todos os processos e procedimentos inerentes à unidade orgânica.

Nesse contexto, mantem-se a adoção de medidas de natureza administrativa e organizacional, visando a modernização e melhoria na atuação, de onde se destacam, a formação de todos os trabalhadores afetos à unidade orgânica e à manutenção e elevação dos pressupostos subjacentes a um serviço com qualidade certificada. Também assim, visamos:

- Identificação das prioridades de atuação que garantam resultados com elevados índices de eficiência e eficácia;
- Colaboração com outras entidades públicas tendo em vista a obtenção de informação que potencie os resultados das ações de controlo, designadamente possibilitando a realização de cruzamentos de dados (Base de dados de Identificação Civil, nomeadamente com a celebração de um protocolo de colaboração com a IRN – Instituto de Registos e Notariado)
- Continuação da aposta na melhoria dos sistemas internos de gestão e informação.
- Cumprir de forma criteriosa, pontual e exemplar os mais exigentes parâmetros legais e morais.
- Tratar com o mesmo grau de isenção, rigor e qualidade todos os assuntos e Municípios/interessados.
- Promover mecanismos de motivação, nomeadamente através de formação específica e de carácter geral (atendimento, CPA, e taxas municipais) para atingir níveis de desempenho compatíveis com os critérios de excelência visada pelo Município;
- Prosseguir a melhoria contínua, adotando métodos e tecnologias que potenciem soluções mais eficazes e eficientes.
- Disponibilização de todos os serviços prestados via informática e/ou telefónica. Resultados esperados: Melhoria contínua no relacionamento do SEF com os Municípios utilizadores dos serviços por si prestados e atendimentos à distância.
- Promover, incentivar e privilegiar o cumprimento voluntário das dívidas fiscais;

- Aumentar o valor da cobrança coerciva, nos processos pendentes, nesta data, em, pelo menos, 5,5%;
- Tramitar até final (extinção, pendência judicial, pendência de segurança social, declaração em falhas, sustados ou com pagamento em prestações/conta) em 80%, os processos provenientes de dívidas à CMO, instaurados em 2017.

Divisão de Modernização Administrativa

A Divisão de Modernização Administrativa (DMA) privilegiará os projetos no âmbito da **Modernização Administrativa** e **Qualidade em Serviços Públicos**, nos seguintes domínios:

- **Atendimento e relacionamento com o cidadão**, em 2018, avançaremos com a sua reorganização em termos procedimentais, tendo em vista o desenvolvimento de um modelo de atendimento único nos Espaços do Cidadão, apostando na integração dos diferentes serviços de atendimento das autarquias locais (Município e Freguesias). Quanto ao Atendimento Municipal nos Paços do Concelho, continuaremos a privilegiar o conceito de Balcão Único com a concentração do atendimento num único espaço e disponibilização de novos canais de interação. Em 2018, também se pretende reorganizar o espaço de atendimento nos Paços do Concelho com a colocação de mobiliário confortável, com uma disposição mais apelativa e apostar numa imagem institucional;
- Quanto aos **Sistemas de Gestão**, procederemos à implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - ISO 14001 - e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) - OHSAS 18001 no DASU; à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) no DPGU e DOM e manutenção dos sistemas existentes e ainda, a aplicação dos referenciais normativos ISO/IEC 20000 1:2011 (gestão de serviços de tecnologias de informação) e ISO/IEC 27001 (segurança da informação). Ainda associada à ferramenta de Gestão da Qualidade, vamos aplicar o modelo CAF – **Estrutura Comum de Autoavaliação**, na DMA. Esta ferramenta subscreve os conceitos fundamentais da excelência, tal como são definidos no modelo EFQM (orientação por resultados, focalização no cliente, liderança, gestão por processos, envolvimento de pessoas, melhoria contínua e inovação). Iremos analisar a possibilidade de extensão desta metodologia às restantes unidades orgânicas;
- Com o objetivo de tornar a utilização da aplicação de **Gestão Documental** transversal a todos os serviços do Município, espera-se o alcance de ganhos significativos na recuperação e controlo da informação, a par de uma redução de custos, otimização de processos e rentabilização dos recursos existentes. A DMA, em colaboração com o GTSI, continuará a trabalhar no processo de implementação do edoclink, dando continuidade à abordagem de gestão documental por processos, com base no Plano de Classificação para a Administração

Local. A DMA colaborará ainda de forma proactiva na sensibilização dos serviços para as boas práticas administrativas, através da realização de ações de formação interna e da divulgação de regras e de orientações, quer no âmbito da implementação do edoclink, quer no habitual acompanhamento dos serviços municipais;

- Em matéria de **simplificação administrativa** iremos monitorizar a constituição de processo por parte dos serviços. Essa monitorização far-se-á a partir dos requerimentos rececionados no *onlinedesk* e sua tramitação pelo *edoclink*, ou seja iremos acompanhar o ciclo de vida dos documentos e respetiva constituição de processos;
- No âmbito da **desmaterialização dos processos**, o Serviço de Arquivo Municipal (SAM), continuará a promover o acesso à informação por parte dos cidadãos, designadamente com o tratamento e digitalização dos processos de urbanismo e, ainda, do tratamento e divulgação da documentação histórica, assim como das coleções fotográficas e do material não livro, através do Arquivo Online e da Pesquisa Integrada de Conteúdos. Simultaneamente, numa ótica de partilha de recursos, o SAM continuará a apoiar os serviços que solicitem trabalhos de digitalização, como se tem verificado quer na reprodução de documentos de grandes formatos provenientes de diversos serviços. A disponibilização da informação tratada deverá apoiar-se ainda em ações de divulgação do património arquivístico e da História do Concelho, por via da realização de exposições (tanto em espaço municipal como público), publicação de artigos nos canais disponíveis (intranet, internet e publicações municipais) e noutras iniciativas de dinamização, como intervenção em congressos e *workshops*;
- Com o objetivo da rentabilização dos recursos disponíveis e da otimização da gestão da informação produzida pelo Município, o SAM continuará a proceder à **avaliação, seleção e eliminação da documentação** à sua guarda, tendo por base a legislação em vigor. Pretende-se, ainda dar continuidade à inventariação sistemática da documentação à guarda do SAM, utilizando o módulo do X-Arq de gestão do “Espaço”;
- No âmbito do **Apoio aos Órgãos Municipais**, continuaremos a garantir a recensão administrativa e jurídica das propostas submetidas aos órgãos, por forma a permitir a boa apreciação e decisão dos membros dos órgãos municipais.

Divisão de Recursos Humanos

Tendo por missão definir, instituir e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, com elevados níveis de desempenho, envolvimento e corresponsabilização, promovendo a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, visando a adequação do capital humano às necessidades do Município, a DRH, numa perspetiva de melhoria continua, propõe o desenvolvimento do seguinte plano de ações/projetos em 2018:

Ao nível do reforço de recursos, de competências e qualificação

- Tendo em vista a melhoria contínua de Gestão previsional de recursos humanos, agora que ultrapassámos a fase de constrangimentos à admissão de trabalhadores, pretende-se efetuar a elaboração antecipada de um plano de recrutamento anual focado no levantamento de necessidades dos serviços, numa perspetiva de racionalização e otimização na gestão dos nossos recursos, dotando os serviços dos meios necessários à concretização da respetiva atividade;
- Ao nível da Formação, assumiremos a continuidade dos modelos de Formação Profissional, de modo a dar resposta às necessidades de desenvolvimento de competências dos trabalhadores bem como o grau de reforço das mesmas. Pretende-se através do modelo de **Levantamento de Necessidades de Formação (Diagnóstico)** e do **Modelo de Avaliação da Eficácia**, promover ao máximo a aproximação entre as competências existentes na organização e as competências necessárias para atingir os objetivos dos serviços, e cumulativamente do Município;
- Continuaremos a promover os programas de **Mobilidade Interna** para o desenvolvimento de novas competências, colmatar eventuais necessidades em determinadas Unidades Orgânicas e, ao mesmo tempo, aumentar os níveis motivacionais dos trabalhadores;
- **Vamos promover programas de integração de novos trabalhadores**, através de Ações de Acolhimento, bem como desenvolver Ações de *Team-Building* com vista ao desenvolvimento das capacidades de liderança, níveis de responsabilização, coesão e espírito de equipa, com especial enfoque na motivação dos trabalhadores do Município.

Ao nível da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

- Continuaremos alinhados com as políticas de promoção da saúde no local de trabalho, cumprindo com o **Plano Anual de Medicina do Trabalho**, através da realização de consultas médicas, de enfermagem e análises laboratoriais, aos trabalhadores;
- Daremos continuidade ao sistema de **apoio ao Trabalhador Sinistrado**, através da Rede de Apoio contratualizada, cujo objetivo primordial é responder de forma rápida e eficaz na gestão dos processos de acidente de trabalho;
- Promoveremos o acesso a **Consultas de Clínica Geral e Familiar** aos trabalhadores no ativo, aposentados e familiares diretos. Este apoio tem-se revelado economicamente vantajoso para as famílias, evitando o pagamento de taxas moderadoras e reduzindo o tempo de espera por consulta, quando comparado com os tempos médios registados no Serviço Nacional de Saúde;
- Pretendemos dar continuidade ao cumprimento das políticas de segurança higiene e saúde no trabalho, avaliando os riscos profissionais e consequentemente desenvolvendo medidas preventivas e de sensibilização, com especial enfoque na fiscalização;

- Daremos continuidade ao levantamento das necessidades das unidades orgânicas, no que respeita aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), visando promover a diminuição do absentismo por acidente de trabalho, devido à ajustada e eficaz utilização dos mesmos;
- Asseguraremos a **promoção da saúde e do bem-estar**, através da realização de campanhas e ações de sensibilização, para boas práticas da saúde, nomeadamente vacinação, rastreios e proteção solar. Neste âmbito estabeleceremos parcerias com entidades externas, que possam contribuir para alcançar os nossos objetivos;
- Pretendemos continuar a prestar o **Apoio à mulher trabalhadora grávida**, através do acompanhamento médico e aconselhamento de enfermagem, bem como, a introdução de ações de preparação para a maternidade e paternidade;
- Apoiaremos os trabalhadores com comprovada carência económica, na aquisição de medicamentos e latas de leite artificial;
- Continuaremos a assumir competências de intervenção em áreas mais operacionais, nomeadamente, na otimização da gestão dos refeitórios e bares do Município.

Ao nível da Responsabilidade Social do Município

- Continuaremos a acionar o **Fundo de Emergência Social** nas situações de comprovada carência económico e social, bem como a promover a articulação com parceiros sociais no sentido de dar resposta a situações de vulnerabilidade detetadas nos trabalhadores municipais, contribuindo para a sua capacitação e autonomia, tendo como fim último o desenvolvimento gradual das respetivas capacidades individuais, sociais e profissionais.

Ao nível da Responsabilidade Social Externa do Município

- Enquanto entidade promotora das medidas CEI (beneficiários de Subsídio de Desemprego) e CEI+ (beneficiários de Rendimento Social de Inserção) em articulação com Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., prosseguiremos com a execução destas medidas, visando melhorar os níveis de empregabilidade e promover a reinserção no mercado de trabalho de cidadãos que se encontram em situação de desemprego, melhorando as suas competências socioprofissionais através da manutenção do contacto com contextos laborais, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização e colocando a suas capacidades a apoiar atividades socialmente úteis e comunitariamente necessárias.

Numa visão de melhoria contínua de gestão previsional de recursos humanos, foi elaborado um mapa anual de recrutamento, e que pode ser consultado nos anexos do presente documento, focado no levantamento de necessidades dos serviços municipais, bem como numa perspetiva de racionalização e otimização de meios humanos e de crescimento sustentado do número de trabalhadores.

Antecipando-se uma reorganização dos serviços do Município já no início do próximo ano, que terá necessariamente como consequência a reorganização e redistribuição das pessoas, o presente mapa anual de recrutamento é uma primeira abordagem, que reflete as necessidades de funcionamento tendo em conta a organização atual dos serviços e os meios de que dispõe. O mapa anual de recrutamento agora elaborado é necessariamente provisório e será reavaliado pela DRH e reajustado após a reafecção de pessoal pelas novas unidades orgânicas e a consequente redefinição das necessidades dos serviços, sendo certo, porém, que os desenvolvimentos de procedimentos tendentes à constituição de reservas de recrutamentos consideradas prementes para o Município encontram-se já em curso ou planeadas, integrando o plano de ação da DRH.

Divisão de Gestão Financeira

Para o próximo ano a Divisão de Gestão Financeira (DGF) pretende dar continuidade à sua missão elaborando a proposta de orçamento dando cumprimento e assegurando as normas legais e das diretivas superiores para o efeito, bem como acompanhar a execução orçamental através de propostas e medidas necessárias com impacto na atividade orçamental, económica e financeira.

Proceder ao registo de todas as operações contabilísticas de processos de receita e de despesa após verificação da conformidade legal e da regularidade financeira dos mesmos, acautelar todos os procedimentos inerentes à cabimentação da estimativa de despesas no início do ano económico, seu registo e liquidação.

Executar e supervisionar os procedimentos e medidas que visem a agilização de processos de prestação de contas, a sustentabilidade e a fiabilidade do sistema de controlo interno da receita e da despesa.

Aumentar e reforçar a proximidade com as diferentes unidades orgânicas otimizando a aplicação dos recursos orçamentais e simplificando métodos de processos de trabalho.

Prestar apoio à tomada de decisão superior e assegurar o reporte de informação aos organismos oficiais nos termos exigidos.

Divisão de Contratação Pública

Em 2018, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à 9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos, a Divisão de Contratação Pública (DCP) confrontar-se-á com mais um desafio.

A transposição da Diretiva Comunitária nº2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro (que revogou a Diretiva nº 2004/18/CE), culminará com a entrada em vigor do referido diploma, a ocorrer no dia 01/01/2018.

Esta alteração legislativa terá um relevante impacto na organização. No âmbito interno, ou seja, na DCP, pela necessidade natural de análise e conhecimento aprofundado das normas, implicando formação adequada, e pela precisão de os seus recursos internos procederem à alteração de documentação implícita, nomeadamente ficha de contratação, peças de procedimento e toda a demais documentação que sobre a qual assenta a tramitação processual dos procedimentos pré-contratuais, implicando ainda um reajuste de procedimentos internos que acompanhem essa mudança.

Com impacto externo à DCP, há que atender à imperiosa adaptação do ERP às alterações legislativas, bem como à necessidade de os serviços requisitantes realizarem um acompanhamento e gestão mais formais da execução dos contratos para os quais sejam indicados como seus gestores.

O estímulo principal será que estas alterações ocorram sem grande atribulação e sem causar constrangimentos de maior à organização. O processo de mudança cria sempre alguma instabilidade e um necessário período de reflexão, o que é exigente para uma atividade que é de suporte e instrumental ao cumprimento da missão da própria organização e que não pode desacelerar.

Por outro lado, os constrangimentos de contratação pública de prestação de serviços, decorrentes das sucessivas normas previstas na Lei de Orçamento de Estado (LOE), com vista à redução da despesa pública, têm tido, por si só, grande impacto no Município. Encontramo-nos expectantes sobre o que o novo diploma nos trará. Ainda assim, seguramente será mais um repto para adequarmos as necessidades de contratação à legislação vindoura.

Passado um ano de vigência do novo ERP, continuaremos a prestar o melhor nosso contributo no que respeita à sua utilização, promovendo a minimização de erros, com vista à estabilização da aplicação, para que seja possível retirar melhores frutos de um investimento de recursos que foi feito durante alguns anos, nomeadamente mais dados estatísticos que sirvam de suporte à tomada de decisão.

No próximo ano e atendendo que nos parece ser uma ferramenta importantíssima na prossecução de uma boa gestão pública, continuaremos a dar seguimento ao Plano Anual de Contratação (PAC), com elaboração de

relatórios semestrais de acompanhamento da sua execução. Este instrumento deverá ser enraizado na cultura organizacional, uma vez que visa o planeamento da contratação pública, almejando-se diminuir substancialmente os procedimentos decorrentes de situações imprevistas, o que, por sua vez, nos permitirá diminuir seu o tempo de tramitação. Em resultado do que verificámos, em 2017, em que algumas unidades orgânicas recorreram à DCP para que desenvolvêssemos procedimentos de contratação pública, apesar de não terem apresentado o seu PAC, em 2018 pretendemos ser assertivos no que ao PAC diz respeito, isto é, exortarmos a organização a preencher este documento, com vista a uma gestão mais eficiente e eficaz dos procedimentos pré-contratuais de bens e serviços, dando-lhe a conhecer igualmente a sua execução.

Manteremos como intenção a exigência de uma fundamentação mais cuidada e sustentada das aquisições a realizar, por parte dos erviços requisitantes, no estrito cumprimento do interesse público.

No próximo ano desejamos também incrementar o índice de transparência municipal, no âmbito da contratação pública, tendo como objetivo carregar mais informação no Portal do Município, e tornar o acesso à mesma mais simples e direto.

Continuaremos a realizar, em parceria com os serviços requisitantes, a avaliação de fornecedores, em cumprimento com os requisitos consagrados no Procedimento Avaliação de Fornecedores – PQ.06/9, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança, apresentando conseqüentemente o relatório anual de avaliação de fornecedores, que será inserido no Portal do Município.

Por último, e em termos de despesa pública, a DCP irá desenvolver um procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de disponibilização de plataforma eletrónica de contratação pública, cujo contrato atual irá caducar no segundo trimestre de 2018, de forma a permitir a realização das suas competências funcionais, bem como se manterá a necessidade de eventual aquisição de certificados eletrónicos qualificados que permitam o acesso à referida plataforma e assinatura dos documentos a disponibilizar na mesma. Também na prossecução das suas atribuições, continuará a proceder ao envio para publicação de procedimentos cuja publicidade seja obrigatória em Diário da República, pelo que realizará despesa para esse efeito.

Divisão de Gestão Patrimonial

A diversidade e dispersão do vasto património municipal, com características e tipologias significativamente diversas, representam um enorme desafio, ao registo e atualização da informação de inventário e cadastro. Para lá das instalações de todos os serviços administrativos municipais, escolas, mercados, bibliotecas, entre outros, existe ainda um elevado número de locais cedidos a terceiros, através de arrendamento ou comodato. A gestão deste parque é complexa e depende de informação disponível e partilhada com os restantes serviços.

Os critérios de atribuição dos espaços e o princípio da onerosidade, exigem atenção redobrada a este tema, estando em curso a confirmação de todos os pedidos existentes nas restantes unidades orgânicas. A caracterização de todos os contratos, seguindo as tipologias previstas no SNC-AP representa mais um passo para a centralização de informação, e conhecimento das atuais ocupações.

A identificação e regularização de todo o património imobiliário, tanto de edifícios e construções como de terrenos, bem como a sua correta inventariação, só ficará completa com a georreferenciação, situação que está prevista na ligação do ERP ao GeoPortal. A este nível, face a vários adiamentos na implementação da nova aplicação do Imobilizado, que ainda não se encontra em pleno funcionamento, existe um impacto muito negativo para este serviço, não existindo garantias sobre a boa conclusão do projeto, nem fiabilidade / confiança sobre o que atualmente está em funcionamento.

Faz ainda parte do nosso património todo o parque habitacional, cuja gestão está a cargo da habitação, mas que conta com a nossa participação direta na gestão dos condomínios que vão sendo constituídos, existindo uma tendência de crescimento desta despesa por via da comparticipação das obras de manutenção dos edifícios.

O processo de revisão global dos bens móveis depende da implementação generalizada da figura do Gestor de Bens Móveis, da organização dos armazéns de bens móveis e da evolução do sistema informático, o qual apresenta um elevado atraso. Ainda no âmbito dos bens móveis, será dada continuidade aos procedimentos de hasta pública com o objetivo de libertar os armazéns de bens obsoletos que ocupam espaço desnecessariamente, dificultando o processo de gestão dos mesmos.

A reorganização e centralização dos inúmeros espaços de armazém e arquivo, necessidade identificada e sentida em particular por todos os que

quotidianamente sofrem as consequências da enorme dispersão existente, carece da colaboração dos vários serviços. Estão em curso projetos de adaptação de espaços existentes, com o objetivo de minimizar este problema. A concretização deste projeto pode implicar uma significativa redução de custos e libertar vários espaços atualmente ocupados, aumentando ainda a eficiência e capacidade de resposta nestas áreas de atividade.

O aprovisionamento e gestão de *stocks* de existências devem assentar em procedimentos de fornecimento elaborados atempadamente, recolhendo para o efeito informação sobre as necessidades de todos os serviços. A concretização do projeto anteriormente referido seria uma mais-valia inestimável neste ponto. Contamos intensificar a redução da quantidade e diversidade de materiais de armazém, eliminando referências que deixaram de ser utilizadas, ou que pela baixa rotatividade ou outros critérios a definir, não devam existir em armazém, apostando no fornecimento contínuo.

A gestão do património do Município passa também pela cobertura de riscos através da realização de contratos de seguro, sendo necessário ter em conta que existem áreas em que a cobertura não é total. No atual procedimento está prevista a atualização de coberturas, para o que se torna imprescindível o levantamento de informação anteriormente referido.

Unidade de Serviços gerais

Nas áreas de intervenção mais operacional, atendendo ao não reforço de Recursos Humanos em algumas áreas, apresentaremos proposta para a adjudicação de serviços de limpeza das instalações, e reforço dos serviços de vigilância das instalações. Recorreremos a *outsourcing* para limpezas específicas e de espaços com grandes dimensões, como por exemplo limpeza de vidros, locais onde se realizem eventos, Palácio do Marquês, Bibliotecas Municipais e Oficinas de Vila Fria etc.

Na área das Portarias, em locais com atendimento público, vamos recorrer aos serviços da empresa de Vigilância e em edifícios de utilização interna recorreremos aos colaboradores desta unidade.

Iremos assegurar o fornecimento de fardamentos aos vários serviços.

Vamos iniciar um novo contrato de multifunções, para a Reprografia e demais serviços. Este novo contrato permite um conjunto de novas funcionalidades e um aumento do número de equipamentos a instalar, cerca de 20, bem como a possibilidade de se aumentar esse número, se

necessário. Existe ainda a possibilidade de se imprimir em qualquer equipamento. Está prevista a existência de *stocks* de consumíveis para evitar paragem dos equipamentos. A nova empresa assegura um sistema de ligação aos equipamentos por forma a assegurar o fornecimento atempado de consumíveis bem como os alertas de avaria.

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Para 2018 está adstrita uma verba no valor aproximado de 1,2 milhões de euros para a execução das ações que se propõem realizar as unidades orgânicas que compõem o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

Nesse sentido desenvolve a sua atividade na persecução de metas para o desenvolvimento do Concelho, atentos os objetivos de sustentabilidade nas áreas do ordenamento do território e valorização ambiental e paisagística, na programação e instalação de infraestruturas, equipamentos e atividades económicas, na promoção da matriz de urbanidade da rede de aglomerados do Concelho, assente na qualificação de espaços, funções e imagem dos tecidos existentes, e na exigência de padrões inovadores na conceção de projetos de consolidação e expansão do território urbanizado e urbanizável, e no planeamento e gestão do sistema de mobilidade municipal e da sua articulação com a envolvente em cooperação com outros serviços da CMO e com outras entidades externas à Câmara.

A operacionalização destes objetivos é concretizada através da **Divisão de Planeamento (DP)**, da **Divisão de Gestão Urbanística e Apoio às Atividades Económicas (DGUA AE)** e da **Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo (DLAA)** a qual agrega a **Unidade de Acessibilidade e Mobilidade (UAM)**, consubstanciados na execução de Instrumentos de Planeamento, de natureza normativa ou orientadora, vocacionados para o acolhimento de novos tecidos urbanos e novas centralidades funcionais, para a qualificação dos espaços, infraestruturas e habitabilidade, para a reabilitação do património edificado, para a promoção da mobilidade urbana e das melhores condições de acessibilidade de pessoas e bens de e para o Concelho, na gestão e acompanhamento para a concretização de oportunidades de investimentos, de determinante económica ou social, de iniciativa empresarial, institucional, ou individual, com incidência no território e repercussão no bem-estar populacional e no perfil de Desenvolvimento do Concelho que contribuam para a consolidação de ambientes residenciais, sociais e económicos equilibrados, e como tal referenciáveis, e apoio técnico à instalação de serviços de utilidade pública e

equipamentos sociais, à dinamização do comércio local, através da elaboração de estudos, informação e aconselhamento procedimental específico.

Para o ano de 2018, as ações que se pretendem desenvolver sob coordenação da DP e da DGUAEE na área dos **Planos Municipais de Ordenamento do Território**, são:

- Plano de Urbanização do Parque de Ciência e Tecnologia, Revisão e acompanhamento das dinâmicas de transformação, com especial incidência para a designada Fase II da expansão do Polo Tecnológico;
- Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide, Revisão;
- Estudos para Reconversão Funcional e Requalificação Urbana das Zonas Industriais (em desenvolvimento);
- Estudos de Requalificação Urbana em Áreas Consolidadas (processo continuado);
- Estudos programáticos para áreas de elevado potencial estratégico (processo continuado);
- Plano de Urbanização da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Litoral, Sector Poente, (em desenvolvimento);
- Alto dos Agudinhos, acompanhamento do processo relativo à instalação de um novo Reservatório de Abastecimento de água, incluindo o Centro de Interpretação da Água e o Viaduto Pedociável que estabelece, em modo suave, a ligação entre Queijas (Corredor Verde da Estrada Militar) e o Vale do Jamor (Estádio Nacional);
- Acompanhamento e apoio à decisão, do processo de harmonização e compatibilização de todos os Instrumentos de Gestão Urbanística eficazes, com o PDM.

Pretende-se realizar igualmente **Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos**, coordenados pela UAM sendo de referir, para além da supervisão e articulação das propostas de âmbito alargado nos domínios de atuação e competência do DHRU, nomeadamente:

Contratação do Plano de Mobilidade e Transportes de Oeiras, atualização e desenvolvimento do EMA com enfoque nas propostas e orientações, com estabelecimento de prioridades e análise custo / benefício;

- Desenvolvimento e implementação das propostas e recomendações do Estudo de Mobilidade e Acessibilidade (EMA);
- Adequação da oferta de estacionamento com destaque para as zonas das interfaces (processo continuado – através do apoio à Parques Tejo ou coordenando iniciativas particulares);

- Ajuste /consolidação da rede viária municipal (Adequação funcional / Reforço da hierarquia da rede), designadamente nas áreas empresariais de Quinta da Fonte em Paço de Arcos, Queluz de Baixo, Carnaxide e Algés/Miraflores (incluindo o acompanhamento e coordenação de iniciativas particulares);
- Alargamento da rede de infraestrutura de Transporte Coletivo totalmente em sítio próprio (processo continuado) – Proposta dos corredores;
- Ciclovias e Bikesharing – Acompanhamento e desenvolvimento de propostas, dando especial referência aos polos empresariais.

Alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da atividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação criando uma **Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados, Ensino, Saúde e Apoio Social** e manter o registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares (processo continuado).

Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde do atendimento público ao acompanhamento dos processos (processo continuado).

Prevê-se igualmente que se mantenham os ritmos de crescimento da informação *on-line* quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, atividades económicas, planeamento e comunicações temáticas escritas em órgãos de comunicação locais ou nacionais.

Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objetivos, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos.

Merece ainda destaque, o controle e monitorização do PDM processo em articulação com o Gabinete de Desenvolvimento Municipal.

Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana

O DHRU está organizado em três divisões, DPRH, DGPH, e DPE, que por sua vez se divide em dois núcleos, o NP e o NRU, tendo como dotação inicial para o ano de 2018 um montante aproximado de 11,7 milhões de euros.

O Núcleo De Requalificação Urbana da DPE, deverá continuar a desenvolver trabalho no âmbito das AUGI e dos Núcleos Antigos do

Concelho, mantendo um espírito de gestão integrada e global das áreas pré-delimitadas.

As ações a desenvolver, estão já identificadas e constam essencialmente de elaboração de Estudos, Projetos de Urbanização e Loteamento, Projetos de Infraestruturas e a realização das respetivas obras; apoio à legalização dos fogos; criação de parques e equipamentos e dinamização sócio cultural.

De realçar a manutenção e desenvolvimento do **Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos**.

O Núcleo De Projetos, está repartido em duas áreas, competindo à Área Do Património continuar a recuperar edifícios e conjuntos de valor patrimonial, compete-lhe ainda atualizar e rever o Plano De Salvaguarda.

Na Área De Projetos De Equipamento, continuarão a desenvolver-se projetos e a realizarem-se as respetivas obras, nas áreas da saúde, desporto, cultura e educação, no que concerne aos pavilhões desportivos escolares.

A DPRH, para além da recuperação do edificado de todos os bairros municipais, deverá apresentar uma maior disponibilidade para o tratamento do espaço público, em colaboração com os restantes serviços camarários, nas vertentes da higiene pública, iluminação, espaços verdes e infraestruturas.

A esta divisão competirá ainda, um novo desafio, com a criação de um **Programa De Habitação** destinado a extratos populacionais financeiramente superiores aos dos atuais bairros municipais.

A DGPH deverá assegurar a gestão do parque, garantindo o cumprimento das obrigações dos arrendatários; promovendo a ocupação dos fogos e, em estreita colaboração com o DCDS, desenvolver programas de dinamização sócio cultural.

Ainda na competência do DHRU, está a gestão das ARU, que deverá assegurar a interligação de todos os programas de reabilitação urbana.

Núcleo de Requalificação Urbana

Ao nível da reconversão das **Áreas Urbanas de Génesis Ilegal**:

- **Casal da Choca** – Elaboração do Projeto de recuperação e adaptação do edifício da Casa do Casal a Centro de Dia e dos Projetos de Loteamento e Infraestruturas dos artigos 18, 19, 20 e 21. Lançamento da empreitada de requalificação dos arranjos exteriores da Quinta da Estrangeira. Início da obra do arruamento de ligação da Rua de São

José à Quinta da Estrangeira. Emissão dos alvarás dos artigos 10º, 12º, 13º e 416º. Conclusão da obra de infraestruturas do artigo 416º;

- **Laje** – Início da obra de infraestruturas da 1ª fase da zona C. Execução da obra de requalificação do acesso ao estacionamento de apoio ao Centro Cultural. Registos dos Lotes da 1ª fase da Zona C. Elaboração do Projeto de Loteamento da zona C - 2ª fase;
- **Pedreira Italiana** – Elaboração do projeto da Rua da Pedreira Italiana. Execução da obra de Iluminação da Rua das Turquesas. Execução de obras diversas de reparação na Unidade Residencial;
- **Leceia** – Início da obra de infraestruturas relativa à 5ª fase do Plano de Ordenamento do Bairro de Leceia. Conclusão dos projetos de infraestruturas da 3ª fase. Emissão dos alvarás de loteamentos dos artigos 871º e 860º;
- **Leião** – Habitação Jovem – Início da obra de reabilitação do edifício da Rua das Pedreiras nº 4. Emissão do Alvará do artigo 518º;
- **Calçada do Moinho** – Aprovação do Estudo Orientador para o Bairro. Elaboração do Projeto de Loteamento para o artigo 11º;
- **Gandarela** – Aprovação do Estudo Orientador para o Bairro. Projetos de Loteamento para os artigos 224º, 225º.

Ao nível da **requalificação e reabilitação dos Centros Históricos**:

Recuperação e requalificação do espaço urbano e do património edificado assente numa gestão global e integrada do território, perceptível nas estratégias e ações promovidas pelos gabinetes dos centros históricos, que funcionam como interlocutores privilegiados entre os cidadãos e o município.

- **Carnaxide** – Habitação Jovem - Elaboração do projeto de reabilitação do edifício da Rua José Pedroso nº 4. Início da obra de Reabilitação e ampliação do edifício sede da Sociedade Filarmónica.
- **Paço de Arcos** – Habitação Jovem: início da obra de reabilitação do edifício da Travessa da Villalonga nº 3 a 5. Lançamento da empreitada de recuperação e adaptação do edifício da Av. Patrão Joaquim Lopes nº 11. Elaboração do projeto de requalificação do Largo Marquês de Pombal e da Praceta Dionísio Matias;
- **Oeiras** – Habitação Jovem - Início da obra de recuperação do edifício do quarteirão do Largo da Boavista e continuação da obra do edifício da Rua Marquês de Pombal nº 3, 5 e 7. Lançamento da empreitada de requalificação do edifício da Rua das Alcássimas nº 28 a 38. Execução da obra de requalificação do parque de estacionamento da Misericórdia;
- **Algés** – Habitação Jovem – Lançamento da empreitada para a recuperação do edifício da Av. da República nº 109. Elaboração do projeto do Parque Ribeirinho em Algés. Lançamento do procedimento

da empreitada para a execução do Quintalão - Parque Urbano de Algés. Execução da obra de reabilitação do espaço sito na Rua dos Combatentes, n° 54;

- **Dafundo** – Habitação Jovem - Conclusão da obra de Recuperação do Edifício da Avenida Ivens n° 8. Lançamento do procedimento de requalificação do edifício de Habitação Jovem da Av. Ivens n° 5. Elaboração de um Estudo Orientador para a área da Cruz Quebrada e Dafundo.

Prevê-se ainda no decorrer de 2018 a aprovação das 6 Operações de Reabilitação Urbana do concelho – Oeiras, Paço de Arcos, Caxias, Algés/Cruz Quebrada/Dafundo, Carnaxide e Porto Salvo.

Núcleo de Projetos

No âmbito da Recuperação do **Património Histórico e Cultural**, o objetivo passa pela definição de ações com vista a Reabilitar, Conservar e Restaurar, exemplos do Património Histórico e Cultural edificado, com vista a preservar e valorizar o vasto e diversificado Património existente no Concelho de Oeiras, tendo em vista cuidar desse legado das gerações passadas, e perpetuá-lo às vindouras:

- A Igreja Nossa Senhora da Purificação – Obra de conservação e restauro;
- Igreja Paroquial de S. Romão de Carnaxide – Obra de recuperação da cobertura, sinos e fachada;
- Palácio dos Aciprestes – Obra para resolução das anomalias existentes
- Capela de S João Baptista – Restauro da Capela e Reabilitação do espaço envolvente;
- Capela Nossa Senhora do Cabo em Algés – Levantamento e diagnóstico de patologias;
- Capela Nossa Senhora do Socorro Leião - Levantamento e diagnóstico de patologias;
- Capela Nossa Senhora da Piedade - Obra para resolução das anomalias existentes;
- Santuário Senhora da Rocha – Obra de Recuperação;
- Quinta do Salles – Recuperação do Parque de Ateliers;
- Quinta dos Marqueses de Pombal – Plano de Valorização da Quinta de Cima (Estação Agronómica) e Restauro do património, Casa da Pesca;
- Plano de Salvaguarda – Revisão inventário e classificação de Património.

No âmbito dos **Equipamentos Culturais Sociais E Desportivos**, os objetivos passam pela construção de novos equipamentos e infraestruturas com vista

à candidatura a Oeiras Capital Europeia da Cultura 2027, ampliar e requalificar o parque de equipamentos Sociais e Desportivos. Neste âmbito pretende-se:

- Centro de Saúde de Barcarena – conclusão da obra;
- Pavilhões Joaquim de Barros - obras de recuperação;
- Nova Morada – início da obra da cobertura do polidesportivo;
- Unidos Caxienses – obra da cobertura do polidesportivo;
- Clube de Escola de Ténis de Oeiras – início da obra de reestruturação das instalações de Nova Oeiras;
- Estúdio de Dança de Carnaxide;
- Cobertura do Polidesportivo Unidos Caxienses;
- Unidade residencial e centro de dia CERCÍ;
- UDRA – início da obra dos balneários;
- Pavilhão Desportivo Aquilino Ribeiro – projeto dos balneários;
- Auditório Eunice Muñoz – reparação cobertura;
- Grupo Desportivo de Barcarena – recuperação do edifício sede;
- Pavilhão Desportivo de Oeiras – início da obra;
- Mercado Gourmet em Paço de Arcos – início da obra de reabilitação;
- Palácio do Egito – obras de beneficiação e reabilitação;
- Início da obra do Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras.

Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional

A Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional desenvolve ações e iniciativas conducentes a um adequado ordenamento dos espaços de habitar, nas suas componentes urbana e edificada restrita, incidindo sobretudo nas áreas dos núcleos de realojamento municipal, considerados nas suas vertentes física e social.

Nos últimos anos a prática desta Divisão assumiu um maior incremento no conjunto de trabalhos de Manutenção/Reparação e Reabilitação do parque habitacional municipal, tentando apoiar a integração social nas novas realidades urbanas.

Cumprindo as orientações estratégicas vertidas no Plano Estratégico Municipal **Habitar Oeiras**, foram realizados os projetos de novos programas de promoção de Habitação e de Requalificação de espaços coletivos,

alargando os segmentos de população alvo em função dos perfis resultantes do **Observatório de Habitação/Levantamento de Carência Habitacional**.

No presente contexto de mudança de Executivo Municipal a Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional assume um protagonismo prático, mas com incremento da reabilitação espaços públicos e de promoção de construção de novos fogos destinados a diferentes extratos populacionais integrado em ações de complementaridade crescente, de que se destacam para 2018:

- Manutenção do Parque Habitacional Municipal;
- Desenvolvimento dos trabalhos de manutenção e Reparação corrente de todo o parque habitacional, nas suas vertentes de reparação de fogos ocupados e devolutos. Promoção da adaptação de alguns fogos com acessibilidade para pessoas de mobilidade condicionada;
- Continuação das ações de reabilitação exterior dos edifícios dos bairros municipais de habitação, nomeadamente, a reabilitação de mais 11 edifícios nos B° dos Navegadores – 3ª Fase, Reabilitação de 10 edifícios na B° da Quinta da Politeira - 2ª fase e de início de mais 10 da 3ª Fase e última deste bairro, 10 edifícios no B° de S. Marçal – 2ª Fase, 5 edifícios do B° Pombal 2º Fase;
- Continuação das ações de reparação e requalificação de espaços de equipamento existentes no parque habitacional do município, Creche “O Pombal “ bairro do Pombal alteração valência de JI, e outras com adaptações de WC a Deficientes;
- A Reabilitação de Espaços Exteriores irá também ter incremento com o lançamento de concursos públicos de empreitadas para a reabilitação da 2ª e 3ª fase do B° dos Navegadores e lançamento de CP EOP para a Reabilitação Margem esquerda do Ribeira da Outurela e B° de S. Marçal, bem como do Parque Infantil e zona envolvente do B° Pátio dos Cavaleiros, e do parque urbano da Quinta da Politeira.

A área da **Promoção de Construção de Novos Fogos de habitação municipal** irá ser retomada com o lançamento previsto este ano dos Concursos Públicos de Empreitada na D.P.R.H. dos seguintes projetos de Habitação:

- Empreendimento da Quinta das Acácias com 27 Fogos;
- Empreendimento da Quinta dos Aciprestes com 12 fogos.

Divisão de Gestão do Parque Habitacional

A Divisão de Gestão do Parque Habitacional (DGPH), desenvolve a sua intervenção em ações e iniciativas de cariz social, que visam promover a melhoria do bem-estar social dos munícipes, com especial enfoque na manutenção ou incremento das condições adequadas às famílias

realojadas em habitação municipal, bem como colaborar na resolução das carências habitacionais que alguns municípios ainda apresentam.

Ao longo dos últimos anos a prática desta unidade orgânica tem-se caracterizado no acompanhamento sistemático e na promoção da integração social das famílias no restante tecido social, bem como o controlo e apoio do cumprimento das obrigações e deveres dos arrendatários municipais, no sentido da promoção da educação cívica de cada um.

A DGPH assume um protagonismo social relevante, sendo de destacar para: o ano de 2018:

- Acompanhamento das famílias arrendatárias, tanto na organização dos processos familiares como nas suas respetivas dinâmicas internas;
- Controlo de dívidas de rendas das habitações municipais bem como atualização sistemática das mesmas;
- Acompanhamento técnico e de gestão social do parque habitacional municipal e dos seus agregados familiares;
- Acompanhamento técnico dos novos pedidos registados no âmbito do “Observatório de Habitação / Levantamento de Carência Habitacional”;
- Continuação da Gestão da Unidade Residencial Madre Maria Clara, integrando atividades de animação socio cultural junto da comunidade residente;
- Lançamento de projetos comunitários, de âmbito social, no sentido de colmatar carências sentidas pela população residente em habitação municipal, nomeadamente animação socio cultural, desporto, saúde, gestão do orçamento familiar, etc.;
- Lançamento de um programa municipal de apoio a famílias carenciadas, integradas no mercado de arrendamento privado (AMAP);
- Continuação da articulação e colaboração com a DASSJ, nomeadamente através do envolvimento de jovens residentes dos Empreendimentos Municipais nos programas “Mexe-te nas férias”, para além das respostas habitacionais solicitadas por esse serviço.

Neste âmbito a DGPH tem previsto em GOP uma verba total de 145 mil euros para suportar o desenvolvimento de atividades e projetos de intervenção social junto das famílias residentes em habitação municipal, das quais é importante destacar o apoio económico a famílias que se encontrem com dificuldades económicas para dar continuidade aos compromissos assumidos através do contrato de arrendamento privado, estando também contabilizada uma verba para atribuição a arrendatários que pretendam regressar aos seus países de origem para além de apoio a sessenta

residentes na unidade residencial para isolados em Carnaxide, ao nível da higiene dos espaços comuns e interiores de fogos como apoio a atividades de vida diária que dele careçam.

De referir ainda, a aposta no apoio às associações de moradores ou outras organizações representantes das comunidades residentes em bairros municipais, no desenvolvimento das suas atividades.

Departamento de Obras Municipais

Para a persecução das competências do Departamento de Obras Municipais (DOM), foi atribuída uma dotação para 2018 no valor global aproximado de 17,6 milhões de euros, distribuídos pelas três divisões que o compõem, as quais desenvolvem um vasto conjunto de atividades, relacionados com a elaboração de projetos e execução de obras, com o foco principal de tornar Oeiras um território que, centrado nas pessoas, seja cada vez melhor para se nascer, viver, visitar, estudar e trabalhar.

Assim, em 2018, pretende-se desenvolver um conjunto elevado de projetos, onde se destacam, os projetos para a conclusão de Passeio Marítimo e requalificação da envolvente da Praia da Torre, os projetos e obras de requalificação de escolas, a requalificação de instalações para funcionários, o Viaduto da Quinta da Fonte e seu prolongamento até ao Parque das Cidades, a Ciclovía empresarial, o Corredor TCSP Miraflora/Portela e Rotundas de Leceia, Piauí (Oeiras), Ribamar (Algés) e Queijas (Estrada Militar).

À semelhança dos anos anteriores, a requalificação urbana continuará e será um procedimento comum, em detrimento de novas construções, abrangendo os equipamentos e o espaço público. Destaque para a requalificação dos passeios transformando-os em percursos confortáveis, seguros e de manutenção eficiente.

A manutenção, reparação e requalificação dos edifícios e equipamentos municipais mantém-se como “palavra de ordem”, centrando-se aqui grande parte da atividade do Departamento.

A requalificação da iluminação pública também é uma atividade constante e por isso merece destaque nos objetivos traçados para o ano de 2018.

Objetivo de excelência deste mandato, o Parque Escolar vai continuar a ter destaque na atividade do DOM, em estreita articulação com o Departamento de Educação, quer ao nível do projeto quer ao nível das requalificações e reparações diversas.

Divisão de Estudos e Projetos

À Divisão de Estudos e Projetos (DEP) foi adstrito um montante de cerca de 885 mil euros, para realização das funções que lhe estão cometidas, nomeadamente garantir as tarefas de gestão, conceção, coordenação e execução dos projetos, contribuindo para elevar o padrão de qualidade do edificado e das infraestruturas municipais.

Assim, no desenvolvimento das suas funções, a DEP pretende continuar a desenvolver projetos de requalificação de escolas, de instalações municipais, de equipamento diverso, projetos de requalificações diversas de arquitetura paisagista, vias e novas rotundas, estudos de regularização de linhas de água, drenagem, estabilidade, elaborar PPGRCDs e todos os estudos e planos necessários à realização total dos projetos bem como assegurar as respetivas assistências técnicas à obra.

Para o ano de 2018, pretende esta unidade orgânica realizar e desenvolver diversas ações de Projetos (e assistências técnicas a obras- ATO) das quais se destacam:

- **Requalificações diversas de Escolas Básicas**, quer do edificado quer dos espaços exteriores, com destaque para a necessidade de verificação dos projetos de redes de esgotos das diversas escolas e implementação de medidas de autoproteção. Conclusão e ATO EB Sylvia Philips com a substituição de salas de aula no anexo. Conceção de campo de jogos na EB Sophia de Mello Breyner;
- **Equipamento Diverso** (novo e requalificações), nomeadamente o arranque do Oeiras Dojo, com o restauro e requalificação do conjunto arquitetónico e paisagístico do Palácio do Marquês de Pombal, mais concretamente nas coberturas, fachadas e intervenções no Jardins. No Parque dos Poetas – pontes de ligação das diferentes fases e outros projetos complementares. Requalificação geral do Mercado de Linda-a-Velha. Estudo de quiosques, esplanadas e I.S. no Passeio Marítimo;
- Projetos complementares para as **Novas Oficinas em Vila Fria**, nomeadamente: novos armazéns, interposto de fardamento e paisagismo da zona do aterro. Conclusão da nova portaria e posto de abastecimento de combustível;
- Projetos diversos de **Arquitetura Paisagista**, com a requalificação do Quintal Desportivo de Carnaxide (fase 2 Jardim), os projetos para Nova Oeiras, os estudos para a requalificação geral dos jardins de Oeiras e Caxias, o espaço exterior do VITAE (Porto Salvo) e o ATO Parque Fontainhas;
- O **Passeio Marítimo**, com o Lançamento e desenvolvimento do projeto de fecho de Passeio Marítimo (ligação de Caxias e Paço de Arcos), a conclusão do reforço do molhe do porto de recreio de Oeiras, os

estudos para a requalificação da envolvente da Praia da Torre e ligação a Carcavelos;

- **Projetos Viários**, nomeadamente o VLN (troço Carnaxide/Queijas), Eixo Viário Paço de Arcos/ Laveiras/Murganhal, os Estudos da rede pedociclável de ligação Queijas/Cidade do Futebol/Caxias, os estudos para a reperfilagem da Av. dos Bombeiros Voluntários de Algés com integração de corredor dedicado TCSP, o arruamento a sul da linha férrea (ligação do Parque Oceano à rua Nuno Álvares Pereira), a ligação da rua Garcia da Horta à Av. República e Rua Ilha Terceira, em Oeiras, a requalificação de estacionamento e espaços verdes na Rua Salette Tavares e os estudos e projetos de Ciclovias. Conclusão de projetos, dos quais se relevam o Viaduto da Quinta da Fonte e seu prolongamento até ao Pq. das Cidades, a Ciclovia empresarial com o Troço Estação de Paço de Arcos/ Lagoas Parque/ Cacilhas, o corredor TCSP Miraflores/Makro e as rotundas de Leceia, Piauí (Oeiras), Ribamar (Algés) e Queijas (Estrada Militar);
- **Projetos diversos de especialidades, Infraestruturas e Ribeiras**, com especial destaque para projetos de estabilidade e drenagem de espaço público, estudos de regularização de leitos de linhas de água, estudos de caudais de minas e ribeiras e abastecimento de água para rega.

Os projetos serão desenvolvidos quer internamente quer por recurso a contratação, dependendo das circunstâncias.

Divisão de Equipamentos Municipais

A Divisão de Equipamentos Municipais (DEM) tem por missão, assegurar a construção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares, mercados e outros. Cabe ainda à DEM assegurar e harmonizar as medidas e meios de proteção e segurança integrada em equipamentos municipais. Para a realização das suas atividades em 2018, no âmbito das intervenções previstas, quer no que respeita à requalificação quer à manutenção dos diversos equipamentos municipais, foi atribuído um montante aproximado de 5,9 milhões de euros, dos quais cerca de 2 milhões de euros se destinam ao investimento previsto para requalificação.

Assim, para 2018, as ações previstas nos equipamentos municipais, visam essencialmente garantir a segurança e a conservação dos equipamentos, das quais se destacam:

- Ao nível dos equipamentos escolares estão previstas diversas ações de requalificação do edificado em articulação com o DE e DEP, nomeadamente, a continuação da remoção das coberturas e/ou de outros materiais que contêm amianto, a requalificação da EBI Narcisca Pereira e outras intervenções de beneficiações diversas ao nível de recuperação/impermeabilização de coberturas e caixilharias bem como

a recuperação de rebocos e pintura exterior. Além destas ações estão ainda programados procedimentos de intervenções genéricas com vista a assegurar o normal funcionamento dos equipamentos escolares;

- Execução de diversas obras de requalificação das instalações que constituem o complexo do Palácio Marquês de Pombal, nomeadamente a nível de recuperação de rebocos das fachadas e pinturas exteriores, impermeabilização de terraços e de coberturas. Prevê-se ainda a revisão das instalações elétricas, de incêndio e de intrusão de forma faseada, para 2018 e 2019, bem como as pequenas e pontuais manutenções gerais do edificado;
- No âmbito da manutenção destaca-se o lançamento de novas empreitadas de manutenção, bem como o lançamento de novos fornecimentos para garantir a manutenção integrada dos diversos equipamentos eletromecânicos (em contratos únicos de manutenção preventiva e corretiva para Fontes, Bombas, AC, Elevadores, Alarmes, Equipamentos Cozinha, Portas Automáticas, Geradores, entre outros).

Prevê-se também a instalação de novos sistemas na área da segurança no que respeita a novos sistemas de incêndio (obrigatórios por lei) bem como a implementação de medidas que possibilitem a diminuição do consumo, prevendo-se ainda a instalação de equipamentos de iluminação eficiente em vários equipamentos e a continuação da realização da certificação energética dos equipamentos municipais, em articulação com a DGP.

Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais

A Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais (DGEPIIM) está incumbida de gerir o espaço público, assegurar a construção, conservação e reabilitação de infraestruturas e obras conexas, elaborar e executar projetos de intervenção nas áreas do trânsito e transportes, contribuindo para o ordenamento da circulação e para a segurança rodoviária. Para o efeito, foram atribuídos cerca de 10,75 milhões de euros em sede de orçamento, o que se traduz num peso de cerca de 60% do total atribuído ao DOM.

Desse modo, para o ano de 2018, propõe-se a realizar:

Quanto ao **espaço público**:

- Manter a celeridade na análise e informação rigorosa dos pedidos de ocupação do espaço público, quer por particulares (para filmagens, mudanças, estaleiro, ligações dos ramais prediais à rede pública, etc.) como pelas empresas concessionárias (pedidos de abertura de vala ou passagem de cabos em condutas existentes por 17 operadores);
- Zelar quanto ao cumprimento do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública do Município de Oeiras, em especial quanto à obrigatoriedade da reposição dos pavimentos nas devidas condições e

na extensão exigida, de modo a assegurar que após a intervenção no pavimento este fique em condições idênticas ou melhores que as existentes;

- Quanto às alterações de trânsito temporárias irá promover junto dos requerentes medidas que minimizem o transtorno causado aos utentes das vias bem como exigir a correta implementação dos planos de sinalização, em articulação com o Serviço de Polícia Municipal.

Em termos de **iluminação pública**:

- Prosseguir com a sua atividade de reformulação e reforço da iluminação pública, dando continuidade ao Plano de Iluminação do Concelho (PIC), com a escolha de equipamentos eficientes e resistentes;
- Pretende ainda continuar a atualizar o cadastro digital de todo o equipamento de iluminação pública decorativa existente;
- É ainda objetivo, continuar a apresentar medidas conducentes à poupança do consumo de energia elétrica bem como na redução de emissões de CO2 enquanto vai continuar a implementar medidas já aprovadas, nomeadamente:
 - ✓ Retirar equipamento IP em locais onde estes não acrescentam iluminação;
 - ✓ Reutilização do equipamento IP retirado.

Quanto aos **arruamentos**, e com o objetivo de concretizar as suas atribuições:

- A DGEPIIM propõe executar obras de construção, reparação e manutenção de arruamentos, execução e beneficiação de espaços públicos, reparação e manutenção de coletores pluviais municipais, reordenamentos viários, bem como de eliminação de barreiras físicas em espaços públicos, com o recurso maioritário a obras/empreitadas genéricas;
- Destaca-se, assim, a construção de uma rotunda no entroncamento da Av. de Portugal com a Rua Fernão Lopes, em Carnaxide, a execução dos arranjos exteriores nas Ruas Eugénio dos Santos, José Régio e Carlos Mardel, em Oeiras, a requalificação da Rua Pedro Nunes, em Oeiras e reformulação da Rua Sacadura Cabral, na Cruz Quebrada Dafundo;
- Para além das obras executadas por empreitada serão executadas pequenas intervenções por administração direta para reparação de anomalias, bem como para apoio a eventos.
- Decorrerão os procedimentos concursais, tendo em vista a realização das obras para a Requalificação e Valorização da Plataforma das Fontainhas e Execução do Corredor Verde e Azul (EVA).

Quanto ao **trânsito**, cabe a esta Divisão o planeamento das questões relacionadas com a colocação e manutenção da sinalização rodoviária, a melhoria da fluidez da circulação automóvel e o ordenamento do estacionamento procurando otimizar a segurança tanto de peões como de condutores, bem como contribuir para o bom estado das infraestruturas públicas e para a qualidade do espaço público.

Ainda executar obras de interesse municipal nestas áreas, em articulação (ou não) com outros serviços e utilizando os meios técnicos e logísticos do município ou em cooperação com outras entidades públicas ou privadas. Neste âmbito, para o próximo ano propõe-se a realizar:

- Proceder à instalação, manutenção, beneficiação e reparação dos sistemas semafóricos;
- Proceder à manutenção preventiva e corretiva da sinalização de trânsito, quer horizontal quer vertical, bem como de equipamento urbano;
- Instalação de nova sinalização ou outro equipamento urbano sempre que (e de acordo com as hierarquias superiores) as mesmas pressuponham a melhoria das condições de segurança, fluidez da circulação automóvel e bem-estar dos munícipes;
- Melhorar as condições de circulação e estacionamento;
- Articular com as diversas empresas de transporte coletivo que operam no Concelho, no que concerne a alterações de trânsito provisórias.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

O Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU, tem ao seu dispor um montante orçado em cerca de 5 milhões de euros, sendo que 75% desses recursos são vocacionados para aquisição de serviços de gestão de resíduos sólidos.

No contexto da **atividade de promoção e sensibilização ambiental**, pretende dar-se continuidade aos projetos de ocupação de tempos livres em atividades de promoção da cidadania ambiental, nomeadamente com os programas Jovens em Movimento e Bairro Limpo, que envolvem anualmente cerca de 700 jovens em atividades de limpeza e sensibilização ambiental, dispersos pelas praias, ruas, jardins e bairros municipais.

Revela-se necessário a realização de uma revisão ao PAESO no sentido de avaliar quais as medidas e ações necessárias por parte do Município para cumprir a meta de redução de 40% das emissões de CO₂ até 2030.

Pretende-se levar a discussão para aprovação e implementação um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC), pelo que os projetos de sensibilização na área da eficiência energética, com famílias, empresas e mesmo ao nível dos Bairros Sociais são fundamentais para cumprimento das metas comprometidas.

Dar-se-á continuidade à organização e apoio de eventos de âmbito ambiental, nomeadamente eventos de comemoração de **dias ambientais temáticos**, assim como o Programa de Educação Ambiental Escolar, com um número crescente de escolas e professores aderentes, realizado através de parcerias locais e nacionais que visa aumentar o grau de consciência ambiental das gerações mais novas.

É intuito do DASU manter a estratégia de comunicação de **proximidade ao munícipe**, através das campanhas temáticas sobre as hortas urbanas, correta deposição de resíduos domésticos, de beatas e outros resíduos especiais, assim como o controlo de pragas urbanas e prevenção de animais errantes. É igualmente objetivo assumido para 2018, o aumento da literacia e conhecimento dos ecossistemas urbanos locais, dotando os parques e jardins de informação sobre principais espécies animais e vegetais, a sua importância no ecossistema e o papel de cada cidadão na sua preservação.

O DASU continuará a apostar de forma clara, na gestão dos **ecossistemas ribeirinhos** com vários propósitos entre os quais aproveitamento de água para utilizações menos nobres. Pretende-se dar cumprimento às ações previstas no Plano Estratégico, nomeadamente medir a qualidade hidromorfológica (Regime hidrológico (Caudais e Condições de escoamento (HQA); Ligações a massas de água subterrâneas), a Continuidade do Rio (Comprimento médio dos troços sem barreiras artificiais; Tipologia das barreiras existentes e HMS) e as Condições Morfológicas (Variação da profundidade e largura, Estrutura e substrato do leito e Estrutura da zona ripícola (HQA)) das ribeiras de acordo com os critérios definidos na Lei da Água 58/2005 (DQA); Medir a qualidade biológica de uma linha de água de acordo com os critérios definidos na Lei da Água 58/2005.

Os diferentes elementos de qualidade biológica apresentam respostas diferentes em relação à escala temporal e espacial, sendo esta resposta função da duração do ciclo de vida e da mobilidade de cada elemento. Nesta matéria viram reforçadas e acrescidas as suas rúbricas destinadas à aplicação de investimento nesta área, seja na manutenção, expansão e instalação de sistemas inteligentes de rega, seja na elaboração de estudos de aproveitamento de águas ou ainda na manutenção, expansão ou instalação

de captações de água autónomas para rega de espaços verdes sem recorrer à rede de distribuição de água potável. Estamos ainda a apostar no Plano de Vegetação onde pretendemos colher material das nossas ribeiras de espécies autóctones para procriação em Viveiro e posterior recolocação nos troços a requalificar com Engenharia Natural.

A qualidade ambiental das zonas balneares traduz-se numa preocupação premente, pelo que o objetivo passa por dar continuidade à melhoria dos equipamentos de apoio aos utilizadores e atividades de sensibilização ambiental que promovam a limpeza e preservação da orla ribeirinha.

Dando seguimento ao que já foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Eventos Sustentáveis em Oeiras, surgiu o Guia Boas Práticas Eventos Sustentáveis em Oeiras, afigurando-se que o mesmo deverá ser simplificado e reajustado aos eventos promovidos pela CMO, lançando-se um concurso em que o concessionário que se distinga no âmbito da sustentabilidade seja premiado.

No que respeita a Mercados Municipais, pretende-se dar continuidade ao trabalho de (re) organização e requalificação dos espaços sob a nossa responsabilidade – Algés, Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo e Linda-a-Velha – através da aposta em projetos inovadores e arrojados de que já é exemplo, de sucesso devidamente comprovado, o Mercado de Algés.

Por outro lado e em matéria de Feiras Municipais, pretende-se dar continuidade à (re) organização e regulamentação das feiras de velharias, otimizando a gestão, a divulgação e a atribuição dos espaços em Oeiras, Paço de Arcos e Algés.

No que refere à política animal, o Centro de Recolha oficial de Animais do Município de Oeiras – CROAMO, e dentro das competências desta estrutura, continuaremos a efetuar atividades de recolha de animais errantes, vadios e abandonados, de promoção da adoção, de restituição de animais aos donos, de recolha de cadáveres da via pública, de receção de cadáveres de animais entregues pelos munícipes, de execução das medidas de profilaxia médica e sanitárias determinadas oficialmente pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional competente (Campanha de Profilaxia da Raiva e Outras Zoonoses – Vacinação Antirrábica e Identificação eletrónica), de sequestros sanitários de animais, de avaliação das condições de alojamento e de bem-estar dos animais, de avaliação / inspeção das situações causadoras de insalubridade provocadas por animais.

Neste sector, entendemos alargar e inovar no que é a missão legal da autarquia, prosseguindo as mais modernas políticas na área do bem-estar

animal, continuando a apostar fortemente no incremento das adoções de animais, quer através de maior divulgação e dinamização de meios quer através da realização de atividades regulares com vista à promoção das adoções.

Integrado ainda na política animal, continuaremos a apostar e a desenvolver campanhas de sensibilização focadas na posse responsável de animais, no combate ao abandono, e no apoio aos municípios carentes economicamente e que sejam detentores de animais.

Reconhecendo os bons resultados até agora obtidos com a política de prestação de cuidados de saúde e esterilização das colónias de gatos, vamos dar seguimento ao trabalho desenvolvido no CAA e rede de voluntários, mantendo a prática de CED, com as adaptações necessárias à lei em vigor.

Através do desenvolvimento de condições gerais (parques caninos, transportes, feira e festa animal, parceria Pet B Havior) e apoios sociais (Cheque Vet e distribuição de rações), o Município tem como objetivo criar todas as condições para que todos possam ter um animal de estimação, todas as crianças possam crescer com um amigo e que não haja qualquer motivo ou desculpa para o abandono de animais. A política Animal baseia-se em dois eixos: Animais Domésticos e Animais Vadios/ Errantes.

Neste sentido, para 2018 pretende-se promover ao longo do ano Campanhas de Adoção dos animais à guarda do Município; Planear, projetar, construir e manter espaços lúdicos para animais, nomeadamente mais Parques Caninos e criar a praia *Pet Friendly*; Georreferenciar, Controlar e Esterilizar os Animais Vadios/ Errantes e promover as boas práticas com os animais de companhia, como por exemplo informar sobre a importância de vacinar os animais, e o registo na Junta de Freguesia.

O animal doméstico é um membro da família e devem ser criadas condições para uma vida digna, saudável e feliz.

No que concerne ao funcionamento das Estações de Transferência e Unidade de Redução de Resíduos Verdes para descarga temporária dos resíduos volumosos em locais centrais do município, com objetivos de otimização de recursos financeiros, materiais e emissões de CO₂, nos próximos anos, pretende-se estudar a possibilidade destes espaços evoluírem no sentido de poderem vir a rececionar resíduos volumosos e verdes dos municípios, minimizando assim o tempo de permanência destes na via pública e responsabilizando os seus produtores pelo destino final. A Unidade de redução de verdes deverá crescer no sentido de poder receber

todos os resíduos verdes produzidos no Município, sendo efetuada uma correta gestão das lenhas e estilha produzida.

Divisão de Espaços Verdes

Em sede de orçamento, foi atribuído o montante aproximado de 5,7 milhões de euros à Divisão de Espaços Verdes (DEV), para fazer face às ações que se propõe desenvolver, dos quais cerca de 67% são absorvidos na aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços verdes.

À consolidação dos processos de gestão com vista à promoção e manutenção de espaços verdes, contribuindo para a **qualidade ambiental**, encara-se agora uma nova etapa em que se considera fundamental a estipulação de dois novos vetores estratégicos e prioritários de intervenção: por um lado um reforço das estratégias de conexão/compatibilização entre a otimização dos processos de gestão e as importantes questões da sustentabilidade ambiental, por outro a estipulação de soluções que permitam responder de forma mais direta e concertada às necessidades e anseios dos munícipes.

Neste âmbito, destacam-se como aliados dessa estratégia os projetos ligados ao Plano da Água/Gestão da Rega, as questões ligadas ao planeamento/gestão dos espaços verdes e capital arbóreo, onde se figuram fundamentais as ferramentas de cadastro e controlo ligas aos sistemas de informação geográfica, a adequação das tipologias de intervenção às condicionantes do espaço e da vivência urbana com particular incidência na requalificação de espaços verdes nos parques de jogo e recreio e nos espaços de lazer animal. Por último, o aprofundamento dos processos ligados à Gestão da Qualidade do Ambiente e Segurança.

Estas estratégias tornam-se tanto mais importantes quanto se conhecem os novos desafios ligados ao expressivo incremento de novas áreas de manutenção, os problemas de natureza ambiental ligados à gestão dos recursos e a obrigação crescente de dar resposta eficiente às necessidades e solicitações dos munícipes.

Relacionada com o legado histórico e cultural do Concelho de Oeiras, pretende-se atingir a capacidade máxima de engarrafamento do **Vinho de Carcavelos “Villa Oeiras”**. Com vista ao incremento das vendas, quer pelos processos de *marketing* quer pela promoção e comercialização, espera-se alcançar uma consolidação dos mercados nacionais e de exportação atualmente existentes, mas também a conquista de novos mercados.

Divisão de Higiene Urbana

Do montante global atribuído à Divisão de Higiene Urbana (DHU) de aproximadamente 2,2 milhões de euros, para o ano de 2018, cerca de 88% são canalizados para a prestação de serviços de limpeza e recolha de resíduos. É pretensão desta unidade orgânica continuar a apostar na melhoria contínua de processos, permitindo aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços municipais de limpeza urbana e recolha de resíduos.

Admitindo uma realidade bastante mutável nesta área, torna-se fundamental desenvolver estudos e propostas de adequação às necessidades efetivas e específicas, quer ao nível operacional quer ao nível técnico, promovendo o aumento da produtividade dos serviços fomentando o envolvimento dos trabalhadores.

Paralelamente pretende-se dar continuidade ao processo de uniformização e **alteração dos sistemas de deposição de resíduos**, dotando o Concelho de equipamentos em profundidade e de maior capacidade, adaptados à estrutura urbana de cada zona.

Face ao aumento da produção de resíduos urbanos que se tem verificado nos dois últimos anos e de modo a contribuir para o cumprimento das metas de recolha seletiva no âmbito do PERSU2020, é intenção da DHU reforçar a aposta na qualidade da prestação do serviço de recolha seletiva e da recolha indiferenciada, aumentando frequências de recolha em ambas as frações e reforçando com equipamento de deposição algumas zonas mais carenciadas. Com vista à **diminuição do número de reclamações** da população, pretende-se retomar a recolha indiferenciada aos fins de semana, uma vez que é o período semanal onde existe maior produção no setor doméstico.

Igualmente, o **setor de manutenção e lavagem de equipamentos** de deposição de resíduos (em profundidade e de superfície) é considerado uma área prioritária de investimento para o ano de 2018, perspetivando-se a contratação destes serviços ao exterior. Pretende-se ainda, assegurar uma adequada gestão de resíduos perigosos e fluxos não urbanos (ex: resíduos de construção e demolição) através do recurso a operadores devidamente licenciados para a recolha destas tipologias de resíduos.

É objetivo da DHU/UHU, investir em determinadas áreas de intervenção igualmente consideradas prioritárias, designadamente a aposta na **varredura mecânica** como complemento à atividade de varredura manual e em resposta à escassez de recursos humanos, e ainda contratar serviços

externos para a desmatção de grandes vias de comunicação e para assegurar a limpeza de terrenos particulares localizados em meio urbano que tenham sido notificados pelo DPMPD para a sua higienização. Deste modo as equipas operacionais poderão intervir de forma contínua e atempada na limpeza e eliminação de ervas nos passeios públicos.

Constitui ainda objetivo da DHU o desenvolvimento de ações que visem a implementação do sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (OSHAS 18001) e ainda a integração dos Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança e contribuir deste modo para um serviço municipal de recolha de resíduos urbanos de qualidade atestada e reconhecida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Divisão de Viaturas e Máquinas

A Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM) tem disponível um orçamento a rondar os 4,9 milhões de euros, repartidos pelas várias ações que pretende realizar em 2018, no seguimento da sua atividade de prestação de serviços, maioritariamente internos.

Neste capítulo, e como fornecedor de **serviços transversais** a toda a orgânica da Câmara Municipal de Oeiras, a DVM disponibiliza viaturas para recolha de resíduos urbanos, viaturas e máquinas para limpeza urbana, máquinas pesadas para trabalhos específicos de acordo com solicitações dos serviços e viaturas ligeiras de passageiros, de forma ocasional e permanente. Paralelamente realiza transporte de passageiros, mercadorias e bens.

Acresce ainda o **serviço de reparação e manutenção** de equipamentos e viaturas propriedade da CMO.

Os objetivos propostos para 2018 consagram a consolidação dos níveis de desempenho alcançados e a projeção para níveis superiores, promovendo processos que facilitem a melhoria contínua, destacando-se neste contexto os serviços prestados à estrutura orgânica da CMO, o funcionamento interno e a informação produzida para acompanhamento das diferentes áreas e satisfação das necessidades de *reporting*.

As ações que a DVM se propõe realizar em 2018 englobam a adequação dos recursos (equipamento e viaturas) às exigências das diferentes unidades orgânicas da Câmara Municipal de Oeiras, a promoção de utilização de todos os recursos disponíveis em prol da qualidade do serviço prestado, a otimização do nível de recursos utilizados nos diferentes serviços da

Divisão, a análise e avaliação contínua das formas de aquisição de máquinas e viaturas, a revisão e implementação de tarefas no sentido da promoção da qualidade e segurança e enriquecimento, em termos de conteúdo, do funcionamento interno, a promoção e consistência da informação produzida e procedimentos de validação, a renovação e certificação de qualidade, dar resposta às políticas de ambiente definidas e promover os níveis de segurança.

Neste contexto, em 2018, torna-se necessário realizar algumas aquisições, das quais se destacam a aquisição de um veículo pesado de transporte de passageiros com 40 lugares, para fazer face á idade de um dos autocarros existentes que não tem as condições necessárias ao transporte de crianças, uma vez que possui mais de 16 anos, aquisição de uma máquina de limpeza de praias para substituir uma das existentes, uma vez que tem mais de 18 anos, aquisição de viatura ligeira de mercadorias com cabine dupla e plataforma para o serviço de carregadores, aquisição de viatura ligeira de mercadorias com cabine dupla e báscula para a equipa de limpeza de praias, aquisição de equipamentos de máquinas de pequeno porte para as divisões do DASU, de modo a renovar a frota existente desta tipologia de equipamentos dada a sua elevada idade e inoperacionalidade.

Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento

O Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento vê ser-lhe atribuído um montante de 3,2 milhões de euros para fazer face às atividades a realizar em 2018. Decorrente da administração direta desta unidade orgânica está a publicação de um número da série, e de dois números especiais dos **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, que pela sua dimensão de elevado prestígio, tanto nacional como internacional, como atesta a qualificação dos arqueólogos que ao longo dos anos têm sido seus colaboradores, constituiu um fator de relevo que importa assegurar a sua continuidade. Por força destes factos, foi constituída uma biblioteca especializada de consulta pública no CEACO, em permanente crescimento.

Em 2018 será publicado o volume 24 desta série, contendo a colaboração de alguns dos mais relevantes arqueólogos nacionais e internacionais. Dos dois números especiais que serão publicados em 2018, um destina-se a dar a conhecer a biografia do General Conde de São Januário, ilustre militar, diplomata, político e arqueólogo, nascido e falecido em Paço de Arcos, e de quem hoje quase ninguém sabe nada e o outro corresponde a um álbum profusamente ilustrado sobre o povoado pré-histórico de Leceia, com

funções essencialmente didáticas, sem prejuízo de despertar igualmente interesse a um público adulto alargado, tendo assim múltiplos destinatários.

Para a concretização destes objetivos, afigura-se essencial a manutenção do contrato com a empresa “Pulsar da História”, bem como o pagamento de Direitos de Autor relativos à produção de artigos resultantes de escavações arqueológicas ou da publicação de espólios com direitos científicos adquiridos.

A realização de datações pelo método do radiocarbono, de traduções científicas e de transcrição de documentos antigos suportam a produção científica destinada a publicação nas três edições previstas para 2018 acima referidas.

Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação

De entre o orçamento atribuído ao DCPC, a Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação colhe cerca de 7%, para fazer face à atuação nas áreas que se encontram sob sua responsabilidade.

No que concerne aos **fundos documentais e os programas de promoção da leitura e das literacias**, a DBDI propõe-se, para o ano de 2018, manter a atualização regular dos fundos documentais de forma a disponibilizar as novidades editoriais e os livros técnicos de apoio ao estudo e investigação, num modelo de atuação que privilegia a complementaridade na ação entre as unidades orgânicas da Autarquia, as entidades parceiras do território e os demais utilizadores da rede de bibliotecas de Oeiras, garantindo, simultaneamente, o livre acesso à educação, à informação, à cultura e ao lazer.

Não obstante a exigência do controlo da despesa pública e sua contenção orçamental face ao contexto socioeconómico atual, a proposta de GOP para 2018, no valor global 223 mil euros traduz um incremento de 11,5% neste sector, face ao orçamento do ano transato. Tal decorre, sobretudo, do facto de ser esta uma das unidades orgânicas cuja ação é mais virada para o exterior, cujo âmbito de atuação se centra na resposta aos municípios, pelo que a planificação das atividades da DBDI, procurará potenciar os recursos humanos existentes e as suas valências técnicas, assim como o aproveitamento dos recursos físicos e materiais existentes de forma a cumprir a sua missão com sentido de total serviço público.

Complementarmente dar-se-á seguimento à elaboração de um plano estratégico que verse a requalificação e reorganização dos espaços

funcionais das bibliotecas municipais em contexto de *Design Thinking*, particularmente no desenvolvimento de serviços inovadores destinados a aprendizagem colaborativa que potenciem experimentação ao nível da criatividade digital (texto, áudio, vídeo, imagem); ao desenvolvimento do programa de *Literacia Digital* na dimensão de ponto de acesso aos conteúdos informativos, patrimonial e históricos do concelho, diretório digital, formação creditada de mediadores e professores e no potenciar de ferramentas interativas para promoção do estudo junto do público mais jovem.

Paralelamente, dando continuidade às dinâmicas já existentes, a rede de bibliotecas municipais pretende desenvolver novos projetos enquadrados em programas de promoção da leitura e das literacias, do acesso ao conhecimento, de índole cultural e de cidadania, reforçando a sua ação junto da comunidade, das escolas do concelho, do seu serviço educativo, e concertando esforços no sentido de potenciar as aprendizagens, mantendo igualmente a oferta gratuita de um conjunto articulado de iniciativas em um programa regular que evidencie a especificidade das bibliotecas enquanto espaços de informação e conhecimento relevantes, indo de encontro aos interesses da sociedade atual, bem como, de extensão bibliotecária em diversas zonas do concelho.

Ainda no âmbito da *promoção da leitura e das literacias*, continuam a merecer destaque os fóruns de “*Encontros com profissionais – Oeiras a Ler*”, do “*Grupo de Leitores*”, de “*temas da atualidade*” e “*novidades editoriais*” que representam importantes contributos para a promoção dos livros, dos temas contemporâneos mas igualmente do próprio Concelho. Neste contexto serão equacionados novos apoios e parcerias, para nossos moderadores, interlocutores e oradores, entidades e personalidades consideradas como de interesse municipal face à sua relevância para os temas em análise.

A DBDI tem um modelo de biblioteca delineado e inserido numa rede de bibliotecas, demonstrando-se que a colaboração entre instituições, a integração comum de serviços e aposta na requalificação tecnológica são essenciais para o desenvolvimento futuro desta estrutura, produtora e geradora de conhecimento. A Rede de Bibliotecas Municipais compreende a Biblioteca de Oeiras, de Algés e de Carnaxide, as quais servem o município de Oeiras assim como todos os concelhos adjacentes.

Departamento de Educação

O ano de 2018 será um ano de viragem na educação em Oeiras. Serão concretizadas novas políticas educativas. Estas ligarão o potencial educativo do concelho em rede e reforçarão os meios e as condições para concretizar o objetivo que é o de ter os melhores ambientes de aprendizagem.

Escola, Família e Comunidade, vão orientar-se pelo desenvolvimento de sinergias e por práticas de cooperação, deixando de viver desencontradas. Com os alunos, os docentes e todos os que fazem a Escola acontecer todos os dias, as famílias, as organizações sociais, culturais e desportivas de Oeiras, lançaremos os pilares para a construção da melhor rede de educação do país.

Cerca de 8% das dotações financeiras destina-se a apoiar as famílias com as crianças mais pequenas que frequentam a rede de pré-escolar e de 1º ciclo da rede pública na conciliação da vida familiar e profissional. O futuro das novas gerações é demasiado importante para que se ignore o potencial do contributo de todos os que, direta e indiretamente, devem estar envolvidos para garantir que nenhuma criança ou jovem ficará para trás por falta de recursos ou condições. Sem um bom sistema educativo não há coesão social, não há desenvolvimento, não há futuro.

Aproximadamente 29 % do orçamento da Educação destina-se ao reforço das medidas de apoio social escolar – apoio para transportes escolares, refeições escolares, bolsas de estudo para frequência do ensino superior e subsídios para aquisição de material escolar. A educação dos alunos de Oeiras irá privilegiar a interação entre as aprendizagens formais e informais a ocorrer dentro e fora do espaço escolar. A partir de 2018/2019 será proporcionado um programa de valorização da dimensão artística e desportiva das atividades de enriquecimento curricular. Esta aposta traduz-se na afetação de 16% do orçamento. Neste ano proceder-se-á ao reforço do apetrechamento das escolas, nomeadamente renovando o mobiliário, equipamentos e utensílios de cozinha. As escolas usufruirão de melhores condições de conectividade, generalizando-se a cobertura da rede WI-FI.

Com vista a garantir o seu regular funcionamento importa acautelar a manutenção dos espaços e equipamentos em condições de conforto e segurança, garantindo uma resposta mais célere e eficaz. Para este efeito está afeto 8% do orçamento do DE. As despesas de funcionamento das escolas serão asseguradas com a afetação de 38% dos recursos financeiros desta unidade orgânica.

Continuaremos a desenvolver o Portal da Educação, disponibilizar informação sobre a rede escolar, ofertas educativas, atividades das escolas, serviços prestados no âmbito da Educação, garantindo a rápida consulta pelos cidadãos e apoiando as famílias na tomada de decisões mais informadas sobre tudo o que se relaciona com a vida escolar e sobre os serviços educativos existentes, incluindo a plataforma de gestão de serviços de refeição e de prolongamento de horário.

Será reativado o Conselho Municipal de Educação, atualizada a Carta Educativa, concebido o Plano Estratégico Educativo e concretizada a adesão de Oeiras à Rede das Cidades Educadoras, instrumentos significativos para mobilizar todos os atores da Comunidade Oeirense.

Mapa das Entidades Participadas

Euros

Nome	NIF	Sede	Investimento Financeiro em 1/Jan	% de Particip.
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.E.M.	505.351.064	Piscina Oceânica de Oeiras - Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 OEIRAS	100.965,57	100,00%
PARQUES TEJO, Parqueamentos de Oeiras, E.E.M.	504.719.670	Av. das Tulipas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 ALGÉS	950.000,00	100,00%
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504.475.606	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, 11 - 3º B 2740-120 PORTO SALVO	1.835.521,60	59,22%
AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos	502.026.391	Avenida 5 Junho - Trajouce 2785-155 SÃO DOMINGOS DE RANA	5.052.034,63	20,00%
ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	506.698.750	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 33 2740-120 PORTO SALVO	8.250,00	0,53%
OEIRAS EXPO, SA	508.704.618	Largo Marquês de Pombal, Edifício dos Paços do Município 2784-501 Oeiras	49.000,00	49,00%
TAGUSPARK, Soc. de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	502.857.587	Taguspark, Núcleo Central, 100 2740-122 OEIRAS	4.524.666,62	19,16%
E.I.A - Ensino e Investigação e Administração, S.A. - Entidade Instituidora da Universidade Atlântica	502.948.477	Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena 2730-085 BARCARENA	37.689,85	2,85%
Águas do Tejo Atlântico	514.387.130	ETAR de Alcântara Av. de Ceuta 1300-254 Lisboa	3.936.998,00	3,47%
			16.495.126,27	
Total das Partes de Capital (411)				

Contingentes

Parte contrária	Objecto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
Helena Rosa Proc. 2732/10.6BELSB	Acção responsabilidade civil extracontratual referente a sinistro automóvel.	Fortes possibilidades de procedibilidade, dado que ganhamos parcialmente a primeira instancia. Possibilidade de sentença este ano.	Médio	7.860,80
Clube Português de Artes e Ideias - Processo 22749/15,3T8SNT	Protocolo entre o Município e o CPAI com vista a utilização de espaço municipal.	Aguarda marcação de julgamento.	Reduzida	250.000,00
Sebastião José Carvalho	Uso de titulo indevido nos vinhos de Carcavelos	Tentativa de conciliação para Dezembro. Não haverá sentença até final do ano, caso não haja acordo.	Reduzida	54.500,00
Rui Pedro Campos	Acidente de viação ocorrido em 14 de Maio de 2011.	50/50 - possibilidade de procedência. Possível sentença ainda este ano	Médio	4.504,89
ACT - C O 3000 3691 1570 / Luis Lachica	Impugnação de contraordenação por motorista da CMO "circulava com veículo, sem ter livrete individual de controlo"	Probabilidade de procedência da defesa da CMO uma vez que o mesmo ocorreu em casos semelhantes anteriores. Possibilidade de decisão este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso para Tribunal.	Reduzida	9.180,00
ACT	Impugnação de contraordenação por motorista da CMO "circulação de máquina industrial sem preenchimento de requisitos legais"	Boa probabilidade de procedência da defesa da CMO uma vez que o mesmo ocorreu em casos semelhantes anteriores. Possibilidade de decisão este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso para Tribunal.	Reduzida	300,00
HABITAT	Plano de Pormenor do Vale de Algés - pedido de indemnização.	Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	
HABITAT	Plano de Pormenor do Vale de Algés - pedido de indemnização a liquidar em execução de sentença.	Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Médio	
Sociedade Pavilhões de Algés	Concessão para exploração do Palácio Ribamar.	Não haverá sentença transitada em julgado no decurso deste ano.	Reduzida	1.507.235,16
Américo Rosa Fragoso – Proc.º. 440/08.7BESNT	Demolição de edifício sito na Quinta da Gandarela, em Carnaxide.	Notificados da sentença em Setembro 2014. Condenados ao pagamento de 3.500 €. A decisão foi objeto de recurso por parte do autor do processo. Pode ter decisão transitada em julgado este ano.	Médio	3.500,00
GERTAL	Requer o pagamento das faturas e notas de débito referente a serviços prestados em execução co Contrato de Prestação de Serviços 58/2002	Sentença condenatória em sede de 1ª instância. Aguarda-se decisão do recurso interposto no TCASul. Possibilidade de sentença transitar em julgado este ano.	Elevada	40.018,95
Maria Madalena Morgado – Proc.º. 663/12.4BESNT	Demolição de moradia em Algés	Pendente no TCASUL- Possibilidade de decisão transitada em julgado este ano.	Médio	468.064,00
Associação Oeiras Merece Mais	SATU Oeiras	Aguarda sentença 1ª instância. Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	2.959.700,00
Administração Condomínio Algés – Proc.º. 1178/16.7BESNT	Pedido de indemnização por infiltrações	Processo recente - não haverá sentença este ano, a menos que haja acordo.	Reduzida	35.319,92
Maria Fernanda Almeida	Terreno sito em Paço de Arcos - requer o pagamento de 20.500 € a título de indemnização por danos patrimoniais resultantes da privação do uso do imóvel.	Aguarda sentença 1ª instância. Não terá decisão transitada em julgado este ano.	Reduzida	20.500,00
LUSITANIA – Proc.º. 1159/11.8BESNT	Processo de acidente 12/2015	Aguarda Julgamento	Médio	10.043,09
LISGRAFICA - Proc. 786/12.0BESNT	Pedido de isenção da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos e a devolução das quantias cobradas desde Janeiro de 2003 até à data de 11 de Junho de 2012, no montante de € 79.038,43. Acrescidos de juros de mora.	50/50 - Possibilidade de sentença este ano. Mesmo que a decisão seja desfavorável existe a possibilidade de recurso.	Médio	79.038,43
GERTAL - Proc. 177/08.7BESNT	Impugnação da deliberação CMO 691/07, de 27/6 que determina o pagamento pela Autora de 43.763,49 €	Sentença favorável em 1ª instância. Aguarda decisão do recurso.	Médio	43.763,49

Parte contrária	Objecto	Probabilidade	Prioridade	Provisões
PROMORAIL – Proc. 1118/11.0BESNT	Pagamento de prejuízos decorrentes do prolongamento da empreitada para a conceção e construção das bancadas do Estádio Municipal de Oeiras	Sentença de 1ª instância que julgou improcedente a quase totalidade dos pedidos da autora, com exceção do pedido de ilegalidade de aplicação de multa contratual no valor de € 673.973,00 e de algumas reclamações quanto ao auto 27 da empreitada (de pequeníssimo valor) e julgou improcedentes os pedidos reconventionais de indemnização formulados pelo atraso na conclusão da obra.	Médio	1.451.822,34
MRG, Oeiras Primus e outros	Parcerias Público Privada		Médio	15.950.526,38
Iris Filipe / Altanuance	Acção de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Soeiro Pereira Gomes Lote 55 - Já foi depositado a título de caução o valor 22,611,00. Se a acção proceder o dinheiro fica como pagamento do imóvel, se improceder o dinheiro é devolvido.	50/50. A implicância de pagamento encontra-se descrita no objeto da acção.	Médio	22.611,00
António Alberto Júnior 3434/17.8T8CSC	Processo de acidente 142/2016	Notificados da Petição Inicial em Novembro de 2017.	Reduzida	290.523,77
			Total	23.209.012,22

ANEXO I

Mapa dos Empréstimos de ML Prazo

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO 2018

Data Contrato	Data (Início reembolso)	Data (Término contrato)	Objeto do Contrato	Nº Empréstimo	Entidade Credora	Capital Contratado	Taxa de Juro Inicial	Taxa de Juro Atual	Prazo Amortização	Anos Vencidos	Anos Vincendos	Amortização	Juros	Total	Previsão de dívida em 31dez2017	Capital em dívida 01jan2017	Anos Vincendos 01jan2017	Amortizações médias (DL 73/2013, artº 83º)		
18-abr-95	18-abr-95	18-out-21	INVESTIMENTO - PER INVEST/HAB.SOCIAL	0549/001692/891	INH/CGD b)	€ 1.323.500,36	3,125	0,62	25	22,5	3,5	57.549,28	1.348,30	58.897,58	232.345,07	289.521,51	4,5	64.338,11		
						IGAPHE *	€ 1.355.611,97													
QUINTA DA POLITEIRA (DL 110/85 de 17/04)																				
16-jan-96	16-jul-96	16-jul-23		0549/001696/091	INH/CGD b)	€ 4.377.714,70	6,53	0,39	25	21	4	221.455,75	5.020,60	226.476,35	1.341.777,33	1.562.121,63	5	312.424,33		
66 FGS RIBEIRA DA LAGE (PER - DL 163/93)																				
05-nov-97				97,16,0030,5	INH *	€ 825.749,94														
13-abr-98	13-out-98	13-out-24		0549/001714/291	INH/CGD b)	€ 877.185,98	6,096	0,62	25	19	6	37.715,02	1.605,42	39.320,44	268.962,67	306.426,01	7	43.775,14		
40 FGS Bº B.JESUS CARAÇAS (PER-DL163/93)																				
14-jan-98				97,16,0048,5	INH *	€ 662.707,87														
13-abr-98	13-out-98	13-out-23		0549/001717/791	INH/CGD b)	€ 621.532,11	5,2584	0,62	25	19	6	26.977,76	975,20	27.952,96	164.394,28	191.193,76	7	27.313,39		
64 FGS LAVÉIRAS/CAXIAS (PER - DL 163/93)																				
18-mai-98				98,16,0010,4	INH *	€ 1.192.007,26														
04-dez-98	04-dez-98	4-dez-23		0549/001719/391	INH/CGD b)	€ 1.192.007,26	4,85	0,15	25	19	6	51.141,34	444,88	51.586,22	308.006,75	359.053,69	7	51.293,38		
80 FGS PÁTEO CAVALEIROS PORTELA CARNAXIDE																				
07-out-98				98,16,0012	INH *	€ 1.547.884,60														
16-jun-99	16-jun-99	16-jun-24		0549/001722/391	INH/CGD b)	€ 1.547.884,60	4,00	0,15	25	17,5	7,5	66.209,51	626,29	66.835,80	432.150,05	498.235,75	8,5	58.615,97		
303 FGS NA PORTELA CARNAXIDE																				
19-dez-98				99,16,0020,4	INH *	€ 5.710.587,48														
12-jan-00	12-jan-01	17-jan-20		0549/001726/691	INH/CGD b)	€ 5.710.587,48	0,75	0,00	20	17	3	340.825,42	0,00	340.825,42	852.063,53	1.192.844,22	4	298.211,06		
						CGD/Reforço	€ 194.625,95 Total do Empréstimo € 5.881.086,59													
180 FGS NO MOINHO DAS ROLAS																				
24-jun-99				99,16,0012,4	INH *	€ 3.627.886,79														
23-set-99		7-mai-20		020/13562/200.4	INH/BES b)	€ 3.627.886,79	1,15	0,0994	20	17,5	2,5	194.875,69	441,63	195.317,32	487.280,58	682.107,56	3,5	194.887,87		
71 FGS NO BAIRRO DO POMBAL																				
26-mai-99				99,16,0013,4	INH *	€ 1.260.222,86														
23-set-99		10-mai-20		6829525-830-002/0156	INH/BPI b)	€ 1.260.222,86	0,673	0,000	20	17,5	2,5	58.608,22	0,00	58.608,22	146.520,57	205.128,79	3,5	58.608,23		
417 FGS EM TALAÍDE																				
15-jul-99				99,160020,4	INH *	€ 8.425.424,73														
29-mar-00	03-mai-99	3-mai-20		0549/001735/591	INH/CGD b)	€ 8.425.424,73	1,04	0,43	20	17	3	457.999,03	4.463,51	462.462,54	1.148.710,05	1.604.648,58	4,5	356.588,57		
INTEMPÉRIS																				
18-dez-01	18-jun-02	18-dez-21		0549/002651/991	CGD	€ 1.244.834,26	1,99	0,27	20	16	4	78.509,82	781,08	79.290,90	315.286,69	393.551,31	5	78.710,26		
167 FGS ALTO DOS BARRONHOS																				
14-nov-01				2001,160025,4	INH *	€ 3.596.712,00														
28-jan-02	28-jul-02	28-jan-27		0549/002776/091	INH/CGD b)	€ 3.596.712,00	0,9753	0,15	25	16	9	150.238,72	2.117,08	152.355,80	1.436.484,91	1.586.463,06	10	158.646,31		
16 FGS ALTO DA TERRUGEM																				
19-jun-02	18-dez-05	18-dez-27		9015/006434/891	INH/CGD b)	€ 335.950,00	0,9372	0,14	22	12	10	5.741,93	81,41	5.823,34	57.794,15	63.524,73	11	5.774,98		
18-dez-02 18-dez-03 18-dez-22 III QCA																				
						PARQUE DOS POETAS	€ 2.654.677,00													
						COMPLEXO SOCIAL RIBEIRA DA LAGE	€ 15.000,00													
						JARDIM INFÂNCIA DE CARNAXIDE	€ 32.945,60													
						JARDIM INFÂNCIA CASAL DAS CHOCAS	€ 24.939,89													
						JARDIM INFÂNCIA OURELRA/PORTELA	€ 18.450,53													
						0549/003480/591	CGD	€ 2.746.013,02	3,75	0,62	20	15	5	174.315,00	5.057,08	179.372,08	882.165,80	1.055.231,67	6	175.871,95
07-mai-08	13-nov-08	13-nov-33	292 FGS PATEO DOS CAVALEIROS	9015/005809/791	CGD	€ 6.491.393,60	1,318	0,00	25	10	15	262.792,74	0,00	262.792,74	4.204.683,88	4.467.476,62	16	279.217,29		
07-mai-08	17-dez-08	17-dez-33	45 UNIDADES RESIDENCIAIS Bº S. MARÇAL	9015/005936/091	CGD	€ 786.369,00	2,283	0,07	25	10	15	31.773,03	374,87	32.147,90	511.218,76	542.941,79	16	33.933,86		
07-mai-08	18-dez-08	18-dez-33	32 FGS ALTO DOS BARRONHOS	9015/006075/991	CGD	€ 886.507,00	2,414	0,07	25	10	15	35.819,07	422,61	36.241,68	576.318,48	612.081,21	16	38.255,08		
13-out-08	13-out-08	13-out-33	165 FGS ALTO DOS BARRONHOS	9015/005810/091	CGD	€ 3.893.905,00	1,136	0,00	25	10	15	157.666,36	0,00	157.666,36	2.522.661,78	2.680.328,14	16	167.520,51		
Total												2.410.213,69	23.759,96	2.433.973,65	15.888.825,33	18.292.880,03		2.403.986,28		

DL 54-A/1999, 22/02

(CE: 100603) (CE: 03010302)

NOTAS:

* Fundo Perdido

a) Bonificação de 60% sobre a taxa de referência - bonificação de 1/3 sobre a taxa prevista no Decreto-Lei nº 359/89 e fixada em 13% pela Portaria nº 45, de 14/Jan (DR 1ª Série nº 176 14/1/94)

b) Bonificação de 75% nos termos do artº 5º do Decreto-Lei nº 220/94, de 23/08, e da Portaria nº 673/93, de 19/07, conjugada com o Decreto-Lei nº 150-A/91, de 22/04, e nos termos do protocolo celebrado em 19/12/94 entre a Gireção Geral do Tesouro, o INH e a CGD

c) Durante o período de deferimento, os encargos serão capitalizados na conta do empréstimo

ANEXO II

Mapas do Orçamento

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano	Nr.			Org.	Económica	AC	AA	FC	Resp.	Início	Fim	Ano Corrente 2018				Anos Seguintes				
														Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)			Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	
1	119	2001	104598		EQUIPAMENTO FOTOCOPIADOR	02	020208	0	A019	1/2001				0,00	68 854 568,00	68 854 568,00	0,00	76 474 685,00	72 228 361,00	19 802 084,00	19 828 040,00	257 187 738,00
1	119	2003	104730		DIVERSOS FORNECIMENTOS (IMAGENS 3D, EXPOSITORES, ETC.)	02	020220	0	A033	1/2003	12/2020			0,00	21 695 705,00	21 695 705,00	0,00	30 531 147,00	28 734 823,00	19 403 949,00	19 429 905,00	119 795 529,00
1	119	2004	104680		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	02	07011002	0	A038	1/2004	12/2020			0,00	135 000,00	135 000,00	0,00	135 001,00	135 001,00	135 001,00	135 001,00	675 004,00
1	119	2004	104682		GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DIVERSO	02	07010602	0	A038	1/2004	12/2018			0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	45 000,00
1	119	2004	104701		AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS	02	020121	0	A034	1/2004				0,00	20 900,00	20 900,00	0,00	14 760,00	14 760,00	0,00	0,00	50 420,00
1	119	2004	104714		AQUIS MATERIAL DIVERSO P/AS OFICINAS	02	020121	0	A038	1/2004	1/2004			0,00	111 400,00	111 400,00	0,00	62 115,00	58 425,00	14 760,00	0,00	246 700,00
1	119	2004	104741		INSPEÇÃO PERIÓDICAS E OBRIG P/ LEI, DE VIATURAS PESADAS E LIGEIRAS	02	020203	0	A038	1/2004	12/2020			0,00	13 100,00	13 100,00	0,00	9 225,00	3 075,00	0,00	0,00	25 400,00
1	119	2004	104745		DECORAÇÕES EM VIATURAS	02	020217	0	A038	1/2004	12/2018			0,00	13 500,00	13 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 500,00
1	119	2004	104807		EDIÇÃO E REEDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	02	020220	0	A013	1/2004	12/2019			0,00	212 693,00	212 693,00	0,00	33 486,00	0,00	0,00	0,00	246 179,00
1	119	2004	104820		COMUNICAÇÃO URBANA	02	020217	0	A013	1/2004	12/2019			0,00	163 395,00	163 395,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	233 395,00
1	119	2004	104829		PUBLICAÇÕES	02	020121	0	A013	1/2004	12/2018			0,00	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00
1	119	2004	104832		ACCÕES INFORMACÃO E SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA	02	020217	0	A013	1/2004	12/2018			0,00	49 173,00	49 173,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 173,00
1	119	2004	104840		ESTUDOS E CONSULTADORIA	02	020214	0	A013	1/2004	12/2018			0,00	140 295,00	140 295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140 295,00
1	119	2004	104911		SEGURANÇA/VIGILÂNCIA	02	020218	0	A019	1/2004				0,00	965 000,00	965 000,00	0,00	965 000,00	965 000,00	965 000,00	965 000,00	4 825 000,00
1	119	2004	104912		LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES	02	020202	0	A019	1/2004				0,00	247 000,00	247 000,00	0,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	1 247 000,00
1	119	2004	104943		FORMAÇÃO PROFISSIONAL	02	020215	0	A020	1/2004	12/2018			0,00	220 000,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00
1	119	2004	104971		CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E DE ASSISTÊNCIA A EQUIPAMENTO	02	020219	0	A018	1/2004				0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00
1	119	2004	104986		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (INSPEÇÃO DE ELEVADORES E OUTROS)	02	020220	0	A026	1/2004	12/2018			0,00	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160 000,00
1	119	2004	105394		AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO DIVERSO	02	020121	0	A036	1/2004				0,00	100 500,00	100 500,00	0,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00	620 500,00
1	119	2005	105768		AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	02	070109	0	A018	1/2005	1/1900			0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	500 000,00
1	119	2005	105773		TRANSPORTE E MUDANÇAS	02	020225	0	A018	1/2005				0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	65 000,00
1	119	2007	106232		APOIO INSTITUCIONAL	02	020225	0	A013	1/2007	12/2020			0,00	61 343,00	61 343,00	0,00	15 400,00	7 587,00	0,00	0,00	84 330,00
1	119	2007	106236		REPARAÇÕES MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	02	020203	0	A018	1/2007				0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	58 000,00
1	119	2007	106240		ARRENDAMENTOS	02	020204	0	A018	1/2007				0,00	990 000,00	990 000,00	0,00	990 000,00	990 000,00	990 000,00	990 000,00	4 950 000,00
1	119	2007	106241		AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS E BENS DIVERSOS	02	020121	0	A018	1/2007				0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	25 000,00
1	119	2007	106245		SEGUROS	02	020212	0	A018	1/2007				0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	750 000,00	750 000,00	750 000,00	750 000,00	3 700 000,00

Objeto	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)			Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
	Programa	Ano			Nr.	Org.	Económica	%	AA	FC	Resp.	Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
1	119	2007	106255		02	070107	0	A014	1/2007	12/2018	0	544 000,00	544 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544 000,00			
1	119	2007	106258		02	020220	0	A014	1/2007	12/2020	0	459 500,00	459 500,00	0,00	276 547,00	146 819,00	0,00	0,00	0,00	862 866,00			
1	119	2007	106266		02	020121	0	A019	1/2007		0	23 400,00	23 400,00	0,00	23 295,00	23 295,00	23 295,00	23 295,00	23 295,00	116 580,00			
1	119	2007	106271		02	020206	0	A038	1/2007		0	695 300,00	695 300,00	0,00	529 377,00	657 072,00	66 285,00	149 141,00	2 097 175,00				
1	119	2007	106272		02	020206	0	A038	1/2007	12/2020	0	85 200,00	85 200,00	0,00	36 900,00	24 600,00	0,00	0,00	146 700,00				
1	119	2007	106273		02	020112	0	A038	1/2007	12/2020	0	235 800,00	235 800,00	0,00	95 325,00	49 200,00	0,00	0,00	380 325,00				
1	119	2007	106275		02	020203	0	A038	1/2007		0	384 900,00	384 900,00	0,00	82 367,00	73 827,00	3 690,00	0,00	544 784,00				
1	119	2008	6		02	020214	0	A014	1/2008	12/2018	0	41 000,00	41 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41 000,00				
1	119	2008	15		02	070108	0	A014	1/2008	12/2018	0	875 000,00	875 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875 000,00				
1	119	2008	21		02	020203	0	A034	1/2008		0	1 099 132,00	1 099 132,00	0,00	950 000,00	850 000,00	850 000,00	850 000,00	4 599 132,00				
1	119	2008	22		02	07010301	0	A034	1/2008	1/1900	0	78 142,00	78 142,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	478 142,00				
1	119	2008	23		02	07010301	0	A034	1/2008	1/1900	0	1 065 160,00	1 065 160,00	0,00	1 285 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	5 350 160,00				
1	119	2008	24		02	07011002	0	A034	1/2008	1/1900	0	294 788,00	294 788,00	0,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 094 788,00				
1	119	2009	1111		02	020104	0	A019	1/2009		0	36 000,00	36 000,00	0,00	36 000,00	36 000,00	36 000,00	36 000,00	180 000,00				
1	119	2009	1119		02	020220	0	A014	1/2009	12/2019	0	682 000,00	682 000,00	0,00	528,00	0,00	0,00	0,00	682 528,00				
1	119	2009	1120		02	070108	0	A014	1/2009	12/2018	0	285 000,00	285 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285 000,00				
1	119	2009	1123		02	020108	0	A018	1/2009		0	110 000,00	110 000,00	0,00	110 000,00	110 000,00	110 000,00	110 000,00	550 000,00				
1	119	2009	1129		02	02010299	0	A038	1/2009		0	64 500,00	64 500,00	0,00	36 900,00	36 900,00	18 450,00	0,00	156 750,00				
1	119	2009	1130		02	02010201	0	A038	1/2009	12/2020	0	26 600,00	26 600,00	0,00	22 000,00	20 000,00	0,00	0,00	66 600,00				
1	119	2009	1131		02	02010202	0	A038	1/2009	12/2019	0	1 065 000,00	1 065 000,00	0,00	807 199,00	0,00	0,00	0,00	1 872 199,00				
1	119	2011	1265		02	020201	0	A018	1/2011		0	2 362 000,00	2 362 000,00	0,00	2 579 101,00	2 579 101,00	2 579 101,00	2 579 101,00	12 678 404,00				
1	119	2011	1276		02	07010301	0	A033	1/2011	1/1900	0	66 630,00	66 630,00	0,00	230 000,00	45 000,00	20 000,00	0,00	361 630,00				
1	119	2011	1277		02	07010301	0	A033	1/2011	12/2020	0	100,00	100,00	0,00	74 794,00	74 794,00	0,00	0,00	149 688,00				
1	119	2011	1282		02	020121	0	A035	1/2011		0	88 799,00	88 799,00	0,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	288 799,00				
1	119	2013	1319		02	07010301	0	A034	1/2013	1/1900	0	426 811,00	426 811,00	0,00	397 700,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	1 874 511,00				
1	119	2014	1337		02	020209	0	A016	1/2014	12/2020	0	81 000,00	81 000,00	0,00	71 000,00	71 000,00	0,00	0,00	223 000,00				
1	119	2014	1338		02	020201	0	A018	1/2014		0	1 250 000,00	1 250 000,00	0,00	1 250 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00	6 250 000,00				
1	119	2015	1360		02	020121	0	A014	1/2015	12/2018	0	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 000,00				
1	119	2015	1363		02	020107	0	A019	1/2015		0	395 000,00	395 000,00	0,00	523 700,00	523 700,00	523 700,00	523 700,00	2 469 800,00				
1	119	2015	1371		02	07010301	0	A034	1/2015	1/1900	0	1 000,00	1 000,00	0,00	15 076 000,00	15 076 000,00	8 000 000,00	8 000 000,00	46 153 000,00				

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento %			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano	Nr.			Org.	Económica	Resp.	Início	Fim	AC	AA	FC	Ano Corrente 2018		Anos Seguintes			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
														Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)								2020	2021
1	119	2018	1524		CENTRAL ATENDIMENTO	02	020225	0	A016	1/2018		0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00				
1	120											0,00	44 622 003,00	44 622 003,00	0,00	42 895 403,00	42 895 403,00	0,00	0,00	0,00	130 412 809,00				
1	120	2016	1414	1	Ajudas de custo	01	010204	0	A001	1/2016/12/2018		0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00				
1	120	2016	1414	1	5 Senhas de Presença	01	01021303	0	A001	1/2016/12/2018		0,00	131 800,00	131 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131 800,00				
1	120	2016	1415	1	1 Titulares órgãos soberania e memb org autárquicos	02	010101	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	211 400,00	211 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211 400,00				
1	120	2016	1415	1	2 Representação	02	010111	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	45 900,00	45 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 900,00				
1	120	2016	1415	1	3 Membros dos órgãos autárquicos	02	01011303	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 100,00				
1	120	2016	1415	1	6 Subsídio de Férias	02	0101140201	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	23 000,00	23 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 000,00				
1	120	2016	1415	1	7 Subsídio de Natal	02	0101140202	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	23 400,00	23 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 400,00				
1	120	2016	1415	1	8 Ajudas de custo	02	010204	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00				
1	120	2016	1415	1	10 Encargos com a saúde	02	010301	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00				
1	120	2016	1415	1	11 Caixa Geral de Aposentações	02	0103050201	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00				
1	120	2016	1415	1	12 Outros	02	01030503	0	A002	1/2016/12/2018		0,00	47 000,00	47 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 000,00				
1	120	2016	1415	1	14 Pessoal em Funções	02	01010401	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	21 519 500,00	21 519 500,00	0,00	20 601 600,00	20 601 600,00	0,00	0,00	0,00	62 722 700,00				
1	120	2016	1415	1	15 Alter Obrigatórias posicionamento remuneratório	02	01010402	0	A020	1/2016/12/2018		0,00	210 000,00	210 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210 000,00				
1	120	2016	1415	1	16 Alter Facultativas posicionamento remuneratório	02	01010403	0	A020	1/2016/12/2018		0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00				
1	120	2016	1415	1	17 Recrutamento Pessoal Novos Postos de Trabalho	02	01010404	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	500 000,00	500 000,00	0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	0,00	0,00	1 900 000,00				
1	120	2016	1415	1	18 Pessoal em Funções	02	01010601	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	315 100,00	315 100,00	0,00	85 900,00	85 900,00	0,00	0,00	0,00	486 900,00				
1	120	2016	1415	1	19 Recrutamento Pessoal para Novos Postos Trabalho	02	01010604	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	100 200,00	100 200,00	0,00	63 000,00	63 000,00	0,00	0,00	0,00	226 200,00				
1	120	2016	1415	1	20 Pessoal em regime de tarefa ou avença	02	010107	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	764 400,00	764 400,00	0,00	582 200,00	582 200,00	0,00	0,00	0,00	1 928 800,00				
1	120	2016	1415	1	21 Pessoal aguardando aposentação	02	010108	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	24 300,00	24 300,00	0,00	13 400,00	13 400,00	0,00	0,00	0,00	51 100,00				
1	120	2016	1415	1	22 Pessoal em qualquer outra situação	02	010109	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	1 942 100,00	1 942 100,00	0,00	1 786 600,00	1 786 600,00	0,00	0,00	0,00	5 515 300,00				
1	120	2016	1415	1	23 Representação	02	010111	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	108 300,00	108 300,00	0,00	101 300,00	101 300,00	0,00	0,00	0,00	310 900,00				
1	120	2016	1415	1	24 Suplementos e prémios	02	010112	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	120 600,00	120 600,00	0,00	120 600,00	120 600,00	0,00	0,00	0,00	361 800,00				
1	120	2016	1415	1	25 Pessoal dos quadros	02	01011301	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	2 311 900,00	2 311 900,00	0,00	2 257 500,00	2 257 500,00	0,00	0,00	0,00	6 826 900,00				
1	120	2016	1415	1	26 Pessoal em qualquer outra situação	02	01011302	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	174 400,00	174 400,00	0,00	94 200,00	94 200,00	0,00	0,00	0,00	362 800,00				
1	120	2016	1415	1	27 Subsídio de Férias	02	0101140101	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	1 879 300,00	1 879 300,00	0,00	2 042 800,00	2 042 800,00	0,00	0,00	0,00	5 984 900,00				
1	120	2016	1415	1	28 Subsídio de Natal	02	0101140102	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	1 853 100,00	1 853 100,00	0,00	1 876 800,00	1 876 800,00	0,00	0,00	0,00	5 606 700,00				
1	120	2016	1415	1	29 Subsídio de Férias	02	0101140201	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	260 900,00	260 900,00	0,00	165 100,00	165 100,00	0,00	0,00	0,00	591 100,00				
1	120	2016	1415	1	30 Subsídio de Natal	02	0101140202	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	241 800,00	241 800,00	0,00	150 400,00	150 400,00	0,00	0,00	0,00	542 600,00				
1	120	2016	1415	1	31 Remunerações doença e maternidade / paternidade	02	010115	0	A020	1/2016/12/2020		0,00	249 600,00	249 600,00	0,00	378 400,00	378 400,00	0,00	0,00	0,00	1 006 400,00				

Objeto	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz		Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
	Ano	Nr.			Org.	Económica	%	AA	FC	Resp.	Início	Fim	Ano Corrente 2018			Anos Seguintes					
													Total (b)=(c)+(d)			Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)
1	212	2009	1136		02	020115	0		A004	1/2009	12/2018		0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00	
1	212	2018	1519		02	07010307	0		A029	1/2018			0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500 000,00	
1	212	2018	1522		02	020225	0		A045	1/2018			0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600 000,00	
1	221												0,00	65 225,00	65 225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65 225,00	
1	221	2005	105815		02	020209	0		A004	1/2005	12/2018		0,00	4 200,00	4 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 200,00	
1	221	2009	1137		02	07011002	0		A004	1/2009	12/2018		0,00	11 290,00	11 290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 290,00	
1	221	2016	1397		02	020121	0		A004	1/2016	12/2018		0,00	29 735,00	29 735,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 735,00	
1	221	2016	1398		02	020118	0		A004	1/2016	12/2018		0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
1	221	2016	1399		02	070108	0		A004	1/2016	12/2018		0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	
2													0,00	64 530 713,00	64 530 713,00	0,00	75 391 988,00	54 631 390,00	36 502 682,00	116 124 314,00	347 181 087,00
2	111												0,00	5 976 662,00	5 976 662,00	0,00	6 917 297,00	2 832 233,00	2 832 233,00	2 832 233,00	21 390 658,00
2	111	2003	103260		02	070109	0		A049	1/2003	1/1900		0,00	162 000,00	162 000,00	0,00	112 000,00	112 000,00	112 000,00	610 000,00	
2	111	2004	105110		02	020117	0		A049	1/2004			0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	30 000,00	
2	111	2006	106111		02	020225	0		A049	1/2006			0,00	45 000,00	45 000,00	0,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	225 000,00	
2	111	2007	106281		02	070107	0		A014	1/2007	12/2018		0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 000,00	
2	111	2008	42		02	07030313	0		A034	1/2008	1/1900		0,00	1 048 106,00	1 048 106,00	0,00	1 627 080,00	1 000 000,00	1 000 000,00	5 675 186,00	
2	111	2009	1141		02	020214	0		A047	1/2009			0,00	44 040,00	44 040,00	0,00	22 017,00	22 017,00	22 017,00	132 108,00	
2	111	2013	1330		02	07010305	0		A018	1/2013	12/2019		0,00	2 858 000,00	2 858 000,00	0,00	2 857 984,00	0,00	0,00	5 715 984,00	
2	111	2016	1402		02	040701	0	1	A047	1/2016			0,00	1 104 116,00	1 104 116,00	0,00	1 104 116,00	1 104 116,00	1 104 116,00	5 520 580,00	
2	111	2016	1406		02	070107	0		A049	1/2016	1/1900		0,00	168 100,00	168 100,00	0,00	168 100,00	168 100,00	168 100,00	840 500,00	
2	111	2017	1455		02	020220	0		A014	1/2017	12/2018		0,00	8 300,00	8 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 300,00	
2	111	2017	1460		02	020120	0		A049	1/2017			0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00	
2	111	2017	1463		02	040701	0		A049	1/2017			0,00	365 000,00	365 000,00	0,00	365 000,00	365 000,00	365 000,00	1 825 000,00	
2	111	2018	1510		02	07030313	0		A034	1/2018	12/2019		0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	600 000,00	0,00	0,00	750 000,00	
2	112												0,00	2 059 646,00	2 059 646,00	0,00	2 270 500,00	2 085 500,00	2 010 500,00	10 406 646,00	

Objeto	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento %			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
	Programa	Ano				Nr.	Org.	Económica	AC	AA	FC	Início	Fim		Total (b)=(c)+(d)	Ano Corrente 2018			Anos Seguintes		Outros (h)		
																Financ. definido (c)			Financ. não definido (d)	2019 (e)		2020 (f)	
2 211 2007 106290					02 040701	0	A045	1/2007			0,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00	800 000,00						
2 211 2007 106291					02 080701	0	A045	1/2007	12/2020		0,00	2 315 790,00	2 315 790,00	1 500 000,00	0,00	5 315 790,00							
2 211 2015 1370					02 07010307	0	A029	1/2015	12/2018		0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	40 000,00							
2 211 2015 1373					02 020121	0	A020	1/2015	12/2018		0,00	141 000,00	141 000,00	0,00	0,00	141 000,00							
2 211 2016 1453					02 020222	0	A020	1/2016	12/2019		0,00	178 800,00	178 800,00	40 518,00	0,00	219 318,00							
2 211 2017 1471					02 07010307	0	A034	1/2017	1/1900		0,00	50 000,00	50 000,00	250 000,00	300 000,00	1 200 000,00							
2 211 2018 1509					02 020220	0	A004	1/2018	12/2018		0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00							
2 211 2018 1523					02 020220	0	A045	1/2018			0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	50 000,00							
2 321											0,00	296 386,00	296 386,00	462 711,00	420 000,00	0,00	1 179 097,00						
2 321 2008 43					02 020203	0	A037	1/2008	12/2020		0,00	266 386,00	266 386,00	137 711,00	240 000,00	0,00	644 097,00						
2 321 2017 1486					02 07030305	0	A037	1/2017	12/2020		0,00	30 000,00	30 000,00	325 000,00	180 000,00	0,00	535 000,00						
2 322											0,00	363 725,00	363 725,00	373 000,00	373 000,00	0,00	1 109 725,00						
2 322 2012 1292					02 080701	0	A045	1/2012	12/2020		0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	15 000,00						
2 322 2012 1294					02 070109	0	A045	1/2012	12/2020		0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	15 000,00						
2 322 2012 1295					02 040701	0	A045	1/2012	12/2020		0,00	90 725,00	90 725,00	100 000,00	100 000,00	0,00	290 725,00						
2 322 2017 1483					02 040802	0	A045	1/2017	12/2020		0,00	263 000,00	263 000,00	263 000,00	263 000,00	0,00	789 000,00						
2 323											0,00	2 506 200,00	2 506 200,00	1 656 185,00	100 000,00	0,00	4 262 385,00						
2 323 2013 1332					02 07010306	0	A018	1/2013	12/2019		0,00	1 556 200,00	1 556 200,00	1 556 185,00	0,00	3 112 385,00							
2 323 2017 1459					02 040701	0	A045	1/2017	12/2020		0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	300 000,00						
2 323 2018 1525					02 07010307	0	A029	1/2018	12/2018		0,00	850 000,00	850 000,00	0,00	0,00	850 000,00							
2 324											0,00	2 697 923,00	2 697 923,00	5 562 140,00	1 473 300,00	1 231 000,00	10 964 363,00						
2 324 2004 103824					02 060802	0	A031	1/2004	12/2020		0,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00	6 000,00						
2 324 2004 104742					02 020210	0	A038	1/2004	12/2020		0,00	78 900,00	78 900,00	73 800,00	73 800,00	0,00	226 500,00						
2 324 2004 104940					02 040701	0	A020	1/2004	12/2018		0,00	954 700,00	954 700,00	0,00	0,00	0,00	954 700,00						

Objeto	Programa	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento %		Resp.		Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018			Despesas Anos Seguintes			Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Org.	Económica				AC	AA	FC	%	AA	FC	Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
																								02	080701	
2 324	2005	106046				ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS A ENTIDADES PARA OBRAS	02	080701	0	A029	1/2005	12/2019	0,00	545 000,00	545 000,00	0,00	4 024 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 569 900,00	
2 324	2006	106141				PROJECTOS INTERVENÇÃO ÁREAS ACCÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQ SERVIÇOS	02	020225	0	A045	1/2006		0,00	463 490,00	463 490,00	0,00	465 000,00	0,00	465 000,00	485 000,00	436 000,00	0,00	0,00	0,00	1 829 490,00	
2 324	2006	106142				PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DA ACCÇÃO SOCIAL E SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL	02	020120	0	A045	1/2006		0,00	6 800,00	6 800,00	0,00	7 000,00	0,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	27 800,00	
2 324	2006	106143				INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE - PROJECTOS ESPECIFICOS	02	040701	0	A045	1/2006		0,00	195 660,00	195 660,00	0,00	660 000,00	0,00	660 000,00	660 000,00	638 000,00	0,00	0,00	0,00	2 153 660,00	
2 324	2007	106309				PROTOSCOLOS DE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA ACCÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	02	040701	0	A045	1/2007	12/2020	0,00	100 500,00	100 500,00	0,00	100 500,00	0,00	100 500,00	100 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301 500,00	
2 324	2010	1244				INTERCULTURALIDADE	02	020225	0	A045	1/2010	12/2018	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
2 324	2011	1256				FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	02	040701	0	A045	1/2011		0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	600 000,00	
2 324	2011	1286				APOIO A PROJETOES ESPECIFICOS DE PROMOCÃO DA SAUDE	02	040701	0	100	A044	1/2011	12/2018	0,00	13 000,00	13 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 000,00	
2 324	2013	1312				BENS DIVERSOS	02	020121	0	A020	1/2013	12/2019	0,00	69 000,00	69 000,00	0,00	10 940,00	0,00	10 940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 940,00	
2 324	2013	1313				FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	02	040701	0	A020	1/2013	12/2018	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	
2 324	2015	1367				APOIO AO ARRENDAMENTO	02	040802	0	A031	1/2015	12/2020	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 000,00	
2 324	2016	1383				DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA OEIRAS SOLIDÁRIA	02	020225	0	A044	1/2016	12/2018	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	
2 324	2016	1384				MATERIAL PROMOCIONAL NO AMBITO DO PROGRAMA OEIRAS SOLIDÁRIA	02	020217	0	A044	1/2016	12/2018	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00	
2 324	2017	1487				PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO A PESSOAS CARENCIADAS - DISTRIBUIÇÃO DE GÉNEROS ALIMENTARES	02	020225	0	1	A045	1/2017	12/2019	0,00	76 273,00	76 273,00	0,00	53 000,00	0,00	53 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129 273,00
2 325													0,00	30 500,00	30 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 500,00	
2 325	2004	103392				COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (EQUIPAMENTO)	02	070109	0	A007	1/2004	12/2018	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
2 325	2004	103479				COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (SUBSIDIOS CAPITAL)	02	060903	0	A007	1/2004	12/2018	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
2 325	2004	105268				AQUISIÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS NO ÂMBITO DAS GEMINAÇÕES	02	020214	0	A007	1/2004	12/2018	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
2 325	2004	105519				COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (MATERIAIS)	02	020121	0	A007	1/2004	12/2018	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
2 325	2007	106311				VISITAS AO MUNICIPIO DE DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS	02	020213	0	A007	1/2007	12/2018	0,00	29 100,00	29 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 100,00
2 326													0,00	396 398,00	396 398,00	0,00	3 762 773,00	0,00	3 762 773,00	3 762 773,00	3 750 000,00	4 550 527,00	16 222 471,00			
2 326	2010	1241				GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE MATERIAL	02	020108	0	1	A044	1/2010	12/2020	0,00	3 773,00	3 773,00	0,00	3 773,00	0,00	3 773,00	3 773,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 319,00
2 326	2013	1331				PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS - OEIRAS EXPO	02	07010307	0	A018	1/2013	1/1900	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	3 750 000,00	0,00	3 750 000,00	3 750 000,00	3 750 000,00	4 550 527,00	15 950 527,00			
2 326	2015	1364				EMPREGO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL	02	020225	0	A044	1/2015	12/2020	0,00	8 125,00	8 125,00	0,00	9 000,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 125,00	

Objeto	Programa	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento %			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Org.	Económica				AC	AA	FC	Resp.	Início	Fim	Ano Corrente 2018		Anos Seguintes								
													Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)			2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
2 421	2016	1412				DEMOLIÇÕES COERCIVAS	02	020225	0	A034	1/2016				0,00	85 000,00	85 000,00	0,00	95 000,00	95 000,00	0,00	465 000,00	
2 421	2017	1474				ESTUDOS, PROJETOS, CONSULTADORIA E FISCALIZAÇÃO	02	020214	0	A028	1/2017	12/2020			0,00	900 000,00	900 000,00	0,00	190 463,00	20 295,00	0,00	1 110 758,00	
2 422															0,00	787 682,00	787 682,00	0,00	4 358 176,00	1 030 000,00	0,00	6 175 858,00	
2 422	2005	105909				REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO CASAL DA CHOÇA	02	07030301	E	A029	1/2005	12/2019			0,00	507 682,00	507 682,00	0,00	2 298 176,00	0,00	0,00	2 805 858,00	
2 422	2006	106153				REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DA PEDREIRA ITALIANA	02	07030301	E	A029	1/2006	12/2019			0,00	95 000,00	95 000,00	0,00	600 000,00	0,00	0,00	695 000,00	
2 422	2016	1391				RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	02	07030301	E	A029	1/2016	12/2020			0,00	160 000,00	160 000,00	0,00	1 460 000,00	1 030 000,00	0,00	2 650 000,00	
2 422	2016	1452				PRÉMIO RENOV	02	040802	0	A025	1/2016	12/2018			0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
2 422	2018	1495				PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA	02	040802	0	A029	1/2018	12/2018			0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	
2 423															0,00	236 700,00	236 700,00	0,00	71 000,00	71 000,00	0,00	378 700,00	
2 423	2004	104992				ACÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	02	020217	0	A028	1/2004	12/2018			0,00	8 500,00	8 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 500,00	
2 423	2006	106155				Oeiras XXI+	02	020214	0	A010	1/2006	12/2018			0,00	86 200,00	86 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 200,00	
2 423	2017	1456				Estratégia Smart Cities	02	020214	0	A010	1/2017	12/2018			0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	
2 423	2017	1457				PMRR	02	020214	0	A010	1/2017	12/2018			0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	
2 423	2017	1458				PAICEO	02	020214	0	A010	1/2017	12/2020			0,00	131 000,00	131 000,00	0,00	71 000,00	71 000,00	0,00	273 000,00	
2 451															0,00	7 155 077,00	7 155 077,00	0,00	9 451 965,00	9 446 755,00	7 987 353,00	94 205 393,00	
2 451	2003	104010				EQUIPAMENTO PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	02	07011001	O	A039	1/2003	12/2020			0,00	49 990,00	49 990,00	0,00	49 990,00	49 990,00	0,00	149 970,00	
2 451	2003	104011				EQUIPAMENTO DE RU ENTERRADO E SEMI-ENTERRADO	02	07011001	O	A039	1/2003	12/2020			0,00	100,00	100,00	0,00	1 084 167,00	1 084 167,00	0,00	2 188 434,00	
2 451	2004	104013				GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	02	07010601	O	A038	1/2004	12/2020			0,00	421 400,00	421 400,00	0,00	178 350,00	178 350,00	0,00	778 100,00	
2 451	2004	104019				AQUIS MATER, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ MANUT MAQUINAS E VIATURAS RSU	02	020112	0	A038	1/2004				0,00	446 400,00	446 400,00	0,00	162 975,00	110 085,00	29 520,00	748 980,00	
2 451	2004	104023				MANUTENÇÕES E REVISÕES PERIÓDICAS EM VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	02	020203	0	A038	1/2004				0,00	147 600,00	147 600,00	0,00	55 350,00	55 350,00	3 690,00	261 990,00	
2 451	2004	105366				ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS	02	020117	0	A036	1/2004				0,00	27 500,00	27 500,00	0,00	33 500,00	33 500,00	33 500,00	161 500,00	
2 451	2004	105370				PEÇAS E ACESSÓRIOS P/REPAR CONTENTORES	02	020114	0	A039	1/2004				0,00	53 437,00	53 437,00	0,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	173 437,00	
2 451	2004	105374				AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	02	020225	0	A036	1/2004				0,00	3 770 975,00	3 770 975,00	0,00	2 790 115,00	2 813 500,00	2 829 500,00	86 449 590,00	
2 451	2008	70				AQ DISPOSITIVOS SUJEIÇÃO CONTENTORES	02	07011001	O	A039	1/2008	12/2018			0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
2 451	2009	1158				PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHA	02	020225	0	A039	1/2009				0,00	1 890 000,00	1 890 000,00	0,00	4 660 046,00	4 619 743,00	4 619 743,00	20 438 275,00	

Objeto	Programa	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz	Fonte Financiamento %			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano	Nr.				Org.	Económica		AC	AA	FC		Início	Fim			Anos Seguintes			Outros (h)			
																		2014	2015	2016			2017	2018
2 451	2014	1350				AQUISIÇÃO DE CAIXAS AMPLIROLL	02	07011001	0				A036	1/2014	1/1900		0,00	6 150,00	6 150,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	34 150,00
2 451	2018	1499				RESIDUOS URBANOS - TGR	02	0602010101	0				A036	1/2018			0,00	341 025,00	341 025,00	380 472,00	416 070,00	424 400,00	15 299 650,00	16 861 617,00
2 461																	0,00	5 076 221,00	5 076 221,00	6 484 714,00	5 079 158,00	10 000,00	0,00	16 650 093,00
2 461	2003	104375				AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO	02	07011002	0				A037	1/2003	12/2019		0,00	36 805,00	36 805,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	66 805,00
2 461	2004	105381				AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LEVANTAMENTO DE ESPAÇOS VERDES	02	020203	0				A037	1/2004	12/2020		0,00	3 829 887,00	3 829 887,00	2 727 554,00	3 065 998,00	0,00	0,00	9 623 439,00
2 461	2004	105382				AQUIS MATERIAIS DIVERSOS JARDIM E AFINS	02	020121	0				A037	1/2004	12/2020		0,00	200 465,00	200 465,00	120 000,00	120 000,00	0,00	0,00	440 465,00
2 461	2005	105923				ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	02	020214	0				A037	1/2005	12/2020		0,00	180 817,00	180 817,00	75 000,00	75 000,00	0,00	0,00	330 817,00
2 461	2006	106162				SUB MAN JARDINS ATRIBUIR DIV ENTIDADES	02	040701	0				A037	1/2006	12/2020		0,00	8 160,00	8 160,00	8 160,00	8 160,00	0,00	0,00	24 480,00
2 461	2008	63				REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO	02	020203	0				A037	1/2008	12/2020		0,00	403 930,00	403 930,00	390 000,00	390 000,00	0,00	0,00	1 183 930,00
2 461	2015	1357				MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À REGA (PLANO DA ÁGUA)	02	020203	0				A037	1/2015	12/2020		0,00	173 257,00	173 257,00	120 000,00	120 000,00	0,00	0,00	413 257,00
2 461	2015	1358				APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CAPTAÇÕES (PLANO DA ÁGUA)	02	020121	0				A037	1/2015	12/2020		0,00	111 900,00	111 900,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00	411 900,00
2 461	2016	1378				PROJETOS ESPAÇOS VERDES E RIBEIRAS	02	020214	0				A033	1/2016			0,00	50 000,00	50 000,00	64 000,00	50 000,00	10 000,00	0,00	174 000,00
2 461	2018	1512				EIXO VERDE E AZUL RIO DO JAMOR	02	07030301	0				A035	1/2018	12/2020		0,00	1 000,00	1 000,00	1 900 000,00	1 100 000,00	0,00	0,00	3 001 000,00
2 461	2018	1520				PARQUE DOS POETAS - PONTES	02	07010401	0				A033	1/2018			0,00	80 000,00	80 000,00	900 000,00	0,00	0,00	0,00	980 000,00
2 462																	0,00	248 776,00	248 776,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00	350 000,00	1 678 776,00
2 462	2003	104035				PAPELEIRAS	02	07011001	0				A039	1/2003	1/1900		0,00	29 996,00	29 996,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	59 996,00
2 462	2004	104996				AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, FITOSANITÁRIOS E LIMPEZA	02	020109	0				A036	1/2004			0,00	31 800,00	31 800,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00	551 800,00
2 462	2004	105400				CONTROLO DE PRAGAS URBANAS	02	020220	0				A036	1/2004			0,00	152 000,00	152 000,00	220 000,00	220 000,00	220 000,00	220 000,00	1 032 000,00
2 462	2008	69				APOIO A EVENTOS - LIMPEZA E RECOLHA	02	020225	0				A039	1/2008	12/2018		0,00	34 980,00	34 980,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	34 980,00
2 463																	0,00	3 000,00	3 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	23 000,00
2 463	2011	1285				MANUTENÇÃO E PEQUENAS REPARAÇÕES EM CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	02	020203	0				A036	1/2011			0,00	3 000,00	3 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	23 000,00
2 464																	0,00	99 350,00	99 350,00	77 800,00	77 800,00	77 800,00	77 800,00	410 550,00
2 464	2004	105006				CREMAÇÃO DE ANIMAIS	02	020220	0				A036	1/2004			0,00	3 600,00	3 600,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	23 600,00
2 464	2004	105414				AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA O CANIL MUNICIPAL	02	020121	0				A036	1/2004			0,00	23 500,00	23 500,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	143 500,00
2 464	2008	74				PROJAAO	02	020225	0				A036	1/2008			0,00	28 700,00	28 700,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	168 700,00

Objeto	Programa	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)			Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018				Despesas			Anos Seguintes			Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano	Nr.				Org.	Económica	%	AC	AA	FC	Resp.	Início	Fim	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)			2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)					
																											02	020119	0	A013	
2	521	2004	104837			AQUISIÇÃO DE ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	02	020119	0		A013	1/2004	12/2018	0,00	10 500,00	10 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 500,00			
2	521	2004	105574			AQUIS PRÉMIOS P/INIATIVAS DESPORTIVAS	02	020115	0		A046	1/2004	12/2018	0,00	15 500,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00		
2	521	2004	105578			APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - SUBSIDIOS PARA ACTIVIDADES	02	040701	0		A046	1/2004	12/2018	0,00	850 000,00	850 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850 000,00		
2	521	2004	105592			AQUIS MATERIAL E EQUIP DESPORTIVO	02	020120	0		A046	1/2004	12/2018	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00		
2	521	2005	105754			AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	02	07011002	0		A013	1/2005	12/2018	0,00	62 500,00	62 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 500,00		
2	521	2006	106065			PROMOÇÃO E PUBLICIDADE MUNICIPAL EM SUPORTES DIVERSOS	02	020217	0		A013	1/2006	12/2018	0,00	107 500,00	107 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107 500,00		
2	521	2006	106197			PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DE FORMAÇÃO	02	020225	0		A046	1/2006	12/2019	0,00	240 000,00	240 000,00	0,00	15 587,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255 587,00		
2	521	2006	106199			CONTRATO PROGRAMA OEIRAS VIVA	02	04010101	0		A046	1/2006	12/2018	0,00	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300 000,00		
2	521	2007	106304			PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA JUVENTUDE - AQ DE SERVIÇOS	02	020225	0		A045	1/2007	12/2020	0,00	185 000,00	185 000,00	0,00	190 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	565 000,00		
2	521	2007	106353			INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO	02	07010406	E		A029	1/2007	12/2020	0,00	391 173,00	391 173,00	0,00	2 420 500,00	1 700 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 512 173,00		
2	521	2009	1144			MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	02	020120	0		A045	1/2009	12/2020	0,00	12 500,00	12 500,00	0,00	12 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37 500,00		
2	521	2012	1305			PASSEIO MARITIMO DE OEIRAS	02	07030306	O		A035	1/2012	12/2018	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	151 000,00		
2	521	2013	1325			AQUIS MATERIAL E EQUIP DESPORTIVO	02	07011002	O		A046	1/2013	12/2018	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00		
2	521	2013	1326			REMODELACÃO INSTALAÇÕES E APETRECHAMENTO	02	080701	O		A046	1/2013	12/2018	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00		
2	521	2014	1356			LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	02	020208	0		A018	1/2014		0,00	370 000,00	370 000,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	370 004,00		
2	521	2015	1362			MANUTENÇÕES DIVERSAS EQUIPAMENTOS OEIRAS VIVA	02	07010302	O		A034	1/2015	1/1900	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00	900 000,00		
2	521	2016	1379			PROJETOS FRENTE MARÍTIMA	02	020214	0		A033	1/2016		0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	110 000,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240 000,00			
2	521	2016	1392			ALUGUER DE EQUIPAMENTOS(CONTENTORES,SANITÁRIOS,BA IAS,STANDS,ETC)	02	020208	0		A036	1/2016		0,00	7 800,00	7 800,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	27 800,00		
2	521	2016	1395			ATIVIDADES DESPORTIVAS - OUTROS BENS	02	020121	0		A046	1/2016	12/2018	0,00	35 000,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 000,00		
2	521	2016	1396			ALUGUER DE EQUIPAMENTOS	02	020208	0		A046	1/2016	12/2018	0,00	80 000,00	80 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80 000,00		
2	521	2017	1472			REQUALIFICAÇÃO DE FRENTE DE MAR	02	070109	O		A036	1/2017	1/1900	0,00	13 600,00	13 600,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	93 600,00		
2	521	2018	1511			REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PLATAFORMA DAS FONTAINHAS	02	07030301	O		A035	1/2018	12/2020	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 900 000,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 121 000,00			
2	521	2018	1521			PASSEIO MARÍTIMO	02	07030306	O		A033	1/2018		0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	150 000,00	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 300 000,00			
3														0,00	9 528 079,00	9 528 079,00	0,00	6 639 273,00	6 275 471,00	5 710 000,00	3 180 000,00	31 332 823,00									
3	211													0,00	3 321 401,00	3 321 401,00	0,00	3 707 479,00	4 350 000,00	4 350 000,00	1 850 000,00	17 578 880,00									
3	211	2004	103906			REQUALIF E MANUT REDES ENERG ELECT E SISTELECTRICOS E ELECTROM	02	07030304	O		A035	1/2004	1/1900	0,00	290 000,00	290 000,00	0,00	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300 000,00	1 490 000,00		

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018			Anos Seguintes			Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)											
		Ano	Nr.			Org.	Económica	Forma Realiz.	%	AA	FC	Resp.	Início			Fim	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)										
																								02 020220		02 020216		02 040701		02 020121		02 07011002	
																								02	020220	02	020216	02	040701	02	020121	02	07011002
3	421	2007	106328	02	020220	0	A037	1/2007	12/2020	0,00	138 674,00	138 674,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	338 674,00														
3	421	2007	106373	02	020216	0	A042	1/2007	12/2018	0,00	36 000,00	36 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 000,00														
3	421	2008	101	02	040701	0	A042	1/2008	12/2018	0,00	97 000,00	97 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97 000,00														
3	421	2013	1322	02	020121	0	A037	1/2013	12/2020	0,00	231 111,00	231 111,00	0,00	130 000,00	130 000,00	0,00	0,00	0,00	491 111,00														
3	421	2018	1497	02	07011002	0	A037	1/2018	12/2020	0,00	112 000,00	112 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	114 000,00														
3	511			0,00	2 394 915,00	2 394 915,00	0,00	1 405 720,00	444 471,00	300 000,00	4 845 106,00																						
3	511	2004	104895	02	06020305	0	A011	1/2004	12/2018	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00														
3	511	2004	104899	02	020225	0	A011	1/2004	12/2018	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00														
3	511	2004	104935	02	020225	0	A021	1/2004	12/2018	0,00	175 000,00	175 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175 000,00														
3	511	2004	104939	02	020214	0	A015	1/2004	12/2019	0,00	54 000,00	54 000,00	0,00	14 760,00	14 760,00	0,00	0,00	0,00	68 760,00														
3	511	2005	105757	02	020225	0	A011	1/2005	12/2018	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00														
3	511	2005	105758	02	020214	0	A011	1/2005	12/2018	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00														
3	511	2006	106059	02	020220	0	A013	1/2006	12/2018	0,00	184 198,00	184 198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184 198,00														
3	511	2006	106069	02	020225	0	A017	1/2006	12/2020	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00														
3	511	2006	106075	02	020214	0	A016	1/2006	12/2020	0,00	58 300,00	58 300,00	0,00	49 600,00	46 600,00	0,00	0,00	0,00	154 500,00														
3	511	2006	106099	02	020220	0	A033	1/2006	12/2020	0,00	89 211,00	89 211,00	0,00	60 000,00	60 000,00	0,00	0,00	0,00	209 211,00														
3	511	2007	106267	02	020225	0	A016	1/2007	12/2019	0,00	32 000,00	32 000,00	0,00	22 000,00	22 000,00	0,00	0,00	0,00	54 000,00														
3	511	2008	1	02	020220	0	A007	1/2008	12/2019	0,00	44 000,00	44 000,00	0,00	19 188,00	19 188,00	0,00	0,00	0,00	63 188,00														
3	511	2009	1121	02	020220	0	A020	1/2009	12/2020	0,00	174 600,00	174 600,00	0,00	31 224,00	471,00	0,00	0,00	0,00	206 295,00														
3	511	2010	1186	02	020220	0	A013	1/2010	12/2020	0,00	34 482,00	34 482,00	0,00	32 400,00	32 400,00	0,00	0,00	0,00	99 282,00														
3	511	2011	1279	02	020220	0	A034	1/2011		0,00	297 524,00	297 524,00	0,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00	1 497 524,00															
3	511	2014	1339	02	06020305	0	A018	1/2014	12/2019	0,00	871 600,00	871 600,00	0,00	871 548,00	0,00	0,00	0,00	1 743 148,00															
3	511	2016	1385	02	020225	0	A015	1/2016	12/2018	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00															
3	512			0,00	385 730,00	385 730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385 730,00																						
3	512	2009	1183	02	04010102	0	A022	1/2009	12/2018	0,00	385 730,00	385 730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385 730,00														
3	514			0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 000,00																						

Despesas		Anos Seguintes				Total Previsto	
		2019	2020	2021	Outros		
Total	Financiamento definido	Financiamento não definido	2019	2020	2021	Outros	Total Previsto
151.363.360,00	151.363.360,00	0,00	162.560.803,00	137.162.030,00	71.777.341,00	139.132.354,00	813.359.248,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Orçamento Plano Plurianual de Investimentos

Ano

2018

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento %			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018			Despesas			Anos Seguintes			Total Previsto (j)=(e)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano	Nr.			Org.	Económica	Resp.	Início	Fim	AC	AA	FC	Início	Fim	Financ. definido (c)			Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)					
																								(b)=(c)+(d)	(e)	(f)	(g)	
1					FUNÇÕES GERAIS														2 323 089,50	4 537 552,00	4 537 552,00	0,00	20 484 921,00	17 527 221,00	10 336 667,00	10 316 667,00	10 316 667,00	65 536 097,50
1	119				DESPESAS FUNCIONAMENTO														1 981 413,65	4 131 262,00	4 131 262,00	0,00	18 044 921,00	17 527 221,00	10 336 667,00	10 316 667,00	10 316 667,00	62 338 151,65
1	119	2004	104680		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	02	07011002	O	A038	1/2004	12/2020				0,00	20 900,00	20 900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 760,00	14 760,00	0,00	0,00	0,00	50 420,00
1	119	2004	104682		GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DIVERSO	02	07010602	O	A038	1/2004	12/2018				0,00	98 400,00	98 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 400,00
1	119	2005	105768		AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	02	070109	O	A018	1/2005	1/1900				107 836,62	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	607 836,62	
1	119	2007	106255		EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	02	070107	O	A014	1/2007	12/2018				453 330,51	544 000,00	544 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	987 330,51
1	119	2008	15		LICENCIAMENTO DE SOFTWARE - DSI	02	070108	O	A014	1/2008	12/2018				113 453,50	875 000,00	875 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	988 453,50
1	119	2008	22		CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02	07010301	O	A034	1/2008	1/1900				74 877,78	78 142,00	78 142,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	553 019,78	
1	119	2008	23		REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02	07010301	O	A034	1/2008	1/1900				685 281,81	1 065 160,00	1 065 160,00	0,00	1 285 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	6 035 421,81	
1	119	2008	24		AQUIS INST EQUIP ELÉCTRICO E ELECTROMECANICO	02	07011002	O	A034	1/2008	1/1900				149 386,37	294 788,00	294 788,00	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 244 174,37	
1	119	2009	1120		ACORDOS DE CONTINUIDADE (CONTRATOS MANUTENÇÃO - VERTENTE CAPITAL)	02	070108	O	A014	1/2009	12/2018				259 284,95	285 000,00	285 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544 264,95
1	119	2011	1276		PROJETOS NOVAS OFICINAS MUNICIPAIS	02	07010301	O	A033	1/2011	1/1900				3 093,45	66 630,00	66 630,00	0,00	230 000,00	45 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	364 723,45
1	119	2011	1277		PROJETO DO EDIFÍCIO SEDE DA CMO	02	07010301	O	A033	1/2011	12/2020				0,00	100,00	100,00	0,00	74 794,00	74 794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 688,00
1	119	2013	1319		NOVAS OFICINAS MUNICIPAIS - OBRA	02	07010301	O	A034	1/2013	1/1900				104 404,57	426 811,00	426 811,00	0,00	397 700,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	1 978 915,57	
1	119	2015	1371		EDIFÍCIO SEDE CMO	02	07010301	O	A034	1/2015	1/1900				0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	15 076 000,00	15 076 000,00	8 000 000,00	8 000 000,00	8 000 000,00	8 000 000,00	8 000 000,00	46 153 000,00		
1	119	2016	1436		DESPESAS CAPITAL - RESTITUIÇÕES E REEMBOLSOS DE RECEITA	02	110201	O	A021	1/2016	12/2018				0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
1	119	2017	1470		IMPLEMENTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO LED EM EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02	07011002	O	A034	1/2017	1/1900				30 504,09	274 331,00	274 331,00	0,00	566 667,00	566 667,00	566 667,00	566 667,00	566 667,00	566 667,00	566 667,00	566 667,00	2 571 503,09	
1	211				BOMBEIROS														341 655,85	180 000,00	180 000,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	671 655,85
1	211	2003	104077		VIATURAS, EQUIPAMENTOS E OBRAS EM QUARTÉIS	02	080701	O	A004	1/2003	12/2018				341 655,85	180 000,00	180 000,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	671 655,85
1	212				QUARTEL BVOEIRAS														0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	2 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500 000,00
1	212	2018	1519		QUARTEL BVOEIRAS	02	07010307	O	A029	1/2018					0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	2 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500 000,00
1	221				POLICIA MUNICIPAL														0,00	26 290,00	26 290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 290,00
1	221	2009	1137		EQUIPAMENTO DIVERSO	02	07011002	O	A004	1/2009	12/2018				0,00	11 290,00	11 290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 290,00
1	221	2016	1399		SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CONTRAORDENAÇÕES	02	070108	O	A004	1/2016	12/2018				0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00
2					FUNÇÕES SOCIAIS														18 642 679,76	31 315 981,00	31 315 981,00	0,00	51 037 126,00	29 146 482,00	17 237 695,00	12 714 127,00	160 084 090,76	

Orçamento Plano Plurianual de Investimentos

Ano

2018

Objeto	Programa	Projeto		Ação	Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento			Resp.		Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (j)=(e)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)										
		Ano	Nr.				Org.	Económica	%	AC	AA	FC	A049	A014	A034	A018	A049	A034	Início			Fim	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)		2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)							
																														Ano Corrente 2018				Anos Seguintes		
																														(b)=(c)+(d)				(e)		
2	111	PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO																																		
2	111	2003	103260	02	070109	O								A049	1/2003	1/1900							3 703 276,18	4 394 206,00	4 394 206,00	0,00	5 365 164,00	1 280 100,00	1 280 100,00	1 280 100,00	17 302 946,18					
2	111	2007	106281	02	070107	O								A014	1/2007	12/2018							19 402,51	162 000,00	162 000,00	0,00	112 000,00	112 000,00	112 000,00	112 000,00	629 402,51					
2	111	2008	42	02	07030313	O								A034	1/2008	1/1900							4 488,02	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 488,02					
2	111	2013	1330	02	07010305	O								A018	1/2013	12/2019							821 402,62	1 048 106,00	1 048 106,00	0,00	1 627 080,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	6 496 588,62					
2	111	2016	1406	02	070107	O								A049	1/2016	1/1900							2 857 983,03	2 858 000,00	2 858 000,00	0,00	2 857 984,00	0,00	0,00	0,00	8 573 967,03					
2	111	2018	1510	02	07030313	O								A034	1/2018	12/2019							0,00	168 100,00	168 100,00	0,00	600 000,00	0,00	0,00	0,00	750 000,00					
2	112	2º E 3º CICLOS																																		
2	112	2006	106113	02	080701	O								A049	1/2006	1/1900							13 091,10	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	513 091,10					
2	112	2016	1404	02	080301	O				1				A047	1/2016	1/1900							0,00	6 500,00	6 500,00	0,00	6 500,00	6 500,00	6 500,00	6 500,00	32 500,00					
2	112	2016	1407	02	070109	O								A049	1/2016	1/1900							48 646,50	200 000,00	200 000,00	0,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 048 646,50					
2	211	SAÚDE																																		
2	211	2007	106287	02	07010413	O								A029	1/2007	12/2018							97 737,68	1 300,00	1 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99 037,68					
2	211	2007	106291	02	080701	O								A045	1/2007	12/2020							805 577,99	2 315 790,00	2 315 790,00	0,00	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	0,00	6 121 367,99					
2	211	2015	1370	02	07010307	O								A029	1/2015	12/2018							778 970,40	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	818 970,40					
2	211	2017	1471	02	07010307	O								A034	1/2017	1/1900							0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	250 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	1 200 000,00					
2	321	INFÂNCIA																																		
2	321	2017	1486	02	07030305	O								A037	1/2017	12/2020							30 393,30	30 000,00	30 000,00	0,00	325 000,00	180 000,00	0,00	0,00	565 393,30					
2	322	JUVENTUDE																																		
2	322	2017	1486	02	07030305	O								A037	1/2017	12/2020							30 393,30	30 000,00	30 000,00	0,00	325 000,00	180 000,00	0,00	0,00	565 393,30					
2	322	2012	1292	02	080701	O								A045	1/2012	12/2020							476 011,61	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	506 011,61					
2	322	2012	1294	02	070109	O								A045	1/2012	12/2020							470 726,00	5 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	485 726,00					
2	323	TERCEIRA IDADE																																		
2	323	2012	1294	02	070109	O								A045	1/2012	12/2020							5 285,61	5 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	20 285,61					
2	323	2012	1294	02	070109	O								A045	1/2012	12/2020							1 556 184,10	2 406 200,00	2 406 200,00	0,00	1 556 185,00	0,00	0,00	0,00	5 518 569,10					

Orçamento Plano Plurianual de Investimentos

Ano

2018

Objeto	Programa	Projeto		Ação	Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento %		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018			Anos Seguintes			Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Org.	Económica				AC	AA	FC	A018	1/2013	12/2019	A029		1/2018	12/2018			A031	1/2004	12/2020	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)		2020 (f)	2021 (g)	2021 (h)
2 323	2013	1332				PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - CENTROS GERIÁTRICOS	02	07010306	O		A018	1/2013	12/2019					1 556 184,10	1 556 200,00	1 556 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 688 569,10			
2 323	2018	1525				EDIFÍCIO ACADEMIA SÉNIOR OIRAS	02	07010307	O		A029	1/2018	12/2018					0,00	850 000,00	850 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850 000,00			
2 324						OUTROS												689 382,58	547 000,00	547 000,00	0,00	4 026 900,00	2 000,00	0,00	5 245 282,58			
2 324	2004	103824				PROG ESPECIAL DE REALOJAMENTO - COMPARTICIPAÇÃO NO REALOJAMENTO	02	080802	O		A031	1/2004	12/2020					0,00	2 000,00	2 000,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00	6 000,00			
2 324	2005	106046				ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ENTIDADES PARA OBRAS	02	080701	O		A029	1/2005	12/2019					689 382,58	545 000,00	545 000,00	0,00	4 024 900,00	0,00	0,00	5 239 282,58			
2 325						COOPERAÇÃO COM CPLP E GEMINAÇÕES												0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00			
2 325	2004	103392				COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (EQUIPAMENTO)	02	070109	O		A007	1/2004	12/2018					0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00			
2 325	2004	103479				COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (SUBSÍDIOS CAPITAL)	02	080903	O		A007	1/2004	12/2018					0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00			
2 326						EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL												0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	3 750 000,00	3 750 000,00	4 550 527,00	15 950 527,00			
2 326	2013	1331				PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - OIRAS EXPO	02	07010307	O		A018	1/2013	1/1900					0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	3 750 000,00	3 750 000,00	4 550 527,00	15 950 527,00			
2 411						HABITAÇÃO												892 399,66	5 662 398,00	5 662 398,00	0,00	7 548 643,00	4 344 875,00	1 184 132,00	19 632 447,66			
2 411	2005	105891				EQUIPAMENTOS - CONSTR., BENEFICE E MANUTENÇÃO	02	07010307	O		A030	1/2005	1/1900					83 082,65	320 000,00	320 000,00	0,00	810 000,00	700 000,00	700 000,00	2 613 082,65			
2 411	2005	105899				PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS	02	07010203	E		A029	1/2005	12/2020					176 534,78	1 967 807,00	1 967 807,00	0,00	2 273 198,00	2 154 000,00	0,00	6 571 539,78			
2 411	2005	105901				REABILITAÇÃO E BENEFICIAÇÃO BAIROS MUNICIPAIS	02	07010203	E		A030	1/2005	12/2020					219 623,13	1 451 580,00	1 451 580,00	0,00	1 253 000,00	555 000,00	0,00	3 479 203,13			
2 411	2016	1389				ESPAÇOS EXTERIORES DO PHM - CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO	02	07010405	E		A030	1/2016	1/1900					413 159,10	1 918 011,00	1 918 011,00	0,00	1 226 820,00	476 500,00	484 132,00	4 518 622,10			
2 411	2018	1493				NOVOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO MUNICIPAL	02	07010201	O		A030	1/2018	12/2020					0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	1 985 625,00	459 375,00	0,00	2 450 000,00			
2 421						PLANEAMENTO URBANO												7 521 454,92	12 617 890,00	12 617 890,00	0,00	11 218 571,00	9 313 000,00	7 629 963,00	53 300 878,92			
2 421	2003	104250				AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO DE TERRENOS	02	070101	O		A011	1/2003	12/2020					0,00	1 419 000,00	1 419 000,00	0,00	713 000,00	713 000,00	0,00	2 845 000,00			
2 421	2003	104364				REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	02	07030301	O		A035	1/2003	1/1900					2 774 610,33	6 786 658,00	6 786 658,00	0,00	6 000 000,00	6 000 000,00	5 000 000,00	31 561 288,33			
2 421	2003	104724				DIVERSOS PROJECTOS	02	07030313	O		A033	1/2003	12/2018					0,00	21 532,00	21 532,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 532,00			
2 421	2004	104657				OBRAS COERCIVAS	02	07010413	O		A034	1/2004	12/2018					0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00			
2 421	2005	105906				REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO URBANO	02	07030301	E		A029	1/2005	12/2019					955 500,93	660 000,00	660 000,00	0,00	1 796 500,00	0,00	0,00	3 412 000,93			
2 421	2010	1193				IMÓVEIS A ADQUIRIR (TERRENOS)	02	070101	O		A018	1/2010	1/1900					3 791 343,66	3 730 500,00	3 730 500,00	0,00	2 709 071,00	2 600 000,00	2 629 963,00	15 460 877,66			
2 422						URBANIZAÇÃO												31 930,17	762 682,00	762 682,00	0,00	4 358 176,00	1 030 000,00	0,00	6 182 788,17			

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento %			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018				Anos Seguintes				Total Previsto (j)=(e)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano	Nr.			Org.	Económica	AC	AA	FC	O	A	B	C	D	E			F	G	H	I	J	K	L	M		N
2 422	2005	105909			REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO CASAL DA CHOCA	02	07030301	E	A029	1/2005	12/2019							22 705,52	507 682,00	507 682,00	0,00	2 298 176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 828 563,52
2 422	2006	106153			REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DA PEDREIRA ITALIANA	02	07030301	E	A029	1/2006	12/2019							0,00	95 000,00	95 000,00	0,00	600 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695 000,00
2 422	2016	1391			RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	02	07030301	E	A029	1/2016	12/2020							9 224,65	160 000,00	160 000,00	0,00	1 480 000,00	1 030 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 659 224,65
2 451					RESÍDUOS SÓLIDOS													707 077,44	478 140,00	478 140,00	0,00	1 329 507,00	1 329 507,00	7 000,00	7 000,00	0,00	3 858 231,44	
2 451	2003	104010			EQUIPAMENTO PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	02	07011001	O	A039	1/2003	12/2020							11 724,36	49 990,00	49 990,00	0,00	49 990,00	49 990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161 694,36
2 451	2003	104011			EQUIPAMENTO DE RU ENTERRADO E SEMI-ENTERRADO	02	07011001	O	A039	1/2003	12/2020							402 543,18	100,00	100,00	0,00	1 094 167,00	1 094 167,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 590 977,18
2 451	2004	104013			GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS E EQUIPAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	02	07010601	O	A038	1/2004	12/2020							286 666,05	421 400,00	421 400,00	0,00	178 350,00	178 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 064 766,05
2 451	2008	70			AG DISPOSITIVOS SUJEIÇÃO CONTEINTORES	02	07011001	O	A039	1/2008	12/2018							0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
2 451	2014	1350			AQUISIÇÃO DE CAIXAS AMPLIROLL	02	07011001	O	A036	1/2014	1/1900							6 143,85	6 150,00	6 150,00	0,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	0,00	0,00	40 293,85
2 461					ESPAÇOS VERDES													20 035,97	117 805,00	117 805,00	0,00	2 830 000,00	1 100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 067 840,97
2 461	2003	104375			AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO	02	07011002	O	A037	1/2003	12/2019							20 035,97	36 805,00	36 805,00	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 840,97
2 461	2018	1512			EIXO VERDE E AZUL RIO DO JAMOR	02	07030301	O	A035	1/2018	12/2020							0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 900 000,00	1 100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 001 000,00
2 461	2018	1520			PARQUE DOS POETAS - PONTES	02	07010401	O	A033	1/2018								0,00	80 000,00	80 000,00	0,00	900 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980 000,00
2 462					HIGIENE PÚBLICA													0,00	29 996,00	29 996,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	59 996,00
2 462	2003	104035			PAPELEIRAS	02	07011001	O	A039	1/2003	1/1900							0,00	29 996,00	29 996,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	59 996,00
2 465					EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO AMBIENTAL													24 170,30	38 600,00	38 600,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	462 770,30
2 465	2003	104665			AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	02	07011002	O	A036	1/2003	1/1900							24 170,30	38 600,00	38 600,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	462 770,30
2 511					ACTIVIDADES CULTURAIS													212 078,20	376 951,00	376 951,00	0,00	1 261 980,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	2 751 009,20
2 511	2004	103383			AQUISIÇÃO DE OBRAS DE ARTE - ESCULTURAS	02	070112	O	A042	1/2004	12/2018							0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2 511	2004	103473			APOIO AOS AGENTES CULTURAIS - (TRANF CAP)	02	080701	O	A042	1/2004	12/2018							15 966,48	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 966,48
2 511	2014	1352			REDE DE BIBLIOTECAS - CAPITAL	02	070109	O	A043	1/2014	12/2018							1 576,47	15 700,00	15 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 276,47
2 511	2015	1361			REQUALIFICAÇÕES COMPLEXO PALACIO MARQUES DE POMBAL E QUINTA REAL CAXIAS	02	07030306	O	A034	1/2015	1/1900							135 440,44	248 151,00	248 151,00	0,00	1 261 980,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	2 545 571,44
2 511	2016	1410			AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO TECNICO	02	07011002	O	A042	1/2016	12/2018							59 094,81	88 000,00	88 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147 094,81
2 512					PATRIMÓNIO CULTURAL													184 681,27	10 250,00	10 250,00	0,00	600 000,00	600 000,00	600 000,00	600 000,00	0,00	0,00	2 594 931,27

Orçamento Plano Plurianual de Investimentos

Ano

2018

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz	Fonte Financiamento %			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano	Nr.			Org.	Económica		AC	AA	FC		Início	Fim			Ano Corrente 2018		Anos Seguintes				
																	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)		2020 (f)	2021 (g)
3	313	2016	1394			02	07010602	O			A038	1/2016	12/2018		0,00	957 337,00	957 337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	957 337,00	
3	313	2018	1489			02	07010602	O			A024	1/2018	12/2018		0,00	350 000,00	350 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350 000,00	
3	313	2018	1491			02	070108	O			A024	1/2018	12/2018		0,00	184 500,00	184 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184 500,00	
3	421														0,00	112 000,00	112 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	114 000,00

3	421	2018	1497			02	07011002	O			A037	1/2018	12/2020		0,00	112 000,00	112 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	114 000,00
3	514														62 612,11	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68 612,11

3	514	2015	1366			02	07030313	O			A007	1/2015	12/2018		62 612,11	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68 612,11
4															3 341 983,10	4 678 000,00	4 678 000,00	0,00	3 191 387,00	3 444 132,00	9 169 600,00	0,00	23 825 082,10

4	112														2 287 461,39	2 700 000,00	2 700 000,00	0,00	2 415 595,00	1 892 549,00	9 169 600,00	0,00	18 465 205,39

4	112	2016	1419			03	100603	O			A003	1/2016	12/2021		2 287 461,39	2 700 000,00	2 700 000,00	0,00	2 415 595,00	1 892 549,00	9 169 600,00	0,00	18 465 205,39
4	211														278 709,71	1 202 000,00	1 202 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 480 709,71

4	211	2003	104618			02	08050102	O			A009	1/2003	12/2018		278 709,71	1 200 000,00	1 200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 478 709,71
4	211	2008	107			02	080701	O			A009	1/2008	12/2018		0,00	2 000,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00
4	213														775 792,00	776 000,00	776 000,00	0,00	775 792,00	1 551 583,00	0,00	0,00	3 879 167,00

4	213	2015	1374			02	090802	O			A021	1/2015	12/2020		775 792,00	776 000,00	776 000,00	0,00	775 792,00	1 551 583,00	0,00	0,00	3 879 167,00

Orçamento Plano Plurianual de Investimentos

Ano

2018

Despesas		Anos Seguintes				Total Previsto	
		2019	2020	2021	Outros		
Total	Financiamento definido	Financiamento não definido	2019	2020	2021	Outros	Total Previsto
43.208.803,00	43.208.803,00	0,00	75.391.654,00	50.968.835,00	37.593.962,00	23.880.794,00	274.252.851,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Ano Corrente 2018			Despesas				Total						
		Ano	Nr.			Org.	Económica	AC	AA	FC	Inicio	Fim		Financ. definido	Financ. não definido			2019	2020	2021	2021	Outros	Total	Financ. definido	Financ. não definido	2019	2020	2021	2021	Outros	Total
																										(b)=(c)+(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
FUNÇÕES GERAIS																															
1																	0,00	64 317 016,00	64 317 016,00	0,00	55 979 764,00	54 701 140,00	9 465 417,00	9 511 373,00	193 974 710,00						
1	119																0,00	17 564 443,00	17 564 443,00	0,00	12 486 226,00	11 207 602,00	9 067 282,00	9 113 238,00	59 438 791,00						
DESPESAS FUNCIONAMENTO																															
1	119	2001	104598			02	020208	0				A019	1/2001				0,00	135 000,00	135 000,00	0,00	135 001,00	135 001,00	0,00	0,00	135 001,00	0,00	0,00	675 004,00			
1	119	2003	104730			02	020220	0				A033	1/2003	12/2020			0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	45 000,00			
1	119	2004	104701			02	020121	0				A034	1/2004				0,00	336 346,00	336 346,00	0,00	160 000,00	160 000,00	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00	160 000,00	976 346,00			
1	119	2004	104714			02	020121	0				A038	1/2004				0,00	111 400,00	111 400,00	0,00	62 115,00	58 425,00	14 760,00	0,00	0,00	14 760,00	0,00	0,00	246 700,00		
1	119	2004	104741			02	020203	0				A038	1/2004	12/2020			0,00	13 100,00	13 100,00	0,00	9 225,00	3 075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 400,00			
1	119	2004	104745			02	020217	0				A038	1/2004	12/2018			0,00	13 500,00	13 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 500,00			
1	119	2004	104807			02	020220	0				A013	1/2004	12/2019			0,00	212 693,00	212 693,00	0,00	33 486,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246 179,00			
1	119	2004	104820			02	020217	0				A013	1/2004	12/2019			0,00	163 395,00	163 395,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233 395,00			
1	119	2004	104829			02	020121	0				A013	1/2004	12/2018			0,00	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00			
1	119	2004	104832			02	020217	0				A013	1/2004	12/2018			0,00	49 173,00	49 173,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 173,00			
1	119	2004	104840			02	020214	0				A013	1/2004	12/2018			0,00	140 295,00	140 295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140 295,00			
1	119	2004	104911			02	020218	0				A019	1/2004				0,00	965 000,00	965 000,00	0,00	965 000,00	965 000,00	965 000,00	965 000,00	0,00	0,00	965 000,00	4 825 000,00			
1	119	2004	104912			02	020202	0				A019	1/2004				0,00	247 000,00	247 000,00	0,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00	0,00	250 000,00	1 247 000,00			
1	119	2004	104943			02	020215	0				A020	1/2004	12/2018			0,00	220 000,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00			
1	119	2004	104971			02	020219	0				A018	1/2004				0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	50 000,00			
1	119	2004	104986			02	020220	0				A026	1/2004	12/2018			0,00	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160 000,00			
1	119	2004	105394			02	020121	0				A036	1/2004				0,00	100 500,00	100 500,00	0,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00	130 000,00	0,00	0,00	130 000,00	620 500,00			
1	119	2005	105773			02	020225	0				A018	1/2005				0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	15 000,00	65 000,00			
1	119	2007	106232			02	020225	0				A013	1/2007	12/2020			0,00	61 343,00	61 343,00	0,00	15 400,00	7 587,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84 330,00			
1	119	2007	106236			02	020203	0				A018	1/2007				0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	0,00	0,00	12 000,00	58 000,00			
1	119	2007	106240			02	020204	0				A018	1/2007				0,00	990 000,00	990 000,00	0,00	990 000,00	990 000,00	990 000,00	990 000,00	0,00	0,00	990 000,00	4 950 000,00			
1	119	2007	106241			02	020121	0				A018	1/2007				0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00	25 000,00			
1	119	2007	106245			02	020212	0				A018	1/2007				0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	750 000,00	750 000,00	750 000,00	750 000,00	0,00	0,00	750 000,00	3 700 000,00			
1	119	2007	106258			02	020220	0				A014	1/2007	12/2020			0,00	459 500,00	459 500,00	0,00	276 547,00	146 819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	882 866,00			
1	119	2007	106266			02	020121	0				A019	1/2007				0,00	23 400,00	23 400,00	0,00	23 295,00	23 295,00	23 295,00	23 295,00	0,00	0,00	23 295,00	116 580,00			
1	119	2007	106271			02	020206	0				A038	1/2007				0,00	695 300,00	695 300,00	0,00	529 377,00	667 072,00	66 285,00	149 141,00	0,00	0,00	66 285,00	2 097 175,00			

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Ano	Nr.			Org.	Económica	%	AA	FC	Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)	2019 (e)			2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)					
																						Resp.		Anos Seguintes		
																						AC		AA	2020	2021
1	120	2016	1415	1	17	Recrutamento Pessoal Novos Postos de Trabalho	02	01010404	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	500 000,00	500 000,00	0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	0,00	1 900 000,00					
1	120	2016	1415	1	18	Pessoal em Funções	02	01010601	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	315 100,00	315 100,00	0,00	85 900,00	85 900,00	0,00	0,00	486 900,00					
1	120	2016	1415	1	19	Recrutamento Pessoal para Novos Postos Trabalho	02	01010604	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	100 200,00	100 200,00	0,00	63 000,00	63 000,00	0,00	0,00	226 200,00					
1	120	2016	1415	1	20	Pessoal em regime de tarefa ou avença	02	010107	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	764 400,00	764 400,00	0,00	582 200,00	582 200,00	0,00	0,00	1 928 800,00					
1	120	2016	1415	1	21	Pessoal aguardando aposentação	02	010108	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	24 300,00	24 300,00	0,00	13 400,00	13 400,00	0,00	0,00	51 100,00					
1	120	2016	1415	1	22	Pessoal em qualquer outra situação	02	010109	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1 942 100,00	1 942 100,00	0,00	1 786 600,00	1 786 600,00	0,00	0,00	5 515 300,00					
1	120	2016	1415	1	23	Representação	02	010111	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	108 300,00	108 300,00	0,00	101 300,00	101 300,00	0,00	0,00	310 900,00					
1	120	2016	1415	1	24	Suplementos e prémios	02	010112	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	120 600,00	120 600,00	0,00	120 600,00	120 600,00	0,00	0,00	361 800,00					
1	120	2016	1415	1	25	Pessoal dos quadros	02	01011301	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	2 311 900,00	2 311 900,00	0,00	2 257 500,00	2 257 500,00	0,00	0,00	6 826 900,00					
1	120	2016	1415	1	26	Pessoal em qualquer outra situação	02	01011302	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	174 400,00	174 400,00	0,00	94 200,00	94 200,00	0,00	0,00	362 800,00					
1	120	2016	1415	1	27	Subsídio de Férias	02	0101140101	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1 879 300,00	1 879 300,00	0,00	2 042 800,00	2 042 800,00	0,00	0,00	5 964 900,00					
1	120	2016	1415	1	28	Subsídio de Natal	02	0101140102	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1 853 100,00	1 853 100,00	0,00	1 876 800,00	1 876 800,00	0,00	0,00	5 606 700,00					
1	120	2016	1415	1	29	Subsídio de Férias	02	0101140201	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	260 900,00	260 900,00	0,00	165 100,00	165 100,00	0,00	0,00	591 100,00					
1	120	2016	1415	1	30	Subsídio de Natal	02	0101140202	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	241 800,00	241 800,00	0,00	150 400,00	150 400,00	0,00	0,00	542 600,00					
1	120	2016	1415	1	31	Remunerações doença e maternidade / paternidade	02	010115	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	249 600,00	249 600,00	0,00	378 400,00	378 400,00	0,00	0,00	1 006 400,00					
1	120	2016	1415	1	32	Horas extraordinárias	02	010202	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	72 300,00	72 300,00	0,00	31 500,00	31 500,00	0,00	0,00	135 300,00					
1	120	2016	1415	1	33	Ajudas de custo	02	010204	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	10 800,00	10 800,00	0,00	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00	31 200,00					
1	120	2016	1415	1	34	Abono para falhas	02	010205	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	124 800,00	124 800,00	0,00	128 800,00	128 800,00	0,00	0,00	382 400,00					
1	120	2016	1415	1	35	Formação	02	010206	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	2 400,00	2 400,00	0,00	11 200,00	11 200,00	0,00	0,00	24 800,00					
1	120	2016	1415	1	36	Subsídio de trabalho nocturno	02	010210	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	97 700,00	97 700,00	0,00	95 900,00	95 900,00	0,00	0,00	289 500,00					
1	120	2016	1415	1	37	Subsídio de turno	02	010211	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1 008 800,00	1 008 800,00	0,00	1 001 200,00	1 001 200,00	0,00	0,00	3 011 200,00					
1	120	2016	1415	1	38	Abono Devido a Cessação de Funções	02	01021201	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	14 200,00	14 200,00	0,00	2 100,00	2 100,00	0,00	0,00	18 400,00					
1	120	2016	1415	1	40	Prémios de desempenho	02	01021301	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	3,00					
1	120	2016	1415	1	41	Outros	02	01021302	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	3,00					
1	120	2016	1415	1	42	Outros abonos em numerário ou espécie	02	010214	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	971 800,00	971 800,00	0,00	417 800,00	417 800,00	0,00	0,00	1 807 400,00					
1	120	2016	1415	1	43	Encargos com a saúde	02	010301	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1 503 900,00	1 503 900,00	0,00	1 393 100,00	1 393 100,00	0,00	0,00	4 290 100,00					
1	120	2016	1415	1	44	Subsídio familiar a criança e jovens	02	010303	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	111 100,00	111 100,00	0,00	120 600,00	120 600,00	0,00	0,00	352 300,00					
1	120	2016	1415	1	45	Outras prestações familiares	02	010304	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	7 400,00	7 400,00	0,00	4 300,00	4 300,00	0,00	0,00	16 000,00					
1	120	2016	1415	1	46	Assist doença funcionários públicos (ADSE)	02	01030501	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	4 900,00	4 900,00	0,00	6 400,00	6 400,00	0,00	0,00	17 700,00					
1	120	2016	1415	1	47	Caixa Geral de Aposentações	02	0103050201	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	3 846 700,00	3 846 700,00	0,00	4 731 500,00	4 731 500,00	0,00	0,00	13 309 700,00					
1	120	2016	1415	1	48	Segurança Social-Regime Geral	02	0103050202	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	3 378 500,00	3 378 500,00	0,00	3 598 000,00	3 598 000,00	0,00	0,00	10 574 500,00					
1	120	2016	1415	1	49	Outros	02	01030503	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	144 800,00	144 800,00	0,00	162 700,00	162 700,00	0,00	0,00	470 200,00					

Objeto	Programa	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz		Fonte Financiamento			Resp.		Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Despesas				Ano Corrente 2018		Anos Seguintes			Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
		Ano	Nr.				Org.	Económica	Orçamental	AC	AA	FC	%	Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	2021 (g)	Outros (h)									
																										Org. Económica					Data		Ano	
																										Org. Económica					Data		Ano	
1	120	2016	1415	1	50	Contribuições para a Segurança Social	02	01030601	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	3,00													
1	120	2016	1415	1	51	Outras Despesas	02	01030602	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	112 900,00	112 900,00	0,00	134 300,00	134 300,00	0,00	0,00	381 500,00													
1	120	2016	1415	1	53	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	02	01031001	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	23 800,00	23 800,00	0,00	0,00	57 600,00													
1	120	2016	1415	1	58	Senhas de Presença	02	01021303	0	A002	1/2016	12/2018	0,00	16 100,00	16 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 100,00													
1	120	2016	1415	1	59	Senhas de Presença	02	01021303	0	A020	1/2016	12/2020	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	2 200,00	2 200,00	0,00	0,00	6 900,00													
1	211					BOMBEIROS								0,00	1 888 135,00	1 888 135,00	0,00	398 135,00	398 135,00	398 135,00	398 135,00	3 480 675,00												
1	211	2004	105051			SUBSIDIO MENSAL CORPORACOES DE BOMBEIROS	02	040701	0	A004	1/2004	12/2018	0,00	1 470 000,00	1 470 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 470 000,00													
1	211	2004	105055			FORMAÇÃO PRÁTICA DE BOMBEIROS E FARMACENTO	02	040701	0	A004	1/2004	12/2018	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00													
1	211	2013	1311			EIP - EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE	02	040701	0	A004	1/2013		0,00	398 135,00	398 135,00	0,00	398 135,00	398 135,00	398 135,00	398 135,00	1 990 675,00													
1	212					PROTECÇÃO CIVIL								0,00	203 500,00	203 500,00	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	603 500,00													
1	212	2004	105062			CONTA DE EMERGÊNCIA	02	020225	0	A004	1/2004	12/2018	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00													
1	212	2009	1136			SEMANA DA PROTECÇÃO CIVIL	02	020115	0	A004	1/2009	12/2018	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00													
1	212	2018	1522			CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA	02	020225	0	A045	1/2018		0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	600 000,00													
1	221					POLÍCIA MUNICIPAL								0,00	38 935,00	38 935,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38 935,00													
1	221	2005	105615			COMUNICAÇÕES	02	020209	0	A004	1/2005	12/2018	0,00	4 200,00	4 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 200,00													
1	221	2016	1397			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	02	020121	0	A004	1/2016	12/2018	0,00	29 735,00	29 735,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 735,00													
1	221	2016	1398			DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	02	020118	0	A004	1/2016	12/2018	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00													
2						FUNÇÕES SOCIAIS								0,00	33 214 732,00	33 214 732,00	0,00	24 354 862,00	25 484 908,00	19 264 987,00	103 410 187,00	205 729 676,00												
2	111					PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO								0,00	1 582 456,00	1 582 456,00	0,00	1 552 133,00	1 552 133,00	1 552 133,00	1 552 133,00	7 790 988,00												
2	111	2004	105110			ESCOLAS B1 - AQUIS UTENSÍLIOS DE COZINHA	02	020117	0	A049	1/2004		0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	30 000,00													
2	111	2006	106111			J/IEB1 - AQUIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES	02	020225	0	A049	1/2006		0,00	45 000,00	45 000,00	0,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	225 000,00													
2	111	2009	1141			PROJECTO REDE ESCOLAS DE EXCELÊNCIA	02	020214	0	A047	1/2009		0,00	44 040,00	44 040,00	0,00	22 017,00	22 017,00	22 017,00	22 017,00	132 108,00													
2	111	2016	1402			TRANSFERENCIAS CORRENTES - CONTRATO INTERADM/MEC-MUN - PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO	02	040701	0	1	A047	1/2016	0,00	1 104 116,00	1 104 116,00	0,00	1 104 116,00	1 104 116,00	1 104 116,00	1 104 116,00	5 520 580,00													
2	111	2017	1455			INTEGRAÇÃO REDES ESCOLAS EB1 E PLATAFORMA COLABORATIVA - SERVIÇOS (PLANO TECNOL DE EDUCAÇÃO EB1)	02	020220	0	A014	1/2017	12/2018	0,00	8 300,00	8 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 300,00													
2	111	2017	1460			J/IEB1 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	02	020120	0	A049	1/2017		0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00													

Objeto	Projeto		Agção	Sub Agção	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz	Fonte Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
	Programa	Ano				Nr.	Org.		Económica	AC	AA		FC	Início			Fim	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)		Anos Seguintes		Outros (h)	
																						2020	2021		
2 421	2017	1474			ESTUDOS, PROJETOS, CONSULTADORIA E FISCALIZAÇÃO	02	020214	0					A028	1/2017	12/2020	0,00	900 000,00	900 000,00	0,00	20 295,00	0,00	0,00	1 110 788,00		
2 422					URBANIZAÇÃO											0,00	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00		
2 422	2016	1452			PRÉMIO RENOV	02	040802	0					A025	1/2016	12/2018	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
2 422	2018	1495			PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA	02	040802	0					A029	1/2018	12/2018	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	
2 423					PLANEAMENTO ESTRATÉGICO											0,00	236 700,00	236 700,00	0,00	71 000,00	71 000,00	0,00	0,00	378 700,00	
2 423	2004	104992			ACÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	02	020217	0					A028	1/2004	12/2018	0,00	8 500,00	8 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 500,00
2 423	2006	106155			Oeiras XXI+	02	020214	0					A010	1/2006	12/2018	0,00	86 200,00	86 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 200,00
2 423	2017	1456			Estratégia Smart Cities	02	020214	0					A010	1/2017	12/2018	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00
2 423	2017	1457			PMRR	02	020214	0					A010	1/2017	12/2018	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
2 423	2017	1458			PAICEO	02	020214	0					A010	1/2017	12/2020	0,00	131 000,00	131 000,00	0,00	71 000,00	71 000,00	0,00	0,00	273 000,00	
2 451					RESÍDUOS SÓLIDOS											0,00	6 676 937,00	6 676 937,00	0,00	8 122 458,00	8 117 248,00	7 980 353,00	94 198 393,00	125 095 389,00	
2 451	2004	104019			AQUIS MATER , PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ MANUT MAQUINAS E VIATURAS RSU	02	020112	0					A038	1/2004		0,00	446 400,00	446 400,00	0,00	162 975,00	110 085,00	29 520,00	0,00	748 980,00	
2 451	2004	104023			MANUTENÇÕES E REVISÕES PERIODICAS EM VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS SOLIDOS URBANOS	02	020203	0					A038	1/2004		0,00	147 600,00	147 600,00	0,00	55 350,00	55 350,00	3 660,00	0,00	261 990,00	
2 451	2004	105366			ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS	02	020117	0					A036	1/2004		0,00	27 500,00	27 500,00	0,00	33 500,00	33 500,00	33 500,00	33 500,00	161 500,00	
2 451	2004	105370			PEÇAS E ACESSÓRIOS P/REPAR CONTENTORES	02	020114	0					A039	1/2004		0,00	53 437,00	53 437,00	0,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	0,00	173 437,00	
2 451	2004	105374			AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	02	020225	0					A036	1/2004		0,00	3 770 975,00	3 770 975,00	0,00	2 790 115,00	2 813 500,00	2 829 500,00	74 245 500,00	86 449 590,00	
2 451	2009	1158			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHA	02	020225	0					A039	1/2009		0,00	1 890 000,00	1 890 000,00	0,00	4 660 046,00	4 648 743,00	4 619 743,00	4 619 743,00	20 438 275,00	
2 451	2018	1499			RESÍDUOS URBANOS - TGR	02	0602010101	0					A036	1/2018		0,00	341 025,00	341 025,00	0,00	380 472,00	416 070,00	424 400,00	15 299 650,00	16 861 617,00	
2 461					ESPAÇOS VERDES											0,00	4 958 416,00	4 958 416,00	0,00	3 654 714,00	3 979 158,00	10 000,00	0,00	12 602 288,00	
2 461	2004	105381			AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LEVANTAMENTO DE ESPAÇOS VERDES	02	020203	0					A037	1/2004	12/2020	0,00	3 829 887,00	3 829 887,00	0,00	2 727 554,00	3 065 998,00	0,00	0,00	9 623 439,00	
2 461	2004	105382			AQUIS MATERIAIS DIVERSOS JARDIM E AFINS	02	020121	0					A037	1/2004	12/2020	0,00	200 465,00	200 465,00	0,00	120 000,00	120 000,00	0,00	0,00	440 465,00	
2 461	2005	105923			ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	02	020214	0					A037	1/2005	12/2020	0,00	180 817,00	180 817,00	0,00	75 000,00	75 000,00	0,00	0,00	330 817,00	
2 461	2006	106162			SUB MAN JARDINS ATRIBUIR DIV ENTIDADES	02	040701	0					A037	1/2006	12/2020	0,00	8 160,00	8 160,00	0,00	8 160,00	8 160,00	0,00	0,00	24 480,00	
2 461	2008	63			REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO	02	020203	0					A037	1/2008	12/2020	0,00	403 930,00	403 930,00	0,00	390 000,00	390 000,00	0,00	0,00	1 163 930,00	
2 461	2015	1357			MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À REGA (PLANO DA ÁGUA)	02	020203	0					A037	1/2015	12/2020	0,00	173 257,00	173 257,00	0,00	120 000,00	120 000,00	0,00	0,00	413 257,00	

Objeto	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Fonte Financiamento			Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
	Programa	Ano			Nr.	Org.	Económica	Forma Realiz.	%				Ano Corrente 2018		Anos Seguintes				
									AC	AA			FC	Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)	Financ. não definido (d)		2019 (e)	2020 (f)
2 461	2015	1358		APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CAPTAÇÕES (PLANO DA ÁGUA)	02	020121	0	A037	1/2015	12/2020	0,00	111 900,00	111 900,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	411 900,00
2 461	2016	1378		PROJETOS ESPAÇOS VERDES E RIBEIRAS	02	020214	0	A033	1/2016		0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	64 000,00	0,00	10 000,00	0,00	174 000,00
2 462				HIGIENE PÚBLICA							0,00	218 780,00	218 780,00	0,00	350 000,00	0,00	350 000,00	0,00	1 618 780,00
2 462	2004	104996		AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, FITOSANITÁRIOS E LIMPEZA	02	020109	0	A036	1/2004		0,00	31 800,00	31 800,00	0,00	130 000,00	0,00	130 000,00	0,00	551 800,00
2 462	2004	105400		CONTROLO DE PRAGAS URBANAS	02	020220	0	A036	1/2004		0,00	152 000,00	152 000,00	0,00	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	1 032 000,00
2 462	2008	69		APOIO A EVENTOS - LIMPEZA E RECOLHA	02	020225	0	A039	1/2008	12/2018	0,00	34 980,00	34 980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34 980,00
2 463				CEMITÉRIOS							0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	23 000,00
2 463	2011	1285		MANUTENÇÃO E PEQUENAS REPARAÇÕES EM CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	02	020203	0	A036	1/2011		0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	23 000,00
2 464				CANIL / GATIL							0,00	99 350,00	99 350,00	0,00	77 800,00	0,00	77 800,00	0,00	410 550,00
2 464	2004	105006		CREMAÇÃO DE ANIMAIS	02	020220	0	A036	1/2004		0,00	3 600,00	3 600,00	0,00	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	23 600,00
2 464	2004	105414		AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA O CANIL MUNICIPAL	02	020121	0	A036	1/2004		0,00	23 500,00	23 500,00	0,00	30 000,00	0,00	30 000,00	0,00	143 500,00
2 464	2008	74		PROJAAO	02	020225	0	A036	1/2008		0,00	28 700,00	28 700,00	0,00	35 000,00	0,00	35 000,00	0,00	168 700,00
2 464	2012	1301		SUBSÍDIO AO INSTITUTO ZOÓFILO DA QUINTA CARBONE	02	040701	0	A036	1/2012		0,00	7 800,00	7 800,00	0,00	7 800,00	0,00	7 800,00	0,00	39 000,00
2 464	2018	1496		POLÍTICA ANIMAL	02	020217	0	A036	1/2018	12/2018	0,00	35 750,00	35 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 750,00
2 465				EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO AMBIENTAL							0,00	279 500,00	279 500,00	0,00	282 500,00	0,00	282 500,00	0,00	1 409 500,00
2 465	2004	105000		PROMOÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	02	020217	0	A036	1/2004		0,00	52 500,00	52 500,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	252 500,00
2 465	2004	105002		PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	02	020217	0	A036	1/2004		0,00	38 900,00	38 900,00	0,00	30 000,00	0,00	30 000,00	0,00	158 900,00
2 465	2010	1231		MONITORIZAÇÃO DE PROJECTOS E ACTIVIDADES AMBIENTAIS	02	020225	0	A036	1/2010		0,00	12 600,00	12 600,00	0,00	12 500,00	0,00	12 500,00	0,00	62 600,00
2 465	2010	1232		Ocupação de tempos livres em programas de cidadania ambiental	02	040802	0	A036	1/2010		0,00	175 500,00	175 500,00	0,00	190 000,00	0,00	190 000,00	0,00	935 500,00
2 466				PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE							0,00	98 400,00	98 400,00	0,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	486 400,00
2 466	2017	1473		PELACO	02	020225	0	A036	1/2017		0,00	98 400,00	98 400,00	0,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	486 400,00
2 467				CONSERVAÇÃO DA NATUREZA							0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00
2 467	2016	1413		DESMATAÇÕES COERCIVAS	02	020225	0	A039	1/2016	12/2019	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00
2 511				ACTIVIDADES CULTURAIS							0,00	2 961 724,00	2 961 724,00	0,00	203 624,00	0,00	203 624,00	0,00	3 776 220,00

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado (a)	Ano Corrente 2018				Total (b)=(c)+(d)	Despesas			Total Previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano	Nr.			Org.	Económica	Resp.	Início	Fim	AC	AA	FC	Início	Fim	Financ. definido (c)			Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)			
																									02	020220	
2 511 2004	104897				PUBLICAÇÕES DE ÂMBITO HISTÓRICO-PATRIMONIAL	02	020220	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 000,00	
2 511 2004	105431				FUNDOS DOCUMENTAIS	02	020120	0	A043		1/2004	1/2004						0,00	103 100,00	103 100,00	0,00	42 000,00	42 000,00	42 000,00	42 000,00	42 000,00	271 100,00
2 511 2004	105434				PROGRAMA OIRAS A LER: PROMOÇÃO DA LEITURA E DAS LITERACIAS	02	020225	0	A043		1/2004	12/2018						0,00	87 200,00	87 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87 200,00
2 511 2004	105458				PROGRAMAÇÃO EXPOSITIVA	02	020216	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	63 500,00	63 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63 500,00
2 511 2004	105462				FESTAS DO CONCELHO	02	020220	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	130 000,00	130 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130 000,00
2 511 2004	105467				ALUGUER EQUIP TÉCNICOS E LOGÍSTICOS	02	020208	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	32 500,00	32 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 500,00
2 511 2004	105484				DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DE INICIATIVAS NO ÂMBITO DO PATRIMONIO HISTÓRICO	02	020217	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00
2 511 2004	105496				DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO INICIAT CULTURAI	02	020220	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00
2 511 2004	105507				PROTOCOLOS E APOIOS AOS AGENTES CULTURAI	02	040701	0	A042		1/2004	12/2018						0,00	916 400,00	916 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	916 400,00
2 511 2006	106184				UTILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	02	020225	0	A042		1/2006	12/2018						0,00	211 000,00	211 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211 000,00
2 511 2007	106344				PROGRAMAÇÃO CULTURAL	02	020225	0	A042		1/2007	12/2018						0,00	274 100,00	274 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274 100,00
2 511 2009	1163				ANIMAÇÃO CULTURAL DE INTERESSE TURÍSTICO	02	020220	0	A042		1/2009	12/2018						0,00	561 500,00	561 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	561 500,00
2 511 2010	1237				ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS	02	040701	0	A047		1/2010							0,00	55 000,00	55 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	75 000,00
2 511 2010	1238				ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E ARTÍSTICA E WORKSHOPS	02	020220	0	A047		1/2010							0,00	156 624,00	156 624,00	0,00	156 624,00	156 624,00	156 624,00	156 624,00	156 624,00	783 120,00
2 511 2013	1327				PROGRAMA LITERACIA DIGITAL	02	020225	0	A043		1/2013	12/2018						0,00	16 000,00	16 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 000,00
2 511 2016	1409				PROGRAMAÇÃO SERVIÇOS EDUCATIVOS	02	020220	0	A042		1/2016	12/2018						0,00	90 000,00	90 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90 000,00
2 511 2016	1411				MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO TECNICO	02	020219	0	A042		1/2016	12/2018						0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 000,00
2 511 2017	1475				ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE HISTORIA DA AQUEOLOGIA	02	020216	0	A041		1/2017	12/2018						0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2 511 2018	1504				OIRAS CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027	02	020225	0	A042		1/2018	12/2018						0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2 511 2018	1505				CENTROS INTERPRETATIVOS	02	020225	0	A042		1/2018	12/2018						0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150 000,00
2 511 2018	1506				PRÉMIOS E CONCURSOS	02	040802	0	A042		1/2018	12/2018						0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2 511 2018	1507				CONSUMÍVEIS TÉCNICOS	02	020121	0	A042		1/2018	12/2018						0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00
2 511 2018	1508				PRÉMIOS LITERÁRIOS	02	040802	0	A043		1/2018	12/2018						0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
2 512					PATRIMÓNIO CULTURAL													0,00	91 000,00	91 000,00	0,00	14 864,00	14 864,00	0,00	0,00	0,00	105 864,00
2 512 2004	105521				PARQUE DOS POETAS	02	020225	0	A007		1/2004	12/2018						0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
2 512 2004	105530				PUBLICAÇÃO DE UM NUMERO DA SÉRIE E DE UM NÚMERO ESPECIAL DOS "ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OIRAS"	02	020118	0	A041		1/2004	12/2019						0,00	100,00	100,00	0,00	5 300,00	5 300,00	0,00	0,00	0,00	5 400,00
2 512 2004	105531				AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	02	020225	0	A041		1/2004	12/2019						0,00	47 900,00	47 900,00	0,00	9 564,00	9 564,00	0,00	0,00	0,00	57 464,00

Objeto	Programa	Projeto		Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental			Forma Realiz			Fonte Financiamento			Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano	Nr.			Org.	Económica	%	AC	AA	FC	Resp.	Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)	Ano Corrente 2018			Anos Seguintes					
																Financ. definido (c)			Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
2 512 2005 105976					PATRIMÓNIO HISTÓRICO-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	02	020220	0	A042	1/2005	12/2018	0,00	33 000,00	33 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 000,00		
2 512 2014 1334					PARQUE DOS POETAS - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	02	020225	0	A007	1/2014	12/2018	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00		
2 521					DESPORTO, RECREIOS E LAZER							0,00	2 413 360,00	2 413 360,00	0,00	333 088,00	277 501,00	25 001,00	5 001,00	3 063 951,00				
2 521 2004 104836					COMEMORAÇÕES, OFERTAS E CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS	02	020115	0	A013	1/2004	12/2018	0,00	149 560,00	149 560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 560,00		
2 521 2004 104837					AQUISIÇÃO DE ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	02	020119	0	A013	1/2004	12/2018	0,00	10 500,00	10 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 500,00		
2 521 2004 105574					AQUIS PRÉMIOS P/INIATIVAS DESPORTIVAS	02	020115	0	A046	1/2004	12/2018	0,00	15 500,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00		
2 521 2004 105578					APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - SUBSÍDIOS PARA ACTIVIDADES	02	040701	0	A046	1/2004	12/2018	0,00	850 000,00	850 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850 000,00		
2 521 2004 105592					AQUIS MATERIAL E EQUIP DESPORTIVO	02	020120	0	A046	1/2004	12/2018	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00		
2 521 2006 106065					PROMOÇÃO E PUBLICIDADE MUNICIPAL EM SUPORTES DIVERSOS	02	020217	0	A013	1/2006	12/2018	0,00	107 500,00	107 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107 500,00		
2 521 2006 106197					PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DE FORMAÇÃO	02	020225	0	A046	1/2006	12/2019	0,00	240 000,00	240 000,00	0,00	15 587,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255 587,00		
2 521 2006 106199					CONTRATO PROGRAMA OEIRAS VIVA	02	04010101	0	A046	1/2006	12/2018	0,00	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300 000,00		
2 521 2007 106304					PROJECTOS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA JUVENTUDE - AQ DE SERVIÇOS	02	020225	0	A045	1/2007	12/2020	0,00	185 000,00	185 000,00	0,00	190 000,00	190 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	565 000,00		
2 521 2009 1144					MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	02	020120	0	A045	1/2009	12/2020	0,00	12 500,00	12 500,00	0,00	12 500,00	12 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37 500,00		
2 521 2014 1356					LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	02	020208	0	A018	1/2014		0,00	370 000,00	370 000,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	370 004,00		
2 521 2016 1379					PROJETOS FRENTE MARÍTIMA	02	020214	0	A033	1/2016		0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	110 000,00	70 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	240 000,00		
2 521 2016 1392					ALUGUER DE EQUIPAMENTOS(CONTENTORES,SANITÁRIOS,BA IAS,STANDS,ETC)	02	020208	0	A036	1/2016		0,00	7 800,00	7 800,00	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	27 800,00		
2 521 2016 1395					ATIVIDADES DESPORTIVAS - OUTROS BENS	02	020121	0	A046	1/2016	12/2018	0,00	35 000,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 000,00		
2 521 2016 1396					ALUGUER DE EQUIPAMENTOS	02	020208	0	A046	1/2016	12/2018	0,00	80 000,00	80 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80 000,00		
3					FUNÇÕES ECONÓMICAS							0,00	6 850 809,00	6 850 809,00	0,00	5 971 053,00	5 424 471,00	4 860 000,00	2 330 000,00	25 436 333,00				
3 211					ILUMINAÇÃO PÚBLICA							0,00	2 850 888,00	2 850 888,00	0,00	3 390 259,00	4 000 000,00	4 000 000,00	1 500 000,00	15 741 147,00				
3 211 2004 105628					ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSUMOS	02	020225	0	A035	1/2004		0,00	2 100 000,00	2 100 000,00	0,00	3 340 259,00	3 500 000,00	3 500 000,00	1 000 000,00	13 440 259,00				
3 211 2011 1283					FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	02	020225	0	A035	1/2011		0,00	750 888,00	750 888,00	0,00	50 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	2 300 888,00				
3 311					REDE VIÁRIA							0,00	279 046,00	279 046,00	0,00	255 074,00	220 000,00	30 000,00	0,00	784 120,00				
3 311 2016 1377					PROJETOS ESPAÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURAS	02	020214	0	A033	1/2016		0,00	169 155,00	169 155,00	0,00	105 074,00	100 000,00	10 000,00	0,00	384 229,00				

Orçamento Atividades Mais Relevantes

Ano

2018

Objeto	Programa	Projeto	Ano	Nr.	Sub Ação	Designação	Classificação Orçamental		Forma Realiz			Fonte Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases Exec.	Realizado	Despesas				Total Previsto (j)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
							Org.	Económica	%	AC	AA	FC	Início	Fim		Ano Corrente 2018				Anos Seguintes				
																Total (b)=(c)+(d)	Financ. definido (c)			Financ. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	
4	312	2007	106375			ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS A DIVERSAS ENTIDADES	02	040701	0	A029	1/2007	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	80 000,00
4	312	2016	1451			APOIO À EXPOSIÇÃO QUADROS (BRASIL)	02	040802	0	A007	1/2016	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00

Total	Despesas		Anos Seguintes			Total Previsto
	Financiamento definido	Financiamento não definido	2019	2020	2021	
108.154.557,00	108.154.557,00	0,00	87.169.149,00	86.193.195,00	34.183.379,00	115.251.560,00
						539.106.397,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Previsões Iniciais</i>
	Receita Corrente	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	91.765.980,00
0102	OUTROS	91.765.980,00
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	29.776.120,00
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	14.705.530,00
010204	IMPOSTO MUNICIPAL S/ TRANSACÇÕES ONEROSAS IMÓVEIS	32.356.710,00
010205	DERRAMA	14.877.220,00
010207	IMPOSTOS ABOLIDOS	43.260,00
01020701	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	5.720,00
01020702	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	37.540,00
010299	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	7.140,00
01029901	IMPOSTOS ESPECIAL	7.140,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	2.082.020,00
0202	OUTROS	2.082.020,00
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS AUTARQUIAS LOCAIS	2.082.020,00
02020601	MERCADOS E FEIRAS	10,00
02020602	LOTEAMENTOS E OBRAS	1.072.290,00
02020603	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	322.960,00
02020605	PUBLICIDADE	161.220,00
02020699	OUTROS	525.540,00
0202069901	TMDP	106.250,00
0202069902	TDFTH	10,00
0202069903	TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL	10,00
0202069904	TAXA TURISTICA	10,00
0202069905	TAXA DE GESTÃO DE RESIDUOS - TGR	10,00
0202069999	OUTROS	419.250,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2.272.660,00
0401	TAXAS	1.856.230,00
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1.856.230,00
04012301	MERCADOS E FEIRAS	10,00
04012302	LOTEAMENTOS E OBRAS	1.634.950,00
04012303	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	91.110,00
04012305	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	10,00
04012306	SANEAMENTO	10,00
04012307	ARRENDAMENTO URBANO	10,00
04012399	OUTRAS	130.130,00
0401239901	TDFTH	10,00
0401239903	TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL	10,00
0401239904	TAXA TURISTICA	10,00
0401239905	TAXA DE GESTÃO DE RESIDUOS - TGR	10,00
0401239999	OUTRAS	130.090,00
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	416.430,00
040201	JUROS DE MORA	268.690,00
040202	JUROS COMPENSATÓRIOS	20.420,00
040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES	89.690,00
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	37.630,00
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	3.392.580,00
0501	JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS	20,00
050101	PÚBLICAS	10,00
050102	PRIVADAS	10,00
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	227.770,00
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	227.760,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Previsões Iniciais</i>
050202	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	10,00
0507	DIVIDEN./PARTICIP. LUCROS SOC. E QUASE-SOC.N.FIN.	9.770,00
050701	EMPRESAS PÚBLICAS	10,00
050702	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	9.740,00
050703	EMPRESAS PRIVADAS	10,00
050799	OUTRAS	10,00
0509	PARTICIPAÇÕES LUCROS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3.000.030,00
050901	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	10,00
050902	ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIAS	10,00
050903	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	3.000.000,00
050999	OUTRAS	10,00
0510	RENDAS	154.990,00
051001	TERRENOS	154.980,00
051099	OUTROS	10,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.307.820,00
0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	40,00
060101	PÚBLICAS	30,00
06010101	EMPRESAS PÚBLICAS	10,00
06010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	10,00
06010199	OUTRAS	10,00
060102	PRIVADAS	10,00
0602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	75.970,00
060201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	10,00
060202	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	75.960,00
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	30.231.770,00
060301	ESTADO	30.113.560,00
06030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	10,00
06030102	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	10,00
06030103	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	18.613.530,00
06030106	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (MEC)	11.500.000,00
06030199	OUTRAS	10,00
060306	ESTADO - PARTICIP.COMUNITÁRIA PROJECTOS CO-FINANC.	20,00
06030601	FSE	10,00
06030602	FEDER	10,00
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	118.190,00
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	10,00
060501	CONTINENTE	10,00
0607	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10,00
060701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10,00
0608	FAMÍLIAS	10,00
060801	FAMÍLIAS	10,00
0609	RESTO DO MUNDO	10,00
060901	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	10,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	19.264.210,00
0701	VENDA DE BENS	92.290,00
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	7.420,00
070105	BENS INUTILIZADOS	10,00
070107	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	81.220,00
070110	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	10,00
070199	OUTROS	3.630,00
0702	SERVIÇOS	11.855.100,00
070201	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	310,00
070203	VISTORIAS E ENSAIOS	10,00
070204	SERVIÇOS DE LABORATÓRIO	10,00
070206	REPARAÇÕES	10,00
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREAT., CULTURAIS E DESPORTO	90.310,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Previsões Iniciais</i>
07020801	SERVIÇOS SOCIAIS	10,00
07020802	SERVIÇOS RECREATIVOS	12.040,00
0702080299	OUTROS	12.040,00
07020803	SERVIÇOS CULTURAIS	45.540,00
0702080301	TURISMO SÉNIOR	220,00
0702080399	OUTROS	45.320,00
07020804	SERVIÇOS DESPORTIVOS	32.720,00
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	11.526.200,00
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS	9.746.430,00
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	10,00
07020905	CEMITÉRIOS	314.630,00
07020906	MERCADOS E FEIRAS	318.540,00
07020999	OUTROS	1.146.590,00
0702099901	LIVRETES E CHAPAS VEÍCULOS	10,00
0702099902	OUTROS ENCARGOS	76.100,00
0702099903	PARTICIPAÇÕES EMOLUMENTAR FUNCIONÁRIO	10,00
0702099904	SENHAS REFEIÇÕES ESCOLAS	967.110,00
0702099905	OUTRAS COMPENS. SERVIÇOS PRESTADOS	103.360,00
070299	OUTROS	238.250,00
0703	RENDAS	7.316.820,00
070301	HABITAÇÕES	2.334.940,00
070302	EDIFÍCIOS	1.528.200,00
070399	OUTRAS	3.453.680,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	676.350,00
0801	OUTRAS	676.350,00
080199	OUTRAS	676.350,00
08019902	INDEMN. ESTRAGOS PROVOC. VIATURAS OU OUTROS EQUIP.	33.100,00
08019999	DIVERSAS	643.250,00
	Receitas Correntes	149 761 620,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Previsões Iniciais</i>
	Receita Capital	
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	162.350,00
0901	TERRENOS	71.210,00
090101	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
090110	FAMÍLIAS	71.200,00
0902	HABITAÇÕES	73.940,00
090201	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
090209	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10,00
090210	FAMÍLIAS	73.920,00
0903	EDIFÍCIOS	30,00
090301	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
090309	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10,00
090310	FAMÍLIAS	10,00
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	17.170,00
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	17.170,00
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	16.880,00
09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	280,00
09040103	OUTROS	10,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.408.750,00
1001	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	40,00
100101	PÚBLICAS	30,00
10010101	EMPRESAS PÚBLICAS	10,00
10010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	10,00
10010199	OUTRAS	10,00
100102	PRIVADAS	10,00
1002	SOCIEDADES FINANCEIRAS	20,00
100201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	10,00
100202	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	10,00
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.408.650,00
100301	ESTADO	177.240,00
10030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	10,00
10030106	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (MEC)	6.500,00
10030199	OUTRAS	170.730,00
100307	ESTADO - PARTICIP. COMUNITÁRIA PROJECTOS CO-FIN.	1.231.400,00
10030701	FSE	10,00
10030702	FEDER	1.231.390,00
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	10,00
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	10,00
100501	CONTINENTE	10,00
1007	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10,00
100701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10,00
1008	FAMILIAS	10,00
100801	FAMILIAS	10,00
1009	RESTO DO MUNDO	10,00
100901	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	10,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	20,00
1106	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	10,00
110601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
1110	ALIENAÇÃO PARTES SOCIAIS EMPRESAS	10,00
111001	SOCIEDADES Q QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	20,00
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	10,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Previsões Iniciais</i>
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	10,00
1207	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	10,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.590,00
1301	OUTRAS	30.590,00
130101	INDEMNIZAÇÕES	10,00
130102	ACTIVOS INCORPÓREOS	10,00
130199	OUTRAS	30.570,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00
	Receitas Capital	1 601 740,00

Receitas Correntes	149 761 620,00
Receitas Capital	1 601 740,00
Total	151.363.360,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

	Classificação Económica	Valor em Euros
Código	Descrição	Dotações Iniciais
	Despesa Corrente	
	Assembleia Municipal	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	132 100,00
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	132 100,00
010204	AJUDAS DE CUSTO	300,00
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	131 800,00
01021303	SENHAS DE PRESENÇA	131 800,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8 000,00
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	8 000,00
020210	TRANSPORTES	300,00
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	7 700,00
	Sub Total : Assembleia Municipal	140 100,00
	Câmara Municipal	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	44 489 903,00
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	32 985 300,00
010101	TITULARES ÓRGÃOS SOBERANIA E MEMB ÓRG AUTÁRQUICOS	211 400,00
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME CONTINDIVIDTRABALHO	22 329 500,00
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	21 519 500,00
01010402	ALTER.OBRIGATÓRIAS POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	210 000,00
01010403	ALTER.FACULTATIVAS POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	100 000,00
01010404	RECRUTAMENTO PESSOAL NOVOS POSTOS DE TRABALHO	500 000,00
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	415 300,00
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	315 100,00
01010604	RECRUTAMENTO PESSOAL PARA NOVOS POSTOS TRABALHO	100 200,00
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	764 400,00
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	24 300,00
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	1 942 100,00
010111	REPRESENTAÇÃO	154 200,00
010112	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	120 600,00
010113	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	2 492 400,00
01011301	PESSOAL DOS QUADROS	2 311 900,00
01011302	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	174 400,00
01011303	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	6 100,00
010114	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL	4 281 500,00
01011401	PESSOAL DOS QUADROS	3 732 400,00
0101140101	SUBSIDIO DE FERIAS	1 879 300,00
0101140102	SUBSIDIO DE NATAL	1 853 100,00
01011402	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	549 100,00
0101140201	SUBSIDIO DE FERIAS	283 900,00
0101140202	SUBSIDIO DE NATAL	265 200,00
010115	REMUNERAÇÕES DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	249 600,00
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	2 322 402,00
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	72 300,00
010204	AJUDAS DE CUSTO	11 800,00
010205	ABONO PARA FALHAS	124 800,00
010206	FORMAÇÃO	2 400,00
010210	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO	97 700,00
010211	SUBSÍDIO DE TURNO	1 008 800,00
010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	14 200,00
01021201	ABONO DEVIDO A CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	14 200,00
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	18 602,00

	Classificação Económica	Valor em Euros
Código	Descrição	Dotações Iniciais
01021301	PRÉMIOS DE DESEMPENHO	1,00
01021302	OUTROS	1,00
01021303	SENHAS DE PRESENÇA	18 600,00
010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	971 800,00
0103	SEGURANÇA SOCIAL	9 182 201,00
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	1 508 900,00
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇA E JOVENS	111 100,00
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	7 400,00
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	7 431 900,00
01030501	ASSIST DOENÇA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	4 900,00
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	7 235 200,00
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	3 856 700,00
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	3 378 500,00
01030503	OUTROS	191 800,00
010306	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	112 901,00
01030601	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1,00
01030602	OUTRAS DESPESAS	112 900,00
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	10 000,00
01031001	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	10 000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	45 868 253,00
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	4 578 171,00
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1 157 100,00
02010201	GASOLINA	26 600,00
02010202	GASÓLEO	1 066 000,00
02010299	OUTROS	64 500,00
020104	LIMPEZA E HIGIENE	36 000,00
020106	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	48 500,00
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	395 000,00
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	114 773,00
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	31 800,00
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	682 200,00
020114	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	53 437,00
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	167 560,00
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	33 500,00
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	5 100,00
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	10 500,00
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	142 400,00
020121	OUTROS BENS	1 700 301,00
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	41 290 082,00
020201	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	3 612 000,00
020202	LIMPEZA E HIGIENE	247 000,00
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	8 077 087,00
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	990 000,00
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	780 500,00
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	635 300,00
020209	COMUNICAÇÕES	85 200,00
020210	TRANSPORTES	384 100,00
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	45 000,00
020212	SEGUROS	700 000,00
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	108 200,00
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	2 280 509,00
020215	FORMAÇÃO	220 000,00
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	123 700,00
020217	PUBLICIDADE	536 718,00
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	965 000,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dotações Iniciais</i>
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	21 000,00
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	5 241 253,00
020222	SERVIÇOS DE SAUDE	178 800,00
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	2 292 000,00
020225	OUTROS SERVIÇOS	13 766 715,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 902 676,00
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	685 730,00
040101	PÚBLICAS	685 730,00
04010101	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	300 000,00
04010102	OUTRAS	385 730,00
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2 933 500,00
040301	ESTADO	2 699 000,00
040305	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	234 500,00
04030501	OUTROS	234 500,00
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2 300 000,00
040501	CONTINENTE	2 300 000,00
04050102	FREGUESIAS	2 300 000,00
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	8 370 596,00
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	8 370 596,00
0408	FAMÍLIAS	612 850,00
040802	OUTRAS	612 850,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 562 625,00
0602	DIVERSAS	1 562 625,00
060201	IMPOSTOS E TAXAS	441 025,00
06020101	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELAS AUTARQUIAS	441 025,00
0602010101	TAXA DE GESTÃO DE RESIDUOS - TGR	341 025,00
0602010199	OUTRAS	100 000,00
060203	OUTRAS	1 121 600,00
06020301	OUTRAS RESTITUIÇÕES	20 000,00
06020302	IVA PAGO	210 000,00
06020305	OUTRAS	891 600,00
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	776 000,00
	Sub Total : Câmara Municipal	106 823 457,00
	Operações Financeiras	
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 141 000,00
0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	30 000,00
030103	SOC FINANC - BANCOS E OUTRAS INSTIT FINANCEIRAS	30 000,00
03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	30 000,00
0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	10 000,00
030201	DESPESAS DIVERSAS	10 000,00
0305	OUTROS JUROS	1 101 000,00
030502	OUTROS	1 101 000,00
03050202	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 000,00
03050299	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 100 000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50 000,00
0602	DIVERSAS	50 000,00
060203	OUTRAS	50 000,00
06020304	JUROOS E OUTROS ENCARGOS	50 000,00
	Sub Total : Operações Financeiras	1 191 000,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dotações Iniciais</i>
	Sub Total : Despesas Correntes	108 154 557,00

	Classificação Económica	Valor em Euros
Código	Descrição	Dotações Iniciais
	Despesa Capital	
	Câmara Municipal	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	35 150 013,00
0701	INVESTIMENTOS	24 853 110,00
070101	TERRENOS	5 149 500,00
070102	HABITAÇÕES	3 424 387,00
07010201	CONSTRUÇÃO	5 000,00
07010203	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	3 419 387,00
070103	EDIFÍCIOS	7 762 043,00
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	1 637 843,00
07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	100 000,00
07010305	ESCOLAS	2 858 000,00
07010306	LARES DE TERCEIRA IDADE	1 556 200,00
07010307	OUTROS	1 610 000,00
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	2 842 237,00
07010401	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	80 000,00
07010405	PARQUES E JARDINS	1 918 011,00
07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	391 173,00
07010409	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	451 553,00
07010413	OUTROS	1 500,00
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	1 827 137,00
07010601	RECOLHA DE RESÍDUOS	421 400,00
07010602	OUTRO	1 405 737,00
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	720 100,00
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	1 359 500,00
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	496 800,00
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	1 271 056,00
07011001	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS	86 736,00
07011002	OUTRO	1 184 320,00
070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	350,00
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	10 296 903,00
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS	10 296 903,00
07030301	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	8 342 114,00
07030304	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	290 000,00
07030305	PARQUES E JARDINS	40 000,00
07030306	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	399 151,00
07030313	OUTROS	1 225 638,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 581 790,00
080301	ESTADO	6 500,00
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 200 000,00
080501	CONTINENTE	1 200 000,00
08050102	FREGUESIAS	1 200 000,00
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	3 372 790,00
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	3 372 790,00
0808	FAMÍLIAS	2 000,00
080802	OUTRAS	2 000,00
0809	RESTO DO MUNDO	500,00
080903	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	500,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	776 000,00
090802	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	776 000,00

	<i>Classificação Económica</i>	<i>Valor em Euros</i>
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dotações Iniciais</i>
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1 000,00
1102	DIVERSAS	1 000,00
110201	RESTITUIÇÕES	1 000,00
	Sub Total : Câmara Municipal	40 508 803,00
	Operações Financeiras	
10	PASSIVOS FINANCEIROS	2 700 000,00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	2 700 000,00
100603	SOC FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INST FINANCEIRAS	2 700 000,00
	Sub Total : Operações Financeiras	2 700 000,00
	Sub Total : Despesas Capital	43 208 803,00

		Orgânica		
		Despesa Correntes	Despesas Capital	Total
01	Assembleia Municipal	140 100,00	0,00	140 100,00
02	Câmara Municipal	106 823 457,00	40 508 803,00	147 332 260,00
03	Operações Financeiras	1 191 000,00	2 700 000,00	3 891 000,00
Total		108 154 557,00	43 208 803,00	151 363 360,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

CGOP

MEDIDAS DE **O**RIENTAÇÃO PARA A **E**XECUÇÃO **O**RÇAMENTAL

2018

MEDIDAS DE ORIENTAÇÃO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE OEIRAS PARA O ANO DE 2018

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO

Artigo 1.º - Objeto e âmbito

1. O presente articulado contém as medidas aplicáveis à execução do Orçamento do Município de Oeiras para o ano de 2018, em conformidade com as disposições constantes dos seguintes diplomas legais, na sua redação atual
 - a) Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro e alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI;
 - b) Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pelo Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-lei n.ºs 315/2000, de 2 de dezembro, e 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, doravante designado por POCAL;
 - c) Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, doravante designada por LCPA;

- d) Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterada pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e republicada pelo Decreto-lei nº 99/2015, de 2 de junho, que estabeleceu os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação;
 - e) Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que aprovou a Lei de Enquadramento Orçamental, doravante designada por LEO.
2. Na execução do orçamento do Município de Oeiras devem ser cumpridos os princípios e regras orçamentais definidos no n.º 2 do artigo 3.º do RFALEI, nos pontos 2.3. n.º 2, 2.3.4.2. e 3. do POCAL e, com as devidas adaptações.
 3. Sem prejuízo do disposto no presente articulado, são também aplicáveis as disposições constantes do Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município de Oeiras, aprovado nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal datadas de 13 de Setembro e 18 de dezembro de 2006, respetivamente, e do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 14 de agosto de 2012.

CAPÍTULO II

GESTÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS

Artigo 2.º - Transferências do Orçamento do Estado

1. As opções do presente orçamento municipal, no que concerne à perceção de receitas provenientes do Orçamento do Estado para 2018 (OE), encontram-se naturalmente condicionadas às correspondentes transferências previstas para o Município de Oeiras, bem como às posteriores retificações, revisões ou alterações do OE.

2. As despesas, constantes do orçamento municipal para 2018, encontram-se condicionadas às receitas efetivamente transferidas nos termos do número anterior, bem como à efetiva percepção de receitas próprias.

Artigo 3.º - Utilização de dotações orçamentais

1. Durante o ano de 2018 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a muito curto prazo, ao abrigo do disposto na LCPA.
2. As dotações orçamentais são afetas, em primeira instância, aos compromissos e à dívida transitados do ano anterior.
3. A utilização das dotações orçamentais deve ser enquadrada numa lógica de contenção, rigor e permanente avaliação e adequação das prioridades municipais.

Artigo 4.º - Execução orçamental

1. Os eleitos locais e os dirigentes das unidades orgânicas são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade, e tomam as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção da despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal.
2. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga à instituição das seguintes regras:
 - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2017 e não pagos, de acordo com o plano de assunção da despesa indicado pelo serviço responsável e com o disposto no artigo 8.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.
 - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos contratualizados para 2018, de acordo com o plano de assunção da despesa indicado pelo serviço responsável e com o disposto no artigo 8.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

3. A DGF assegura a previsão e a dotação da dívida transitada, com referência até ao dia 31 de dezembro de 2017, sendo da responsabilidade de cada serviço a cobertura orçamental de todos os compromissos não executados.
4. A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.
5. Para efeitos do cumprimento do disposto no número anterior, no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.

Artigo 5.º - Taxa de Execução Orçamental

1. Os serviços devem garantir, no final de cada ano, a execução de pelo menos 85% do valor da receita prevista e da despesa dotada, sob pena do Município incumprir o limite da dívida total, consagrado no artigo 52.º da RFALEI.
2. Sempre que se verifique uma taxa de execução inferior a 85%, em qualquer uma das componentes, receita ou despesa, durante dois anos consecutivos, o DAGF procede ao ajustamento dos valores apresentados pelos serviços em sede de elaboração dos documentos previsionais, a fim de garantir o cumprimento do limite da dívida total e a eficiente execução orçamental.

Artigo 6.º - Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano

1. A Câmara Municipal toma as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir a satisfação das necessidades coletivas de acordo com critérios de economia, eficácia e eficiência, no estrito cumprimento do disposto nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, e atendendo às seguintes regras:
 - a) As dotações inscritas no Orçamento participadas por Fundos Comunitários não podem ser utilizadas para reforço de outras iniciativas municipais.

- b) As alterações ao Orçamento Municipal devem ocorrer, preferencialmente, entre rubricas económicas do mesmo serviço municipal e, sempre que se verifique essa impossibilidade, devem ocorrer entre serviços pertencentes ao mesmo Departamento sendo sempre sujeitas a autorização prévia do Vereador do respetivo pelouro.
 - c) Excecionalmente, podem ocorrer alterações orçamentais entre serviços de diferentes Departamentos, desde que o pedido seja devidamente documentado e fundamentado, sendo sujeito a autorização prévia do Presidente da Câmara.
2. Compete à DGF a análise técnica dos pedidos de modificação orçamental efetuados pelos serviços, efetuando os ajustamentos necessários em articulação com os serviços.
 3. Se, por questões de calendário, a articulação referida no número anterior não for possível, a DGF adota a solução técnica mais adequada, reportando posteriormente ao serviço, e, se necessário, efetuando correção em modificação orçamental subsequente.
 4. As propostas de modificações orçamentais, são acompanhadas de mapa específico que ateste o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, com exceção das que compreendem apenas valores relativos a anos futuros.

Artigo 7.º - Calendário das Modificações Orçamentais

1. O calendário das modificações orçamentais é divulgado no início do ano na página da intranet do Município de Oeiras e deve ser estritamente observado por todos os intervenientes. Os pedidos de modificação orçamental devem ser remetidos à DGF, até às 17h da sexta feira imediatamente anterior à data da reunião de câmara onde conste a proposta de modificação orçamental, de modo a permitir a sua análise técnica.

2. Os pedidos recebidos pela DGF fora dos prazos acima indicados, implicam que a sua análise técnica e agendamento se efetue no âmbito da modificação orçamental seguinte.
3. O agendamento das propostas de alterações orçamentais está sujeito ao cumprimento dos trâmites definidos pelo Regimento da Câmara Municipal de Oeiras.

CAPÍTULO III

RECEITA

Artigo 8.º - Atualização de valores

A atualização dos valores da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município é efetuada nos termos do disposto no artigo 31º do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.

Artigo 9.º - Liquidação, Arrecadação e Cobrança de Receitas

1. Nenhuma receita pode ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. É proibida a arrecadação de quaisquer receitas municipais sem o registo da respetiva liquidação, sob pena de responsabilidade disciplinar.
3. A liquidação, a arrecadação e a cobrança de taxas e outras receitas municipais são efetuadas de acordo com o Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras e a Norma de Controlo Interno.
4. No momento da liquidação ou arrecadação da receita, os serviços devem verificar os normativos legais e regulamentares de suporte e solicitar aos particulares a exibição do respetivo Número de Identificação Fiscal.

5. Às isenções e reduções de taxas, preços e demais receitas aplica-se o regime previsto no Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.
6. As Isenções e as reduções, referidas no número anterior são obrigatoriamente comunicadas à DGF, pelo gestor do respetivo processo, para que esta unidade orgânica as possa elencar e quantificar, designadamente para efeitos de apuramento de custos municipais.
7. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro são contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e mantidas em conta corrente.

Artigo 10.º - Revisão do ato de liquidação

A revisão de qualquer ato de liquidação efetua-se nos termos do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, e é autorizada pelo serviço competente.

Artigo 11.º - Pagamento em Prestações

Os pedidos de pagamento em prestações são efetuados e autorizados nos termos do disposto no Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, excluindo-se os relativos aos processos de execução fiscal, os quais têm natureza judicial.

Artigo 12.º - Anulação e Restituição de Receita

1. A anulação ou restituição da receita é efetuada pelo posto emissor, tendo por base informação devidamente fundamentada contendo os dados necessários para o processamento do pagamento, nomeadamente, Nome, NIF, NIB, Morada, fatura ou guia de recebimento, bem como o despacho de autorização exarado pelo órgão com competência para o efeito.
2. Visando a simplificação processual, exclui-se a necessidade de despacho de autorização exarado pelo órgão competente, para procedimentos de anulação ou

de restituição de montantes iguais ou inferiores a 1.000,00€ (mil euros), sendo o respetivo procedimento conduzido pela DGF, os quais se processem nos seguintes termos:

- a) A anulação de receita, resultante da devolução de cheques por entidade bancária, devido a falta de provisão, é instruída com uma informação elaborada pela Tesouraria, para conhecimento do dirigente máximo da área financeira.
 - b) A restituição de receita carece de informação prévia e fundamentada do posto emissor com despacho de autorização do respetivo dirigente que detém competência própria ou delegada para autorização da despesa.
3. Nos casos de erros ou omissões, resultantes nomeadamente de situações de erro de cálculo, escrita ou lapso, a receita irregularmente registada pode ser regularizada no próprio dia pelo posto emissor.

Artigo 13.º - Receita Consignada

1. Os serviços devem enviar à UPOC, assim que aprovado, informação relativa a qualquer candidatura a financiamento externo, de forma a permitir um cabal acompanhamento por este Departamento.
2. Os serviços responsáveis pela execução física e financeira dos projetos com financiamento externo devem:
 - a) Assegurar que toda a despesa associada a estes projetos, com ou sem contrato escrito, dá lugar à abertura de contrato contabilístico e a uma ordem de pagamento da despesa;
 - b) Identificar a fonte de financiamento em todos os documentos de despesa, de forma bem visível, através de aposição manuscrita ou de carimbo sempre que tal for requerido pelos normativos aplicáveis.
 - c) Garantir que os processos de despesa são acompanhados de uma declaração, atestando designadamente:

- i. A inexistência de outra fonte de financiamento para a despesa apresentada;
 - ii. A conformidade da despesa com todos os procedimentos legais aplicáveis, em matéria de contratação pública, concorrência, igualdade de oportunidades, ambiente e publicidade dos apoios
 - iii. A elegibilidade da despesa face aos critérios de seleção aprovados, à regulamentação específica e ao aviso de apresentação de candidatura.
3. Mensalmente é remetido pelo serviço competente à UPOC um relatório de execução de cada operação, que deve incluir nomeadamente:
- a) A especificação dos valores executados, com a identificação da ação do plano;
 - b) A previsão de despesa para os meses seguintes;
 - c) A justificação qualitativa dos níveis de execução atingidos;
 - d) A listagem das faturas enviadas para liquidação à DGF que ainda estejam pendentes para pagamento.

Artigo 14.º - Cauções

1. No âmbito de processos de empreitada de obras públicas, aquisição de bens e serviços, licenciamento, execução fiscal, entre outros, os serviços que recebem cauções ou outras formas de garantia legalmente admissíveis, devem utilizar para o efeito o modelo anexo ao Código dos Contratos Públicos.
2. Os serviços, devem ficar com uma cópia no seu processo administrativo e remeter o original, de imediato, à DGF para efeitos de depósito e registo, sendo posteriormente remetido à Tesouraria, ficando à guarda do Tesoureiro.
3. Os serviços são ainda responsáveis pelo reforço de caução quando legalmente exigível.

4. Cabe à DGF registar contabilisticamente o recebimento, o reforço e a redução das cauções, bem como a respetiva liberação.
5. A liberação ou redução de cauções deve ser antecedida de emissão de pronúncia do GCAJ, a solicitar pelo serviço responsável, nomeadamente para verificação prévia de pedidos pendentes de responsabilidade civil apresentados por particulares ao Município de Oeiras que possam eventualmente vir a ser cobertos, à data do pedido, por seguros, cauções ou outro tipo de garantia prestados a favor dos particulares.
6. Para efeitos de liberação ou redução de caução, o serviço responsável deve enviar à DGF informação fundamentada, que expressamente identifique a caução e o respetivo processo, bem como ateste o cumprimento do regime de liberação, nos termos do contrato e da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

DESPESA

Artigo 15.º - Realização de Despesa

1. As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respetivamente.
2. As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.
3. Face à excecionalidade da antecipação de fundos, prevista no artigo 4.º da LCPA, os compromissos devem atender às regras previstas no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.
4. A despesa que não for paga até ao final de 2017, é automaticamente cabimentada e comprometida em 2018, até à concorrência da dotação disponível, sem ser

necessária a revalidação da autorização da despesa por parte do serviço responsável.

5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até aquela data, ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. A despesa incorreta ou excessivamente processada, e paga deve ser regularizada contabilisticamente, nos seguintes termos:
 - a. Reposição abatida aos pagamentos, quando o pagamento originário tenha ocorrido no mesmo exercício orçamental;
 - b. Reposição não abatida aos pagamentos, quando o pagamento originário tenha ocorrido em anos orçamentais anteriores.

Artigo 16.º - Processos de Despesa

1. Aquando da abertura de processos de despesa, os serviços devem indicar a respetiva rubrica das GOP, respeitando os procedimentos internos estipulados pela Divisão de Contratação Pública, com recurso a aplicação informática específica para o efeito.
2. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências, bem como as propostas de adjudicação de bens e serviços, têm que ser acompanhadas de declaração que ateste a situação contributiva e tributária do beneficiário, ou, em alternativa, de autorização para a sua consulta nos termos legais.
3. No último trimestre do ano, os serviços apenas podem desenvolver processos de despesas que sejam manifestamente necessários e imprescindíveis para o seu normal funcionamento, pelo que só devem ser autorizadas as despesas fundamentadas pelos respetivos dirigentes das unidades orgânicas requisitantes, autorizadas pelo Vereador do Pelouro.

4. Os serviços devem obrigatoriamente proceder à revisão dos compromissos assumidos durante o exercício orçamental, comunicando à DGF quais os processos e montantes a regularizar, até data a definir oportunamente.

Artigo 17.º - Compromissos plurianuais

1. Os procedimentos de despesa que dão lugar a encargo orçamental em ano económico que não seja o da sua realização, carecem de autorização prévia da Assembleia Municipal, que tacitamente também aprova a adjudicação e consequentemente o compromisso plurianual que deles decorra.
2. A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pode ser conferida pela Assembleia Municipal aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.
3. Se no decorrer da execução orçamental, uma reprogramação implicar uma alteração do montante global da despesa, então está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, podendo a mesma ser conferida através de uma revisão Orçamental.
4. A autorização prévia de compromisso plurianual para procedimento de despesa que não exceda o valor de 99.760€ (noventa e nove mil, setecentos e sessenta euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, pode ser delegada no Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA.
5. No caso de existir assunção de compromissos plurianuais, tem que ser efetuada a divisão de encargos por cada um dos anos seguintes.

Artigo 18.º - Conferência e Registo da Despesa

1. A conferência e registo da despesa efetua-se de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes

2. A conferência e registo da despesa são efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela DGF e pela Divisão de Recursos Humanos (DRH), nos seguintes termos:
 - a) O registo das operações de cabimento, compromisso, processamento de faturas e liquidação de despesas é assegurado pela DGF, nos termos do Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município de Oeiras, em vigor para 2018;
 - b) O processamento das despesas com pessoal é assegurado pela DRH.

Artigo 19.º - Processamento de faturas

1. O documento comprovativo de uma obrigação para com terceiros, no caso da transmissão de bens ou da prestação de serviços, é uma fatura, emitida pelo fornecedor ou prestador, sob a forma legal, nos termos do artigo 36.º do Código do Imposto Sobre Valor Acrescentado.
2. Compete ao serviço requisitante informar o fornecedor ou prestador de que a fatura deve ser emitida em nome do Município de Oeiras e enviada ao cuidado da DGF, com expressa indicação da Requisição Externa que lhe deu origem, bem como do respetivo número de compromisso.
3. As faturas que não possuam todos os elementos obrigatórios, nos termos do n.º 5 do artigo 36.º do CIVA e do constante no número anterior, não são aceites e são devolvidas ao respetivo fornecedor ou prestador.
4. Compete ao serviço requisitante conferir a fatura do fornecedor ou prestador, com a requisição externa e guia de remessa.
5. A conferência da fatura pelo serviço requisitante deve incluir:
 - i. A confirmação de que o fornecedor está a faturar o que foi encomendado e rececionado, e de acordo com condições previamente definidas;

- ii. A verificação de que os cálculos da fatura estão aritmeticamente corretos;
 - iii. A verificação de que a intervenção, projeto ou ação objeto de faturação tenha o correspondente código do bem ou serviço aplicável.
- 6. A conferência da fatura pela DGF deve incluir:
 - i. A confirmação de todos os elementos obrigatórios da fatura;
 - ii. A verificação de que as retenções obrigatórias estão refletidas, designadamente no caso de empreitadas, de profissionais liberais ou de não residentes;
 - iii. A confirmação de que os cálculos da fatura estão aritmeticamente corretos;
 - iv. A confirmação de que a intervenção, projeto ou ação objeto de faturação tenha o correspondente código do bem ou serviço aplicável.
- 7. Os serviços requisitantes devem remeter à DGF, a fatura visada num prazo nunca superior a 5 dias úteis, a contar da data da sua receção para conferência.
- 8. As faturas que não forem visadas no prazo anteriormente estabelecido, passam a ser consideradas como dívida.
- 9. Antes de efetuar o pagamento, a DGF verifica se a situação tributária e contributiva do beneficiário do pagamento se encontra regularizada, caso já tenha decorrido o prazo de validade da certidão entregue anteriormente ou tenha cessado a autorização para a sua consulta.
- 10. Apenas o original da fatura ou a sua segunda via é utilizada como suporte aos registos contabilísticos.

11. Caso existam faturas recebidas com mais de uma via, é aposto nas cópias, de forma clara e evidente, a menção de “Duplicado”.

Artigo 20.º - Processamento de Despesas com o Pessoal

1. As despesas com o pessoal são processadas pela DRH, de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.
2. A DRH deve entregar a documentação necessária ao processamento contabilístico a efetuar pela DGF e pela Tesouraria com uma antecedência de 3 dias úteis face ao pagamento dos vencimentos.
3. As faturas referentes a prestações de serviços na modalidade de avença devem ser entregues na DRH até ao dia 5 do mês seguinte àquele a que se refere o exercício de funções, bem como devem conter o código do bem ou serviço aplicável à natureza ou tipologia dos serviços prestados.

Artigo 21.º - Ajudas de Custo

1. Os pedidos de ajudas de custo, relativos a deslocações em serviço e ao respetivo alojamento de trabalhadores e dirigentes municipais, são efetuados, pelos interessados, através de modelo próprio do DAGF|DRH, disponível na página da intranet, e submetidos a autorização da entidade competente para a respetiva autorização.
2. Apenas podem ser abonadas antecipadamente as ajudas de custo cujo requerimento, após prévio despacho de autorização, for remetido à DRH com uma antecedência mínima de 5 dias úteis face à data da deslocação.

Artigo 22.º - Reposições ao Município pelos Trabalhadores

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
 - a) Por pagamento voluntário através de guia;
 - b) Por desconto em folha de abonos.

2. As reposições devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar receção da respetiva comunicação;
3. A reposição pode ser efetuada em prestações mensais, mediante requerimento fundamentado do interessado e despacho do Presidente da Câmara, desde que o prazo de entrega não exceda o ano económico seguinte àquele em que o despacho foi proferido, nos termos da legislação em vigor.
4. Em casos excecionais o Presidente da Câmara pode autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor, desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Artigo 23.º - Autorizações Assumidas

1. Consideram-se autorizados, na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA, os pagamentos das despesas de funcionamento relativas a:
 - a) Remunerações certas e permanentes;
 - b) Encargos das instalações, que englobam as despesas com água, eletricidade;;
 - c) Rendas;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;
 - f) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades dos montantes cobrados como Operações de Tesouraria.

Artigo 24.º - Apoios a Entidades Terceiras

1. A atribuição de apoios financeiros, técnicos e logísticos a entidades de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades, projetos, ações ou eventos de relevante interesse público municipal, carece de proposta fundamentada do respetivo Pelouro, para efeitos de aprovação pela Câmara Municipal.
2. Os serviços devem garantir que todo e qualquer apoio prestado a estas entidades (em dinheiro ou em espécie) sejam devidamente refletidos na Contabilidade de Custos, por forma a permitir a valoração da totalidade dos apoios prestados e não apenas os de natureza financeira.

Artigo 25.º - Fundos de Maneio

1. Em caso de reconhecida necessidade pode ser autorizada a constituição de fundos de maneio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. A constituição anual de fundos de maneio é aprovada na primeira reunião de Câmara do ano civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa, em vigor
3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneio são objeto de compromisso pelo seu valor integral, aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deve ter carácter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
4. O fundo de maneio deve ser utilizado apenas em despesas enquadráveis nas rubricas de classificação económica que foram solicitadas, aprovadas e consequentemente cabimentadas.

5. O fundo de maneiio tem de ser reconstituído no fim de cada mês, tendo por base os documentos originais justificativos das despesas, e a respetiva fundamentação por forma a atestar a elegibilidade das despesas.
6. O fundo de maneiio tem que ser reposto até ao dia 15 de dezembro, por forma a permitir as operações de fecho contabilístico.

CAPÍTULO V

Contabilidade de custos

Artigo 26.º Contabilidade de Custos

1. A Contabilidade de Custos deve permitir, pelo menos, o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.
2. Os serviços municipais devem cumprir as diretrizes emitidas pela Unidade de Planeamento, Orçamento e Controlo (UPOC), enquanto unidade orgânica responsável pelo processo de operacionalização e otimização da contabilidade de custos.
3. Os serviços municipais devem cumprir, nomeadamente, as seguintes diretrizes:
 - a) A cada intervenção, projeto ou ação, com ou sem despesa associada, deve corresponder obrigatoriamente um código do centro de custo, independentemente do documento interno utilizado para efeitos de aprovação superior.
 - b) Todos os documentos individuais de receita e toda as faturas emitidas pelo Município de Oeiras têm que ser associadas ao correspondente código do bem ou do serviço aplicável, permitindo, através de automatismo informático, o apuramento dos respetivos proveitos.
 - c) Os serviços responsáveis pela execução direta ou indireta de receita devem dar conhecimento, em tempo útil, à DGF sobre todo e qualquer intervenção, projeto ou ação com impacto na receita e/ou na despesa, aos

quais devem necessariamente ser atribuídos os códigos de bens ou de serviços aplicáveis.

- d) Sempre que a uma despesa esteja associada uma receita, o código do centro de custo a atribuir deve ser coincidente, sob pena de se comprometer o rigor da informação contabilística e financeira.
 - e) Sempre que subsistam dúvidas, quanto ao código aplicável ao bem ou ao serviço, os serviços municipais devem recorrer ao Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos¹¹ para que exista maior rigor e qualidade da informação, bem como harmonização de critérios, entendimentos e procedimentos.
 - f) Sempre que um procedimento concursal se destine a mais do que um centro de custo, resultando na elaboração de uma Requisição Interna (RI) associada ao respetivo serviço municipal, o serviço requisitante tem a obrigação de garantir que a faturação que venha a ter lugar contemple a discriminação necessária à respetiva classificação na Tabela de Bens e Serviços em vigor, cuja versão atualizada se encontra disponível para consulta nos Sistemas de Gestão de Stocks e de Obras por Administração Direta.
 - g) Caso a faturação referida na alínea anterior não se apresente nos moldes exigidos, os serviços devem, aquando da conferência e validação da fatura, garantir as diligências necessárias para que a DGF, possa providenciar o seu registo e processamento em associação aos códigos dos bens ou serviços que lhes sejam aplicáveis.
4. Compete à DGF, no âmbito do registo e processamento da faturação, confirmar e validar os códigos do centro de custo que cada serviço atribuiu, solicitando-lhes os esclarecimentos complementares que considerar necessários.

¹¹ O Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos é constituído pelos dirigentes do DAGF, da DGP, da DGF e da UPOC e por 3 funcionárias que asseguram o acompanhamento técnico e operacional dos Processos de Operacionalização e de Otimização da Contabilidade de Custos pertencentes, respetivamente, à DGF (componentes: faturação e materiais); UPOC (componentes: Mão de Obra Direta – MOD e Máquinas e Viaturas -MAQ) e DGP (componente: amortizações).

5. Em matéria de Gestão de Stocks, compete à DGF, complementarmente às incumbências da DGP, validar e conferir os saldos, no que aos movimentos de armazém diz respeito, por forma a apurar o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, no âmbito do -processo de encerramento mensal da contabilidade de custos.
6. Em matéria de Imobilizado, compete à DGP:
 - a) Assegurar o processamento do imobilizado, após conclusão da abertura do ano.
 - b) Efetuar as alterações que se revelem necessárias, designadamente, as que resultem do processo de otimização da contabilidade de custos.
7. No que respeita às componentes de Mão-de-obra (MOD) e de Máquinas e Viaturas (MAQ), devem ser cumpridas, nomeadamente, as seguintes diretrizes:
 - a) Cada serviço deve designar dois gestores, um gestor principal e um gestor suplente, aos quais cabe garantir o lançamento dos respetivos movimentos de MOD e MAQ no aplicativo informático correspondente, nos termos definidos para o efeito, até final do mês seguinte ao mês de reporte, visando assegurar o normal andamento dos trabalhos de validação.
 - b) Por constrangimentos associados, nomeadamente, à abertura do ano, o prazo referido na alínea anterior pode ser alterado, exigindo-se que os gestores respeitem escrupulosamente as orientações que oportunamente sejam facultadas pela UPOC, sendo necessário que os serviços se organizem no sentido de garantir a recuperação dos movimentos em falta nos prazos que para o efeito venham a ser definidos.
 - c) Os gestores devem informar periodicamente a UPOC, via correio eletrónico, quando concluem os trabalhos de lançamento dos movimentos MOD e MAQ no sistema aplicacional definido para o efeito, a fim de que esta unidade orgânica possa efetuar a respetiva validação.

- d) Os gestores devem esclarecer e/ou resolver todas as incoerências ou desconformidades encontradas pela UPOC no âmbito dos trabalhos de validação referidos na alínea anterior.
- e) A UPOC informa os serviços dos movimentos MOD e MAQ que foram alvo de validação provisória (sempre que existam dúvidas ou situações que requerem retificação e/ou justificação), ou de validação definitiva (quando a informação se encontra correta, incluindo a que tenha sido objeto de intervenção retificativa e/ou justificativa).

CAPÍTULO VI

DEVERES DE INFORMAÇÃO

Artigo 27.º - Informação Contabilística e Financeira

1. A UPOC deve apresentar ao Presidente da Câmara a seguinte informação contabilística e financeira, de acordo com a seguinte periodicidade:
 - a) Semanalmente: relatório sobre a evolução da situação de Tesouraria;
 - b) Mensalmente: informação sobre a execução orçamental;
 - c) Trimestralmente: relatório com a evolução dos principais indicadores económico-financeiros.
2. Os princípios estruturantes do orçamento municipal para 2018 vinculam, quanto a retificações e à efetivação de despesa, em observância dos poderes de tutela e superintendência, as empresas locais, bem como no que se refere ao dever de informação, nos termos e condições definidas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Artigo 28.º - Deveres de Informação das Empresas Locais

1. As empresas locais devem facultar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, de forma completa e em total respeito pelos prazos estabelecidos pelo Município de Oeiras, os elementos identificados no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de

agosto, na sua redação atual, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, e de forma a viabilizar o cumprimento pelo Município dos seus próprios deveres de informação definidos no artigoº 44.º da referida Lei.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Artigo 29.º - Dúvidas ou casos omissos

1. As dúvidas ou casos omissos que venham a surgir na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das medidas de orientação para a execução orçamental são resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada na área financeira.

Artigo 30.º - Entrada em vigor

1. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano entram em vigor, após aprovação pela Assembleia Municipal, a 1 de janeiro de 2018.

CGOP

MAPA DE PESSOAL

2018

Município de Oeiras - Resumo Mapa de Pessoal - 2018

Cargo/carreira/categoria	postos de trabalho PREENCHIDOS	N.º de postos de trabalho a preencher	Postos de trabalho CATIVOS	Nº total de postos de trabalho
Diretor Municipal	1	0	0	1
Diretor de Departamento	8	1	0	9
Chefe de Divisão	29	0	0	29
Chefe de Unidade	4	2	0	6
Chefe de Serviços de Administração Escolar	3	0	0	3
Chefe de Serviços de Limpeza	1	0	0	1
Técnico Superior	414	30	32	476
Especialista de Informática	20	0	0	20
Técnico de Informática	5	3	1	9
Coordenador Técnico	27	0	0	27
Assistente Técnico	384	25	25	434
Agente Municipal	63	0	9	72
Graduado Coordenador	3	0	0	3
Fiscal Municipal	3	0	0	3
Fiscal de Obras	5	0	0	5
Encarregado Geral Operacional	9	0	0	9
Encarregado Operacional	53	0	0	53
Assistente Operacional	1346	80	53	1479
total	2378	141	120	2639

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Gabinete da Presidência	Apoyo administrativo e logístico ao Gabinete da Presidência	Assistente Técnico	6	0	0	6	
		Assistente Operacional	4	0	0	4	
	Apoyo Técnico ao Gabinete da Presidência	Técnico Superior	4	3	0	7	Arquitetura, Direito, Engenharia Civil, História
		Técnico Superior	10	0	0	10	Direito, Política Social, Sociologia, Animação Sociocultural, Psicologia, Relações Públicas, Gestão, Direc. Gest. Operad. Turistic
	Apoyo técnico, administrativo e logístico aos Gabinetes das Vereações	Especialista de Informática	1	0	0	1	Engenharia Eletrotécnica
		Coordenador Técnico	2	0	0	2	
		Assistente Técnico	4	0	0	4	
		Assistente Operacional	3	0	0	3	
		Técnico Superior	3	0	0	3	Ciências, Gestão
			37	3	0	0	40
Subtotal							
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	Dirigente	Diretor Municipal	1	0	0	1	
	Apoyo técnico, administrativo e logístico à Direção Municipal	Técnico Superior	1	0	0	1	Segurança Social
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
	Dirigente		3	0	0	3	
		Apoyo administrativo	Assistente Técnico	1	0	0	1
Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação	Desenvolver os sistemas de informação críticos para a organização que se caracterizam pela elevada especificidade nos processos de negócio	Assistente Técnico	1	0	0	1	
			6	0	0	6	Engenharia Elect. Computadores, Engenharia Informática, Engenharia Informática Computadores, Informática Gestão
	Implementar, configurar, testar, manter e apoiar na gestão da mudança dos Sistemas de Informação desenvolvidos para os serviços municipais	Técnico de Informática	1	0	1	2	
		Especialista de Informática	6	0	0	6	Engenharia Informática, Gestão, Gestão de Sistemas e Computação, Gestão Sistemas Informação, Informática Gestão, Segurança Sistemas Informação
	Conceber e manter a infraestrutura tecnológica, gerir e administrar os sistemas informáticos e assegurar o funcionamento eficiente dos sistemas de comunicação	Especialista de Informática	6	0	0	6	Engenharia, Gestão de Sistemas e Computação, Gestão Sistemas Informação
		Técnico de Informática	3	1	1	5	
	Dirigente	Assistente Técnico	1	0	0	1	
			25	1	2	28	
	Subtotal						
	Gabinete de Apoio às Freguesias	Promoção da política municipal de descentralização e delegação de competências e recursos, assegurando a articulação entre o Município e as Juntas de Freguesia	Assistente Técnico	1	0	0	1
Coordenador Técnico			1	0	0	1	
Apoyo administrativo		Assistente Técnico	1	0	1	2	
		Técnico Superior	3	0	0	3	Ciências Sociais, Direito, Serviço Social, Eng. Civil, Geografia, Sociologia
Subtotal							
			6	0	1	7	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Gabinete de Desenvolvimento Municipal	Dirigente Apoyo administrativo	Chefe de Divisão Assistente Técnico	1 1	0 0	0 0	1 1	Direito
	Contribuir para a definição dos objetivos de desenvolvimento e decisões de planeamento estratégico do concelho de Oeiras	Técnico Superior	4	2	0	6	Ciências, Engenharia Ambiente, Geografia, História, Gestão
	Definir e implementar uma infraestrutura de Dados Espaciais garantindo a existência de um Sistema de Informação Geográfica Municipal, integrado com o ERP do Município	Técnico Superior Assistente Técnico	5 0	0 1	1 0	6 1	Geografia, Gestão de Sistemas de Computação, Gestão do Território, Sistemas de Informação
	Dirigente Apoyo administrativo	11 1 2	3 0 0	1 0 0	15 1 2	15 1 2	Direito
	Apoyo técnico e administrativo à instrução e gestão dos processos	Técnico Superior Assistente Técnico	2 2	0 0	0 0	2 2	Estudos Europeus, Sociologia e Planeamento
Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico	Acompanhamento e representação forense nos Tribunais Judiciais	Técnico Superior	1	0	1	2	Direito
	Assessoria jurídica aos órgãos e serviços do município e mediante determinação superior às juntas de freguesia e entidades do setor empresarial local, nomeadamente através da emissão de pareceres jurídicos, elaboração e acompanhamento de regulamentos, elaboração de contratos e de propostas à reunião dos órgãos executivos e deliberativos. Apoio aos órgãos municipais, na participação, a que estes forem chamados, em processos legislativos ou regulamentares; Assegurar o relacionamento e a colaboração com os tribunais, a Procuradoria-Geral da República, a Provedoria de Justiça, e demais entidades em articulação com os serviços; Analisar e propor minutas de contratos, protocolos e demais instrumentos jurídicos em articulação com o NIAN	Técnico Superior	4	3	1	8	Direito
	Instruir os processos, apreciando designadamente a legalidade subjacente aos mesmos, e titular contratos escritos e outros atos formais, para os quais não é legalmente exigida a forma de documento autêntico, com exceção dos contratos de trabalho, assegurando o cumprimento das decisões dos órgãos municipais competentes, bem como de todas as obrigações legais, prestando apoio técnico e administrativo necessário ao oficial público; Remeter aos serviços competentes da administração central, ou outras entidades públicas, as informações, os documentos, as certidões ou fotocópias exigidos por lei	Técnico Superior	3	0	0	3	Direito
	Promover, perante as entidades competentes, designadamente Conservatórias, a realização dos registos a que os atos e contratos deem lugar	Técnico Superior	1	0	0	1	Solicitadoria
	Apoyo administrativo de carácter instrutório aos processos	Assistente Técnico Assistente Operacional	1 1	0 0	0 0	1 1	
Subtotal		18	3	2	23		

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Unidade de Auditoria Interna	Dirigente	Chefe de Unidade	0	0	1	1	Direito
	Apoio técnico e administrativo	Técnico Superior	1	0	0	1	Gestão
	Identificar e avaliar potenciais situações de risco e verificar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno instituído pelos órgãos competentes	Técnico Superior	3	0	1	4	Auditoria, Contabilidade, Direito, Economia
Subtotal			4	0	2	6	
Gabinete de Comunicação	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Sociologia
	Apoio administrativo e logístico	Assistente Técnico	6	0	0	6	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
	Conceber, executar e acompanhar o plano de comunicação global do Município	Técnico Superior	10	1	1	12	Ciências, História, Marketing e Comunicação Empresarial, Relações Internacionais, Relações Públicas, Tradução, Audiovisual, Jornalismo
Núcleo Criativo		Assistente Técnico	1	0	0	1	
	Conceber e acompanhar a imagem e comunicação do Município	Técnico Superior	4	2	0	6	Artes Decorativas, Ciências, Comunicação Social, Design, Design Comunicação, Novos Media e Práticas Web
Subtotal			23	3	1	27	
Total Direção Municipal e Gabinetes			127	13	9	149	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil	Dirigente Apoyo administrativo e logístico	Diretor de Departamento	0	0	1	1	
		Assistente Técnico	1	1	0	2	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
Serviço de Proteção Civil	Atuar preventivamente no levantamento e análise de situações de risco coletivo suscetíveis de acionarem os meios de proteção civil	Técnico Superior	1	0	1	2	Gestão do Ambiente, Engenharia Civil, Arquitetura
		Assistente Técnico	2	0	1	3	
		Assistente Operacional	0	0	0	0	
Subtotal	Dirigente		5	1	3	9	
Divisão de Polícia Municipal	Dirigente Apoyo técnico, administrativo e logístico	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Ciências Policiais
		Técnico Superior	2	0	0	2	Administração Regional Autárquica, Sociologia
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	0	0	1	1	
		Graduado Coordenador	3	0	0	3	
		Agente Municipal	62	8	0	70	
Subtotal	Dirigente		69	8	1	78	
Divisão Administrativa e de Contra-Ordenações	Dirigente Apoyo administrativo à Divisão na componente de organização dos processos de contraordenação Instrução dos processos de contraordenação em conformidade com a lei	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Direito
		Assistente Técnico	8	1	2	11	
		Agente Municipal	1	1	0	2	
		Fiscal Municipal	2	0	0	2	
		Técnico Superior	2	0	1	3	Direito
Subtotal			14	2	3	19	
Total Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil			88	11	7	106	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional	Dirigente	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Organização Gestão Empresas
	Apelo administrativo	Assistente Técnico	1	0	0	1	
	Assegurar, através do processo de execução fiscal, a cobrança coerciva de dívidas	Técnico Superior	1	0	0	1	Economia
	Assistente Técnico	8	0	1	9		
Serviço de Execuções Fiscais	Analisar, elaborar informações e pareceres Técnico/Jurídicos na área das execuções fiscais	Técnico Superior	2	0	0	2	Direito
	Apoiar as atividades Técnico/Jurídicas na área das execuções fiscais	Assistente Técnico	1	0	0	1	
Tesouraria	Gestão da Tesouraria e segurança dos valores à sua guarda de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis	Técnico Superior	2	0	1	3	Contabilidade
	Técnico de Informática	0	0	1	1		
	Assistente Técnico	5	0	0	5		
	Subtotal		21	0	3	24	
Divisão de Modernização Administrativa	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Sociologia
Apelo aos Órgãos Municipais	Assegurar o relacionamento administrativo entre os órgãos do Município, promover a difusão de informação e elaborar editais	Técnico Superior	1	0	0	1	Direito
	Coordenador Técnico	2	0	0	2		
	Assistente Técnico	7	0	1	8		
	Técnico Superior	6	0	1	7	Antropologia, Ciências, Hist. Desc. Exp. Port., Linguística, Psicologia, Arquivo	
Serviço de Gestão Documental	Definir, implementar e monitorizar um Sistema de Gestão Documental; assegurar o Serviço de Expediente e de Arquivo Municipal	Coordenador Técnico	1	0	0	1	
	Assistente Técnico	23	1	0	24		
	Assistente Operacional	9	0	0	9		
	Técnico Superior	5	0	0	5	Ciências da Comunicação, Gestão Marketing, História Arte, Psicologia	
Núcleo de Atendimento Genérico e Apoio ao Cidadão	Multisserviços e locais de receção/acolhimento de Municípios;	Assistente Técnico	10	1	1	12	
	Desenvolver programas, metodologias e instrumentos de racionalização do funcionamento dos serviços municipais, Preparar e acompanhar a certificação dos sistemas de gestão nos termos das normas internacionais; assegurar a aplicação do modelo do Sistema Integrado de Gestão.	Técnico Superior	3	0	0	3	Gestão, Gestão do Ambiente, Turismo
Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor	Contribuir para a definição das políticas municipais de apoio aos consumidores e prestar informações com vista à consciencialização	Técnico Superior	1	0	0	1	Direito
	Assistente Técnico	0	0	0	0	0	
Subtotal			69	2	3	74	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Divisão de Recursos Humanos	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Gestão Administração Pública
	Apoyo administrativo	Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
		Técnico Superior	3	2	0	5	Direito
Núcleo de Administração de Processos e Gestão de Carreiras	Coordenar e instruir processos disciplinares, elaborar estudos e propostas e emitir pareceres de apoio à decisão (matérias jurídicas) Elaborar estudos e propostas e emitir pareceres de apoio à decisão, que contribuam para a adequação do capital humano às necessidades do Município e para uma gestão eficiente de RH	Técnico Superior	2	4	0	6	Economia, Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Sociologia
		Coordenador Técnico	1	0	0	1	
		Técnico Superior	4	0	1	5	Gestão, Gestão de Recursos Humanos, História, Psicologia
		Coordenador Técnico	1	0	0	1	
Núcleo de Administração de Processos e Gestão de Carreiras	Assegurar os procedimentos de gestão das relações de trabalho e de carreiras, recrutamento e seleção	Assistente Técnico	2	0	0	2	
		Técnico Superior	0	0	0	0	Economia, Gestão
		Coordenador Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	5	1	0	6	
Núcleo de Gestão e Processamento de Remunerações	Elaborar estudos e propostas e emitir pareceres de apoio à decisão, que contribuam para a adequação do capital humano às necessidades do Município e para uma gestão eficiente de RH	Assistente Operacional	1	0	0	1	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Gestão Recursos Humanos
		Coordenador Técnico	3	0	0	3	
		Assistente Técnico	14	0	0	14	Gestão
Núcleo de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho	Assegurar o acompanhamento e controlo da execução do orçamento de pessoal, processamento de remunerações e abonos, benefícios sociais, férias e licenças e assegurar o controlo de assiduidade Elaborar estudos e propostas e emitir pareceres de apoio à decisão (PDE, GOP e orçamento de pessoal) Planeamento e controlo administrativo das consultas de medicina do trabalho e situações de ausência por doença Assegurar a gestão e o funcionamento dos bares, refeitórios e demais serviços de restauração, na vertente operacional e logística. Implementar e desenvolver medidas de promoção e gestão da saúde e segurança no trabalho	Assistente Operacional	4	0	0	4	Gestão, Gestão em Saúde, Relações Internacionais, Segurança Trabalho
		Técnico Superior	1	0	0	1	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Psicologia
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
Núcleo de Desenvolvimento Socioprofissional	Gerir projetos e medidas de apoio psicológico, socioprofissional e de promoção das competências dos trabalhadores Desenvolver e gerir medidas de promoção das competências dos trabalhadores, formação profissional e programas de estágios. Desenvolver e gerir programas de integração socioprofissional, apoio psicológico e psicossocial	Técnico Superior	2	1	0	3	Ciências Inf. Documentação, Gestão Recursos Humanos, Psicologia
		Assistente Técnico	3	0	0	3	
		Técnico Superior	4	0	0	4	Psicologia, Psicopedagogia Curativa, Serviço Social
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
Subtotal			57	8	1	66	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Divisão de Gestão Financeira	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Contabilidade
Núcleo de Receita	Promover os registos e procedimentos contabilísticos dos factos patrimoniais e das operações de natureza orçamental, inerentes à realização de receita, verificando o cumprimento das normas e	Técnico Superior	3	0	0	3	Administração Pública, Gestão, Organização Gestão Empresas
		Assistente Técnico	1	0	1	2	
Núcleo de Despesa	Promover os registos e procedimentos contabilísticos dos factos patrimoniais e das operações de natureza orçamental, inerentes à realização de despesas, verificando o cumprimento das normas e legislação em vigor	Técnico Superior	6	1	0	7	Gestão, Organização Gestão Empresas
		Especialista de Informática	1	0	0	1	Gestão
		Técnico de Informática	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	3	1	0	4	
Subtotal			16	2	1	19	
Unidade de Planeamento, Orçamento e Controlo	Dirigente	Chefe de Unidade	1	0	0	1	Economia
	Propor, organizar e dar execução ao processo de planeamento estratégico nas vertentes económica e financeira	Técnico Superior	3	0	1	4	Economia, Gestão
Subtotal			4	0	1	5	
Divisão de Gestão Patrimonial	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Gestão Estratégica
	Apoio administrativo	Assistente Técnico	2	0	0	2	
	Apoio Técnico	Fiscal Municipal	1	0	0	1	
	Instituir um sistema de seguros do património municipal e de outras responsabilidades decorrentes da atividade do município, assegurando	Técnico Superior	2	1	0	3	Economia, Gestão
		Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Zootécnica
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
Núcleo de Imobilizado	Acompanhar os processos de aquisição, proceder à atualização do cadastro e inventário dos bens patrimoniais móveis	Técnico Superior	3	0	0	3	Gestão, Estatística Inv. Oper.
Núcleo de Administração de Processos e Gestão de Condomínios	Assegurar a atualização sistemática do registo, inventário e cadastro de todos os bens do património imóvel dos domínios público e privado municipal, bem como os registos referentes à oneração e à constituição de direitos a favor de terceiros sobre os mesmos	Técnico Superior	3	0	0	3	Direito
Núcleo de Armazéns	Assegurar a constituição, gestão de armazenamento e o controlo dos stocks, mantendo atualizado o inventário e o respetivo plano de	Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
Subtotal			16	1	0	17	
Unidade de Serviços Gerais	Dirigente	Chefe de Unidade	1	0	0	1	História
	Gerir as condições de funcionamento (conservação, limpeza e vigilância), conservação e manutenção das instalações municipais.	Chefe de Serviços de Limpeza	1	0	0	1	
		Encarregado Operacional	2	0	0	2	
	Assegurar a receção e vigilância das instalações municipais	Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	10	0	0	10	
	Assegurar a limpeza das instalações municipais	Fiscal de Obras	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	30	0	0	30	
	Assegurar o serviço municipal de reprografia	Assistente Operacional	2	0	0	2	
Subtotal			48	0	0	48	
Divisão de Contratação Pública	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Direito
	Apoio administrativo	Assistente Técnico	2	0	0	2	
	Assegurar a gestão operacional e transaccional das aquisições de bens e serviços, em articulação com os serviços envolvidos	Técnico Superior	2	0	0	2	Gestão Empresas, Informática
		Assistente Técnico	5	1	1	7	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
	Instruir, acompanhar e avaliar o processo instrutório de pré-contratação de aquisição de bens e serviços e empreitadas	Técnico Superior	6	2	1	9	Economia, Administração Pública, Direito
Subtotal			17	3	2	22	
	Total Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional		248	16	11	275	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística	Dirigente	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Arquitetura
	Assegurar a elaboração dos instrumentos de planeamento e as atividades relativas à gestão, licenciamento e autorização das operações urbanísticas e à fiscalização técnica urbanística	Técnico Superior	3	0	0	3	Arquitetura Paisagística, Gestão Administração Pública, História
Núcleo de topografia	Registo cartográfico dos processos urbanísticos, levantamentos topográficos, nivelamentos e implantações no âmbito da Topografia	Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Topográfica
	Subtotal	Assistente Técnico	5	0	0	5	
Unidade de Acessibilidade e Mobilidade	Dirigente	Assistente Operacional	15	0	0	15	
	Zelar pela contínua melhoria da funcionalidade do espaço urbano, nos aspetos conducentes à mobilidade motorizada de pessoas e mercadorias, bem como a acessibilidade automóvel no território	Chefe de Unidade	1	0	0	1	Engenharia Civil
Subtotal		Técnico Superior	5	1	0	6	Engenharia Civil, Engenharia Território, Urbanismo
Divisão de Planeamento	Dirigente	Assistente Técnico	2	0	0	2	
	Apio administrativo	Assistente Técnico	8	1	0	9	
Divisão de Gestão Urbanística e Apoio às Atividades Económicas	Elaborar estudos e planos municipais de ordenamento do território necessários à condução da dinâmica de urbanização do Concelho	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Arquitetura
	Subtotal	Assistente Técnico	1	0	0	1	
Núcleo de Urbanização	Assegurar a instrução e a informação dos processos de infraestruturas urbanísticas decorrentes de operações de loteamento e criar e manter	Técnico Superior	9	0	0	9	Arquitetura, Arquitetura Paisagística
	Emitir parecer sobre as pretensões no domínio dos processos de edificação de obras particulares	Assistente Técnico	2	0	1	3	
Núcleo de Edificação	Dirigente	Assistente Técnico	13	0	1	14	
	Proceder ao licenciamento do funcionamento, à manutenção dos recenseamentos e à instrução e licenciamento ou autorização, dos estabelecimentos comerciais, turísticos e de restauração	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Engenharia Eletrotécnica
Núcleo de Apoio às Atividades Económicas	Verificar a conformidade da execução das operações urbanísticas e do funcionamento das atividades económicas com os projetos e as condições aprovadas, fiscalizar e coordenar a execução das obras das	Assistente Técnico	7	0	0	7	
	Subtotal	Assistente Operacional	4	0	0	4	
Núcleo de Planeamento e Apoio Administrativo	Executar todas as funções de natureza administrativa da área do urbanismo, garantindo a conformidade com a legislação aplicável	Técnico Superior	3	0	0	3	Engenharia Civil
	Organizar e gerir um serviço de atendimento e receção de pedidos de licenciamento e de autorização administrativa de obras e instalações	Fiscal de Obras	1	0	0	1	
Subtotal		Técnico Superior	5	1	0	6	Arquitetura, Arquitetura Bioclimática
Núcleo de Licenciamento e Apoio Administrativo	Dirigente	Assistente Técnico	1	0	0	1	
	Executar todas as funções de natureza administrativa da área do urbanismo, garantindo a conformidade com a legislação aplicável	Assistente Operacional	34	1	1	36	
Núcleo de Atendimento e Apoio Administrativo	Organizar e gerir um serviço de atendimento e receção de pedidos de licenciamento e de autorização administrativa de obras e instalações	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Direito
	Subtotal	Assistente Técnico	2	0	0	2	
Subtotal		Assistente Operacional	3	0	0	3	
		Técnico Superior	5	1	0	6	Antropologia, Arquitetura
Total Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
		Coordenador Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	16	1	1	18	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
Subtotal			31	2	1	34	
			101	4	3	108	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana	<p>Dirigente Apoio administrativo</p> <p>Promover a qualificação do edificado, espaços públicos e infraestruturas dos núcleos de génese ilegal, núcleos de formação histórica, elementos patrimoniais do concelho, implementar a política municipal de habitação e contribuir para o desenvolvimento social e</p>	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Arquitetura
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Técnico Superior	5	0	1	6	Direito, Engenharia Civil, Gestão, História
		Coordenador Técnico	2	0	0	2	
		Assistente Técnico	5	0	0	5	
Subtotal			14	0	1	15	Engenharia Civil
Divisão de Projetos Especiais	<p>Dirigente Apoio administrativo</p> <p>Apoio aos procedimentos de contratação pública</p>	Chefe de Divisão	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Técnico Superior	0	1	0	1	Direito, Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecânica
		Assistente Operacional	2	0	0	2	
		Técnico Superior	14	0	0	14	Arquitetura, Arquitetura Paisagística, Engenharia Civil, Gestão Ambiente e Território, Seg. Social, Sociologia
Núcleo de Requalificação Urbana	<p>Desenvolver projetos no âmbito da recuperação dos núcleos de génese ilegal, dos centros históricos e equipamentos municipais, atendimento e esclarecimento a munícipes</p>	Assistente Técnico	3	0	0	3	
		Técnico Superior	4	0	1	5	Arquitetura, Arquitetura Design, Engenharia Civil
		Assistente Técnico	4	0	0	4	
		Técnico Superior	3	0	0	3	Administração Autárquica, Arquitetura
		Chefe de Divisão	32	1	1	34	
Subtotal			1	0	1	1	Arquitetura
Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional	<p>Dirigente</p> <p>Execução da política municipal de habitação, visando minimizar desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida e o habitat urbano</p> <p>Promover a construção, beneficiação e conservação dos edifícios que integram o parque habitacional municipal, de acordo com as carências habitacionais e as políticas definidas</p> <p>Vistoriar condições de efetiva execução de projetos e obras de habitação social</p>	Técnico Superior	1	0	0	1	Sociologia
		Técnico Superior	8	0	1	9	Arquitetura, Arquitetura Paisagística, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Gestão
		Assistente Técnico	2	0	0	2	
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Chefe de Divisão	13	0	1	14	
Subtotal			1	0	0	3	Serviço Social
Divisão de Gestão do Parque Habitacional	<p>Apoio administrativo</p> <p>Apoio Técnico</p> <p>Apurar as carências de habitação no concelho, propor medidas para as suprir, elaborar pareceres jurídicos e gerir o património habitacional municipal, incluindo a venda e arrendamento de fogos.</p>	Técnico Superior	1	0	0	1	Gestão Estratégica
		Técnico Superior	12	0	1	13	Psicologia, Serviço Social
Subtotal			17	0	1	18	
Total Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana			76	1	4	81	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Obras Municipais	Dirigente	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Engenharia Civil
	Apoyo administrativo	Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Coordenador Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	3	0	0	3	
Núcleo Técnico de Gestão e Controlo	Regular o apoio administrativo a todas as Unidades Orgânicas do DOM	Assistente Operacional	1	0	0	1	
		Técnico Superior	3	0	0	3	Direito, Gestão
		Assistente Técnico	3	0	0	3	
	Subtotal		13	0	0	13	
Divisão de Estudos e Projetos	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Arquitetura
	Apoyo administrativo	Assistente Técnico	0	0	1	1	
	Apoyo técnico	Técnico Superior	1	0	0	1	Economia
	Elaborar estudos e planos, conceber projetos de edifícios municipais, escolas, espaços exteriores, especialidades e infraestruturas da responsabilidade do município, assistência técnica às respetivas obras e emissão de pareceres	Técnico Superior	14	0	1	15	Arquitetura, Arquitetura Paisagística, Eng. Amb. e dos Rec. Nat., Engenharia Civil, Geologia Aplicada Ambiente, Transportes, Engenharia Eletrotécnica
Subtotal		3	0	0	3		
Divisão de Equipamentos Municipais	Dirigente	Chefe de Divisão	19	0	2	21	
	Apoyo técnico	Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Civil
	Gerir a programação das ações da DEM, monitorizar a execução das GOP e a de todos os documentos de gestão definidos, gerir	Assistente Técnico	0	0	1	1	Gestão
		Assistente Operacional	3	0	0	3	
Núcleo de Construção e Requalificação	Programar, promover, fiscalizar e acompanhar as obras de construção, beneficiação ou conservação, em regime de empreitada, promover a execução de obras de recuperação e conservação do património municipal e rede escolar	Técnico Superior	12	0	0	12	Arquitetura, Ciências Empresariais, Engenharia Civil, Engenharia Electrónica Computa, Engenharia Electrotécnica, Gestão
		Assistente Técnico	2	0	0	2	
		Assistente Técnico	0	0	1	1	
	Subtotal		55	11	8	74	
Núcleo de Manutenção e Conservação	Assegurar a manutenção e conservação dos edifícios e equipamentos municipais, garantir os meios de proteção, segurança e eficiência energética, mantendo registo cadastral atualizado	Encarregado Geral Operacional	1	0	0	1	
		Encarregado Operacional	3	0	0	3	
		Assistente Operacional	31	11	6	48	
	Subtotal		35	11	6	52	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais	Dirigente	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Engenharia Civil
		Assistente Técnico	3	0	0	3	
	Apoio administrativo	Assistente Operacional	2	1	0	3	
		Técnico Superior	5	0	1	6	Engenharia Civil, Engenharia Geológica, Geografia
	Programar, promover, acompanhar e fiscalizar as obras de construção, beneficiação e conservação de infraestruturas e obras conexas, contribuindo para o ordenamento da circulação e prevenção	Assistente Operacional	5	0	1	6	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Civil
	Assegurar a gestão e o controlo da ocupação do espaço público	Assistente Técnico	1	0	1	2	
		Fiscal de Obras	3	0	0	3	
	Garantir programas de gestão, manutenção, atualização e adequação dos sistemas de iluminação pública	Assistente Operacional	0	0	1	1	
		Técnico Superior	3	0	0	3	Engenharia Ambiente, Engenharia Elect. Computadores, Engenharia Electrotécnica
	Promover a elaboração dos programas, estudos e projetos de construção de infraestruturas viárias, ordenamento de circulação e Colocar e manter a sinalização vertical e horizontal	Assistente Técnico	2	0	0	2	
		Assistente Operacional	4	0	1	5	
Colocar e manter a sinalização vertical e horizontal	Técnico Superior	6	0	0	6	Engenharia Civil, Gestão, Transportes	
	Assistente Técnico	2	0	0	2		
Subtotal			41	1	6	48	
			128	12	16	156	
		Total Departamento de Obras Municipais					

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos	Dirigente Apoio administrativo e logístico	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Gestão Empresas
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
Serviço Veterinário e de Saúde Pública	Promover a inspeção, e controlo higiene-sanitário, dos estabelecimentos comerciais e industriais, das feiras e mercados, dos equipamentos e veículos dedicados a transporte, armazenagem, transformação, exposição e venda de produtos alimentares, das instalações para alojamento de animais e dos produtos alimentares, das instalações para alojamento de animais e dos produtos de origem animal. Assegurar a gestão do canil municipal, garantindo a vigilância clínica e sanitária dos animais alojados e promover medidas conducentes ao bem-estar animal e higiene pública veterinária Coordenar e planejar programas e projetos de política ambiental e de saúde pública, através do desenvolvimento de atividades e campanhas de sensibilização e educação cívica e ambiental e do envolvimento da comunidade local	Encarregado Geral Operacional	1	0	0	1	
		Técnico Superior	1	0	1	2	Medicina
		Assistente Técnico	2	0	0	2	
		Encarregado Operacional	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	4	0	0	4	
		Técnico Superior	5	0	0	5	Ambiente Territ. Desen.Susten, Ciências, Engenharia Ambiente, Gestão do Ambiente, Tecnologia Alimentar e Qualid
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Técnico Superior	2	0	0	2	Línguas e Literatura, Tecnologia Alimentar e Qualid
		Encarregado Operacional	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	18	0	0	18	
Núcleo de Gestão de Mercados Municipais e Feiras	Assegurar a gestão e manutenção de mercados e feiras sob jurisdição camarária	Coordenador Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	3	0	0	3	
Núcleo de Gestão dos Cemitérios Municipais	Assegurar uma eficaz gestão/manutenção do espaço dos Cemitérios Municipais Organizar e monitorizar os procedimentos de contratação pública, assegurar a gestão e controlo orçamental do departamento e a execução e monitorização de todos os instrumentos de gestão definidos pelo Executivo	Assistente Operacional	8	0	0	8	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Mecânica
Núcleo Técnico e Operacional de Apoio à Gestão	Organizar e assegurar os meios administrativos necessários ao funcionamento integrado de todas as UO do departamento Assegurar a gestão dos armazéns Gerir e assegurar a gestão da frota e manutenção das estações de transferência, manutenção de zonas balneares, limpeza e desassoreamento das linhas de água Assegurar a gestão da frota e manutenção das estações de transferência Assegurar a limpeza e manutenção das zonas balneares, assim como a limpeza e desassoreamento sistemático das linhas de água, Assegurar a gestão de um setor de manutenção e logística de apoio, armazéns, carregadores, distribuição de materiais e equipamentos Controlo de Pragas Urbanas	Coordenador Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Técnico	6	0	0	6	
		Assistente Operacional	4	0	0	4	
		Assistente Operacional	3	0	0	3	
		Encarregado Operacional	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	10	0	0	10	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Geologia
		Assistente Operacional	13	0	4	17	
		Encarregado Operacional	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	21	0	3	24	
	Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Engenharia Industrial Agro-Al	
Subtotal		113	0	8	121		

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	
Divisão Espaços Verdes	Dirigente Apio técnico, administrativo e logístico	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Arquitetura Paisagística	
		Técnico Superior	1	0	2	3	Arquitetura Paisagística, Gestão do Ambiente e Território	
		Assistente Técnico	2	0	0	2		
		Encarregado Geral Operacional	2	0	0	2		
		Encarregado Operacional	1	0	0	1		
		Assistente Operacional	16	0	6	22		
		Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Florestal	
		Assistente Técnico	1	0	0	1		
		Assistente Operacional	1	0	0	1		
		Técnico Superior	3	0	0	3	Arquitetura, Arquitetura Paisagística	
Núcleo de Projeto	Propor e executar projetos de implantação de zonas verdes de enquadramento urbano - lazer, recreio infantil, juvenil e sénior, espaços informais de atividade, equipamentos de apoio aos animais de companhia e de áreas de produção (Hortas Urbanas). Executar obras de conservação, requalificação e construção dos espaços verdes do concelho, seja por administração direta ou recorrendo à contratação externa. Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana - espaços verdes.	Encarregado Operacional	1	0	0	1		
		Coordenador Técnico	1	0	0	1		
		Encarregado Operacional	3	0	0	3		
		Assistente Operacional	31	0	0	31		
		Técnico Superior	2	0	0	2	Arquitetura, Arquitetura Paisagística	
		Assistente Operacional	2	0	0	2		
		Técnico Superior	4	0	0	4	Arquitetura Paisagística, Engenharia Agronómica, Engenharia Florestal	
		Assistente Técnico	1	0	0	1		
		Encarregado Operacional	1	0	0	1		
		Assistente Operacional	7	0	0	7		
Núcleo de Manutenção	Gerir o património arbóreo em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação espontânea Acompanhar e avaliar os serviços prestados em regime de contratação externa para serviços de manutenção de espaços verdes, espaços de jogo e recreio, património arbóreo Manter o património arbóreo em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação espontânea Manter os espaços verdes de uso público, particularmente jardins históricos, parques temáticos, quintas e espaços similares através da recuperação, conservar e salvaguardar os recursos hídricos e geri-los no que respeita aos consumos para rega de espaços verdes. (Plano da Água)	Técnico Superior	1	0	0	1	Engenharia Florestal	
		Coordenador Técnico	1	0	0	1		
		Assistente Técnico	1	0	0	1		
		Encarregado Operacional	2	0	0	2		
		Assistente Operacional	25	6	0	31		
		Encarregado Operacional	2	0	0	2		
		Assistente Operacional	65	0	0	65		
		Técnico Superior	2	0	0	2	Engenharia Civil, Gestão Ambiente e Território	
		Assistente Operacional	1	0	0	1		
		Técnico Superior	1	0	0	1	Agricultura	
Núcleo de Produção	Gestão dos viveiros municipais Garantir os processos de manutenção da vinha e do processo produtivo do vinho de Carcavelos Conde de Oeiras, incluindo a gestão funcional das adegas do Casal da Manteiga e do Palácio do Marquês de	Assistente Técnico	0	0	0	0		
		Encarregado Operacional	1	0	0	1		
		Assistente Operacional	17	1	0	18		
		Técnico Superior	3	0	0	3	Engenharia Agrícola, História, Turismo	
		Assistente Técnico	0	0	1	1		
		Assistente Operacional	3	0	0	3		
		Subtotal		207	7	9	223	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Divisão de Viaturas e Máquinas	Dirigente Apoyo técnico, administrativo e logístico	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Engenharia Eletrotécnica
		Técnico Superior	1	1	0	2	Engenharia Mecânica, Gestão
		Assistente Técnico	0	1	0	1	
		Assistente Operacional	2	1	0	3	
		Assistente Técnico	2	0	0	2	
Núcleo de Manutenção	Gerir e assegurar a manutenção e reparação do parque de viaturas e máquinas e as instalações técnicas e logísticas	Encarregado Operacional	2	0	0	2	
		Assistente Operacional	28	0	1	29	
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
Núcleo de Transportes e Logística	Efetuar a prestação de serviços de transporte	Encarregado Geral Operacional	1	0	0	1	
		Encarregado Operacional	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	24	2	2	28	
Núcleo de Gestão e Apoio Administrativo	Acompanhar e avaliar os serviços prestados em regime de outsourcing	Técnico Superior	1	0	0	1	Arqueologia e História
		Assistente Técnico	8	0	0	8	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	
Subtotal			73	5	3	81	
Divisão de Higiene Urbana	Dirigente Apoyo técnico, administrativo e logístico	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Gestão Ambiente
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Assistente Operacional	3	17	0	20	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Gestão do Ambiente
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
Núcleo de Planeamento Estratégico e Apoio à Gestão	Promover uma gestão integrada dos serviços através do Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas de referência nacionais e internacionais e recomendações da entidade gestora em alta e entidade reguladora	Técnico Superior	1	0	0	1	Geografia
		Assistente Técnico					
Núcleo de Recolha de Resíduos	Assegurar a gestão dos contratos com grandes produtores Planear, organizar e executar o serviço de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos no setor doméstico e não-doméstico, grandes produtores e em eventos e festividades Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços prestados em regime de outsourcing	Assistente Técnico	0	0	0	0	Estudos Linguísticos, Gestão, Gestão do Ambiente
		Técnico Superior	3	0	0	3	
		Assistente Técnico	3	0	0	3	
		Encarregado Geral Operacional	1	0	0	1	
		Encarregado Operacional	5	0	0	5	
Subtotal			146	2	7	155	
Unidade de Higiene Urbana	Dirigente Apoyo administrativo Planear, organizar e executar o serviço de limpeza urbana, lavagem de arruamentos, recolha de monos e verdes, desmatações e deservagem química em espaços públicos e em eventos e festividades	Encarregado Operacional	1	0	0	1	Gestão Ambiente
		Chefe de Unidade	167	19	7	193	
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
		Técnico Superior	2	0	0	2	Biologia, Engenharia Produção
		Encarregado Geral Operacional	3	0	0	3	
Subtotal			185	1	12	198	
Subtotal			764	33	39	836	
Total Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos							

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional		
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento	Dirigente	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Demografia Histórica e Social		
		Técnico Superior	2	0	0	2	Antropologia, Ciências		
	Apoyo técnico e administrativo	Coordenador Técnico	1	0	0	1			
		Assistente Técnico	1	0	0	1			
		Assistente Operacional	1	0	0	1			
		Técnico Superior	1	0	0	1	História		
	Propor e executar as políticas municipais de desenvolvimento cultural, com intervenção na área da educação, desenvolvimento cultural, museológico e patrimonial								
	Subtotal	Dirigente	7	0	0	7	7	7	
	Divisão de Património Histórico, Cultura e Turismo	Apoyo administrativo	Chefe de Divisão	1	0	0	1	7	7
			Assistente Técnico	4	0	0	4	4	4
Assistente Operacional			3	0	0	3	3	3	
Técnico Superior			3	1	0	4	4	4	
Núcleo de Promoção do Turismo	Garantir o cumprimento das estratégias superiormente delineadas para o desenvolvimento turístico local	Técnico Superior	5	0	0	5	5		
Núcleo de Património Histórico e Museológico	Desenvolver a política municipal para o património histórico e cultural, promovendo a sua preservação e valorização	Assistente Técnico	1	0	0	1	1	Turismo	
		Técnico Superior	7	0	0	7	7	7	
		Assistente Técnico	1	0	0	1	1	1	
		Assistente Operacional	1	0	0	1	1	1	
Núcleo de Ação Cultural e Gestão de Equipamentos	Assegurar a gestão dos palácios, museus, galerias, jardins históricos, parques temáticos, quintas e demais espaços municipais similares	Técnico Superior	12	0	0	12	12	Artes Plásticas, Engenharia Gestão Industrial, Ensino de Artes Visuais, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia, Turismo	
		Assistente Técnico	8	0	2	10	10	10	
		Assistente Operacional	4	0	0	4	4	4	
		50	1	2	53	53	53		
Subtotal	Dirigente	97	3	5	105	105	105		
Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação	Apoyo administrativo	Chefe de Divisão	1	0	0	1	1	Geografia	
		Assistente Técnico	1	0	1	2	2	2	
		Assistente Operacional	2	0	0	2	2	2	
		Técnico Superior	9	1	0	10	10	10	
	Organizar, gerir e desenvolver a rede de bibliotecas municipais e outros espaços públicos de leitura, promovendo a sua integração na rede de bibliotecas públicas								
	Adquirir, tratar e disponibilizar coleções documentais, serviços de difusão documental e serviços de pesquisa de informação em formato digital multimédia								
	Propor e desenvolver programas de animação das bibliotecas, potenciando a sua função cultural e educativa								
	Subtotal	Dirigente	40	2	3	45	45	45	
	Total Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento							105	

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional	
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social	Dirigente Propor e executar as políticas municipais de desenvolvimento social, nas áreas da ação social, saúde, emprego e formação profissional,	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Serviço Social	
		Técnico Superior	2	0	0	2	Sociologia	
		Assistente Técnico	1	0	0	1		
			4	0	0	4		
	Dirigente Apio técnico, administrativo e logístico Área financeira Promover, articular e qualificar os recursos sociais para o desenvolvimento social do concelho, dinamizando a rede social Programar e desenvolver Projetos de intervenção social e saúde visando grupos carenciados (idosos, sem abrigo, crianças e jovens em risco, pessoas vítimas de violência, minorias étnicas, pessoas com deficiência e desempregados) Apio administrativo e logístico	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Psicologia Social e das Org.	
		Técnico Superior	1	0	0	1	Economia, Gestão	
		Assistente Técnico	3	0	0	3		
		Assistente Operacional	4	0	0	4		
		Técnico Superior	0	0	0	0	Economia, Gestão	
		Técnico Superior	3	0	0	3	Política Social, Serviço Social, Sociologia	
Núcleo da Juventude	Realização da política e dos objetivos municipais definidos para a área da juventude	Assistente Técnico	1	0	0	1		
		Técnico Superior	22	1	2	25	Animação Sociocultural, Ciências Sociais, Investigação Social Aplicada, Política Social, Psicologia, Relações Internacionais, Serviço Social	
	Apio administrativo	Assistente Operacional	1	0	0	1		
		Técnico Superior	5	0	0	5	Ciências, Ciências do Desporto, Comunicação Empresarial, Gestão, Psicologia	
	Dirigente Apio administrativo	Assistente Técnico	1	0	0	1		
		Chefe de Divisão	42	1	2	45		
	Divisão de Desporto	Assegurar a realização das políticas municipais de desenvolvimento desportivo	Assistente Técnico	1	0	0	1	Ciências Desporto
			Técnico Superior	6	0	1	7	Ciências, Ciências do Desporto, Educação Física Desporto
		Assistente Operacional	1	0	0	1		
			10	0	1	11		
Subtotal	Total Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social	56	1	3	60			

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade orgânica / centros de competência ou de produto / áreas de atividade	Atribuições / competências / atividades	Cargos/carreiras/categorias*	Postos de Trabalho Preenchidos	Postos de Trabalho Cativos	Nº de Postos de trabalho a preencher	Nº total de postos de trabalho	Área de formação académica e/ou profissional
Departamento de Educação	<p>Dirigente Apoio administrativo</p>	Diretor de Departamento	1	0	0	1	Sociologia
		Assistente Técnico	1	0	0	1	
	<p>Planeamento e gestão de equipamentos e serviços educativos, prosseguindo a coerência global da intervenção municipal</p> <p>Garantir a representação interna e externa, nos órgãos de gestão escolar, em grupos interinstitucionais e interserviços, nas áreas da competência do departamento;</p> <p>Promover e manter atualizados sistemas permanentes de informação e diagnóstico da população escolar e dos apoios que lhes são prestados pelo Município de Oeiras</p>	Técnico Superior	1	0	0	1	Psicologia
		Técnico Superior	1	0	0	1	Gestão
		Técnico Superior	1	1	0	0	2
Subtotal			5	1	0	6	
Unidade de Apoio às Escolas	<p>Dirigente</p> <p>Dinamizar ações e projetos que promovam o sucesso educativo e previnam a exclusão e abandono escolar precoce;</p>	Chefe de Unidade	0	0	1	1	
		Técnico Superior	0	1	0	1	Psicologia
Subtotal			0	1	1	2	
Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Educativos	<p>Dirigente</p> <p>Apoio administrativo</p> <p>Pessoal Não Docente - ação educativa, apoio administrativo e socioeducativo</p> <p>Gestão da rede de refeitórios escolares sob gestão municipal, garantindo o seu correto funcionamento</p> <p>Executar as políticas e programas municipais nas áreas da ação social escolar e serviços de apoio à família</p> <p>Monitorizar o estado de conservação do parque escolar e das necessidades de apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação, aferindo as necessidades e determinando as prioridades de atuação</p>	Chefe de Divisão	1	0	0	1	Psicologia Clínica
		Assistente Técnico	2	0	0	2	
		Assistente Operacional	3	0	0	3	
		Técnico Superior	10	0	0	10	
		Chefe de Serviços de Administração Escolar	3	0	0	3	
		Coordenador Técnico	9	0	0	9	
		Assistente Técnico	103	13	3	119	
		Encarregado Operacional	11	0	0	11	
		Assistente Operacional	541	11	35	587	
		Técnico Superior	0	0	1	1	
		Assistente Técnico	1	0	1	2	
		Técnico Superior	2	0	1	3	
		Assistente Técnico	1	0	1	2	
Subtotal			688	24	43	755	Biologia, Economia, Eng. Alimentar, Gestão de Recursos Humanos ou Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Ciências da Educação
Total Departamento de Educação			693	26	44	763	Artes Decorativas, Gestão de Recursos Humanos ou Psicologia, Direito

Município de Oeiras - Resumo Mapa Anual de Recrutamento 2018

Unidade Orgânica	Técnico Superior	Assistente Técnico	Técnico de Informática	Assistente Operacional	Total
DMAG e Gabinetes	5	1	2		8
DASU	3	1		35	39
DCDS	3				3
DCPC	1	4			5
DE	3	5		35	43
DGDO	5	5	1		11
DHRU	4				4
DOM	3	3		10	16
DPGU	1	2			3
DPMPC	2	4			6
Total Geral	30	25	3	80	138

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA ANUAL DE RECRUTAMENTO 2018

Unidade Orgânica		Áreas de Habilitação / Áreas Funcionais	Técnico Superior	Assistente Técnico	Técnico de Informática	Assistente Operacional	Total
DMAG e Gabinetes	GAF	Administrativo		1			1
	GC	Audiovisual, Jornalismo	1				1
	GCAJ	Direito	2				2
	UAI	Direito, Auditoria Financeira/Economia	1				1
	GDM	Geografia / Sistemas de Informação Geográfica	1				1
	GTSI	Técnico de Informática			2		2
DMAG e Gabinetes Total			5	1	2		8
DASU	DASU	Cantoneiro de Limpeza				7	7
		Medicina Veterinária	1				1
	DEV	Administrativo			1		1
		Jardineiro				6	6
		Gestão do Ambiente e Território	2				2
	DHU	Cantoneiro de Limpeza; Condução de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais				7	7
	UHU	Cantoneiro de Limpeza; Condução de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais				12	12
	DVM	Bate-Chapas, Lavador				1	1
Motoristas de Ligeiros					2	2	
DASU Total			3	1		35	39
DCDS	DASSJ	Ciências Sociais e Humanas, Psicologia, Sociologia, Serviço Social e Política Social	2				2
	DD	Desporto	1				1
DCDS Total			3				3
DCPC	DBDI	Administrativo		2			2
		Ciências Documentais, Ciências	1				1
	DPHCT	Administrativo		2			2
DCPC Total			1	4			5
DE	DGESE	Administrativo		2			2
		Ação Educativa		3		35	38
		Ciências da Nutrição	1				1
		Gestão de Recursos Humanos ou Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Ciências da Educação	1				1
		Gestão de Recursos Humanos ou Psicologia, Direito	1				1
DE Total			3	5		35	43
DGDO	DCP	Administrativo		1			1
		Direito Administrativo	1				1
	DGDO	Administrativo			1		1
		Técnico de Informática				1	1
		Contabilidade / Tesouraria	1				1
	DGF	Administrativo		1			1
	UPOC	Gestão	1				1
	DMA	Administrativo		2			2
		Arquivo	1				1
DRH	Gestão de Recursos Humanos, Psicologia Social e das Organizações	1				1	
DGDO Total			5	5	1		11

MUNICÍPIO DE OEIRAS - MAPA ANUAL DE RECRUTAMENTO 2018

Unidade Orgânica		Áreas de Habilitação / Áreas Funcionais	Técnico Superior	Assistente Técnico	Técnico de Informática	Assistente Operacional	Total	
DHRU	DGPH	Serviço Social	1				1	
	DHRU	Direito	1				1	
	DPE	Eng. Civil	1				1	
	DPRH	Eng. Civil	1				1	
DHRU Total			4				4	
DOM	DEM	Administrativo		1			1	
		Gestão	1				1	
	DEP	Pedreiro, Pintor, Canalizador, Eletricista, Serralheiro, Carpinteiro				6		6
		Administrativo		1				1
	DGEPIM	Eng. Civil, Eng. Eletrotécnica, Arq. Paisagística	1					1
		Eletricista				1		1
		Fiscalização de Espaço Público		1				1
		Fiscalização de Obra				1		1
		Geografia	1					1
		Calceteiro				1		1
	Pedreiro				1		1	
DOM Total			3	3		10	16	
DPGU	DGUAAE	Eng. Civil	1				1	
	DLAA	Administrativo		1			1	
	DP	Administrativo		1			1	
DPGU Total			1	2			3	
DPMPC	DACO	Administrativo		2			2	
		Direito	1				1	
	DPM	Administrativo		1			1	
	DPMPC	Administrativo		1				1
Eng. Civil / Arquitetura (especialização SCIE)		1					1	
DPMPC Total			2	4			6	
Total Geral			30	25	3	80	138	